

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ALBA CRISTINA COUTO DOS SANTOS

**AS MARCAS DE AMSTAD NO COOPERATIVISMO E NO ASSOCIATIVISMO
GAÚCHO:
AS REMEMORAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO THEODOR AMSTAD E DA SICREDI
PIONEIRA**

PORTO ALEGRE

2013

ALBA CRISTINA COUTO DOS SANTOS

AS MARCAS DE AMSTAD NO COOPERATIVISMO E NO ASSOCIATIVISMO

GAÚCHO:

**AS REMEMORAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO THEODOR AMSTAD E DA SICREDI
PIONEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História.

Orientador: Profº. Dr. René Ernaini Gertz

PORTO ALEGRE

2013

Catlogação na Fonte

S237m Santos, Alba Cristina Couto dos
As marcas de amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho : as lembranças da Associação Theodor Amstad e da Sicredi Pioneira / Alba Cristina Couto dos Santos. – Porto Alegre, 2013.
154 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof^o. Dr. René Ernaini Gertz.

1. Amstad, Teodoro - Crítica e interpretação.
2. Cooperativismo - Rio Grande do Sul. 3. Associativismo – Rio Grande do Sul. I. Gertz, René Ernaini. II. Título.

CDD 980

Bibliotecário Responsável

Ginamara de Oliveira Lima
CRB 10/1204

ALBA CRISTINA COUTO DOS SANTOS

AS MARCAS DE AMSTAD NO COOPERATIVISMO E NO ASSOCIATIVISMO

GAÚCHO:

**AS REMEMORAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO THEODOR AMSTAD E DA SICREDI
PIONEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História.

Aprovada pela Banca Examinadora em, 20 de março de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º Dr. René Ernaini Gertz – PUC/ RS

Prof.ª Dra. Marluza Marques Harres - UNISINOS

Prof.ª Dra. Cláudia Musa Fay – PUC/ RS

PORTO ALEGRE

2013

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com a colaboração e o envolvimento de muitas pessoas, que de um jeito ou de outro auxiliaram na compreensão e no desenvolvimento do mesmo. E a essas pessoas, de perto ou de longe, prestarei, através de poucas palavras, os mais sinceros agradecimentos:

Ao apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por ter tornado possível a realização deste trabalho.

Ao Professor Doutor René Ernaini Gertz, pela sua orientação, seu incentivo e pelas oportunidades de aprendizado contínuo. Sua atenção e disponibilidade fizeram toda a diferença nesta caminhada.

À professora doutora Marluza Marques Harres, pelo constante incentivo aos estudos, e por acreditar na minha capacidade de professora-pesquisadora. Alimentando sonhos, ela conseguiu me convencer a cursar um pós-graduação e de acreditar em mim mesma.

À minha família, pelo carinho e pela compreensão de minhas ausências. As cobranças existiram, mas demonstravam com isto que sentiam minha falta, e o quanto a minha presença era importante. A minha mãe, Maria Helena Couto, e aos irmãos, muito obrigado, por sempre fazerem me sentir uma pessoa especial.

Ao meu querido namorado, noivo e parceiro de caminhada, Luiz Vasconcelos Salatino, pelo carinho, pelas conversas, pela troca de opiniões, que me ajudaram a refletir meus argumentos. Pelo entendimento da presença distante de muitos dias que passamos, pelo amor. Em muitos momentos, chegou a torcer mais do que eu para que concluísse este trabalho.

Aos companheiros de jornada do Mestrado e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, pela disponibilidade, pela troca de experiências e pelas aprendizagens, que contribuíram muito para meu crescimento profissional e pessoal. Além disso, o riso e a alegria das colegas, Juliana Wendpap, Luísa Brasil, Carmen Ribeiro, e Diéle Schneider, sempre vieram em boa hora.

Aos professores do PPGH–PUCRS, sobretudo, Charles Monteiro, Klaus Hilbert, Núncia Santoro, Cláudia Musa Fay e Maria Lúcia Bastos Kern, pela boa vontade, pelo conhecimento compartilhado em aula e nos corredores da instituição.

Às funcionárias Isabel Arendt e Janaina Silva, do Acervo Documental de Pesquisa do Memorial Jesuíta – Biblioteca UNISINOS, pela recepção calorosa em todos os momentos que estive pesquisando, procurando sempre ajudar da melhor maneira possível. Ao professor Dr. Arthur Rambo, pela gentileza em alcançar muitas das bibliografias aqui utilizadas e pela oportunidade de conversas informais, que significavam sempre momentos para valiosas informações e esclarecimento de dúvidas.

Às instituições Associação Theodor Amstad, Sistema de Crédito Cooperativo-SICREDI Pioneira e a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS) na pessoa de seus respectivos presidentes, João Luiz Mallmann, Márcio Port e Vergílio Perius, pela receptividade e cordialidade em fornecer dados importantes para continuidade da pesquisa.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança (HALBWACHS, 2004, p. 39).

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de identificar e analisar a memória que vem sendo construída ou mantida a respeito do Pe. Theodor Amstad S. J. Percebemos que após sua morte, em 1938, houve um movimento crescente de lembranças em torno dele, a partir de homenagens e comemorações, nas datas de aniversário das associações por ele fundadas ou aquelas que lembravam sua morte e nascimento. Theodor Amstad foi fundador da Sociedade União Popular, atualmente conhecida como Associação Theodor Amstad, e as Caixas Rurais tipo *Raiffeisen*, na primeira década do século XX, na cidade de Nova Petrópolis/RS. Considerando a liderança que este personagem exerceu no movimento cooperativista, iniciando e motivando o associativismo e o cooperativismo nas áreas de colonização alemã, Amstad passou a ser uma figura importante para todos aqueles que se familiarizaram com o seu discurso e sua ideologia, baseada numa comunidade que valoriza a ajuda mútua e a religiosidade. Neste sentido, foi pertinente analisar as atualizações ou releituras dos seus ensinamentos, e, com isto, acreditamos estar identificando também o legado deixado por ele. O líder cooperativo tornou-se símbolo da “união de forças”, e, conseqüentemente do modo coletivo de trabalhar e de viver, numa mistura de doutrina cristã e cidadania consciente. Perseguimos a ideia de uma memória coletiva, baseada na repetição contínua de suas ações na colônia alemã e de uma adesão afetiva às lembranças, em forma de agradecimento e de modelo a ser seguido. Foi possível perceber uma memória compartilhada e experimentada daquilo que é ser cooperativado e associado na cidade, norteados pelos ideais de Amstad e representados na personificação da sua imagem ou nos símbolos que remetam a ele. Isto implica também numa afirmação do grupo diante da sociedade. Os rituais e as repetidas lembranças em lugares de memórias configuram a identificação religiosa, étnica e familiar do(s) grupo(s), reforçando o sentimento de pertencimento ao(s) mesmo(s). Agregam-se símbolos de representação, devoção e supervalorização das práticas sociais atribuídas a ele. Afora as distorções e os equívocos, a memória em relação a Amstad persiste tão viva, tão lúcida quanto o próprio movimento.

Palavras-chave: Associativismo. Cooperativismo. Theodor Amstad. Memória Coletiva.

RESUMEN

El presente trabajo tiene el objetivo de identificar y analizar la memoria que viene siendo construída o mantenida a respecto del Pe. Theodor Amstad S. J. Percibimos que tras su muerte, en 1938, tiene lugar un movimiento creciente de rememoraciones alrededor de él, a partir de homenajes y celebraciones, en las fechas de aniversario de las asociaciones por él fundadas o aquéllas que recordaban su muerte y nacimiento. Theodor Amstad fue fundador de la Sociedade União Popular (Sociedad Unión Popular), actualmente conocida como Asociación Theodor Amstad, y las Cajas Rurales estilo Raiffeisen, en la primera década del siglo XX, en la ciudad de Nova Petrópolis/RS. Considerando el liderazgo que este personaje ejerció en el movimiento cooperativista, iniciando y motivando el asociativismo y el cooperativismo en las áreas de colonización alemana, Amstad pasó a ser un personaje importante para todos aquéllos que se familiarizaron con su discurso y su ideología, basada en una comunidad que valora la ayuda mutua y la religiosidad. En este sentido, fue pertinente analizar las actualizaciones o relecturas de sus enseñanzas y, con esto, creemos estar identificando también el legado dejado por él. El líder cooperativo se tornó símbolo de la “unión de fuerzas” y, consecuentemente, del modo colectivo de trabajar y de vivir, en una mezcla de doctrina cristiana y ciudadanía conciente. Perseguimos la idea de una memoria colectiva, basada en la repetición continua de sus acciones en la colonia alemana y de una adhesión afectiva a los recuerdos, en forma de agradecimiento y de modelo a ser seguido. Fue posible percibir una memoria compartida y experimentada acerca de aquello que significa ser cooperativista y asociado en la ciudad, orientados por los ideales de Amstad y representados en la personificación de su imagen o en los símbolos que remiten a él. Esto implica también una afirmación del grupo delante de la sociedad. Los rituales y las repetidas rememoraciones en lugares de memorias configuran la identificación religiosa, étnica y familiar de (de los) grupo(s), reforzando el sentimiento de pertenencia al (a los) mismo(s). Se agregan símbolos de representación, devoción y sobrevaloración de las prácticas sociales atribuidas a él. Fuera de distorciones y equívocos, la memoria en relación a Amstad persiste tan viva, tan lúcida como el propio movimiento.

Palabras-clave: Asociativismo. Cooperativismo. Theodor Amstad. Memoria Colectiva.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Fotografia Theodor Amstad.....	66
FIGURA 2 - Fotografia de Amstad e sua mula.....	67
FIGURA 3 - Fotografia de Amstad junto a uma barrica de vinho.....	68
FIGURA 4 - Fotografia da Comemoração do 40º aniversário da Caixa Rural de Crédito de Nova Petrópolis e inauguração do Monumento ao iniciador do cooperativismo de crédito no Brasil.....	73
FIGURA 5 - Monumento ao Iniciador do Cooperativismo de Credito no Brasil.....	73
FIGURA 6 - Amstad viajando na mula.....	74
FIGURA 7 - O acolhimento da família (direita).....	74
FIGURA 8 - Placa central do monumento.....	74
FIGURA 9 - Acróstico da Sociedade União Popular.....	74
FIGURA 10 - Busto de Amstad com o pergaminho.....	74
FIGURA 11 - Fotografia de comemoração ao centenário de Amstad.....	77
FIGURA 12 - Fotografia de comemoração ao centenário de Amstad.....	77
FIGURA 13 - Fotografia de comemoração ao centenário de Amstad.....	79
FIGURA 14 - Primeira sede da Caixa Rural.....	79
FIGURA 15 - A primeira sede própria. Museu Padre Amstad.....	79
FIGURA 16 - A pedra símbolo do cooperativismo.....	79
FIGURA 17 - Primeira placa na pedra em homenagem aos fundadores da Caixa Rural de Nova Petrópolis/ RS.....	80
FIGURA 18 - Segunda placa na pedra em homenagem ao centenário de vinda do padre Theodor Amstad ao Brasil.....	80
FIGURA 19 - Praça Amstad.....	81
FIGURA 20 - Igreja São Lourenço Mártir.....	82
FIGURA 21 - Monumento com os restos mortais de Amstad.....	82
FIGURA 22 - Monumento “Força Cooperativa”	85
FIGURA 23 - Monumento “Força Cooperativa”.....	85
FIGURA 24 - Homenagem da Prefeitura de Nova Petrópolis.....	86
FIGURA 25 - Placa alusiva ao discurso de Amstad.....	86
FIGURA 26 - Placa oferecida a comunidade pela SICREDI Pioneira.....	87
FIGURA 27 - Placa alusiva à presidência da ACI global.....	87
FIGURA 28 - Placa alusiva à presidência da ACI das Américas.....	87

FIGURA 29 - Placa explicativa da obra.....	88
FIGURA 30 - Comemoração aos 110 anos da SICREDI Pioneira.....	89
FIGURA 31 - Monumento em comemoração aos 100 anos da Associação Theodor Amstad.....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 THEODOR AMSTAD: A VIDA E O PROJETO SOCIAL DOS JESUÍTAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	21
1.1 A VIDA NA SUÍÇA E A FAMÍLIA CHRISTEN-AMSTAD.....	21
1.2 OS ESTUDOS, O SACERDÓCIO E A CHEGADA AO BRASIL.....	24
1.3 THEODOR AMSTAD: O ASSOCIATIVISMO E O COOPERATIVISMO.....	26
1.3.1 Amstad, líder fundador do <i>Bauernverein</i> : um exemplo cooperativo /associativo.....	31
1.3.2 Amstad e o <i>Volksverein</i> : o cuidado com a vida e o zelo pelas almas.....	38
1.4 A IGREJA DA IMIGRAÇÃO NO SUL DO BRASIL.....	43
2 A MÍMESE EM AMSTAD: ESTREITANDO LAÇOS COM A COMUNIDADE	52
2. 1 MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	53
2.2 A INTENCIONALIDADE DAS ESCRITAS DE SI.....	58
2.3 LITURGIA DA MEMÓRIA I: IMAGENS.....	66
2.4 LITURGIA DA MEMÓRIA II: MONUMENTO E LUGARES.....	71
3 AS REMEMORAÇÕES E PRÁTICAS DISCURSIVAS RELACIONADAS	
A THEODOR AMSTAD.....	91
3.1 A LITURGIA DA MEMÓRIA III: A LINGUAGEM E A HISTÓRIA ORAL.....	97
3.2 A NARRATIVA: LEMBRANÇAS COMPARTILHADAS.....	103
3.3 SICREDI PIONEIRA E ASSOCIAÇÃO THEODOR AMSTAD: A MANUTENÇÃO IDENTITÁRIA JUNTO AS MUDANÇAS INTERNAS.....	130
COONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
FONTES.....	142
APÊNDICE – PROJETO DE HISTORIA ORAL.....	149

INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido como bolsista de Iniciação Científica na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, durante o período de 2007-2009, fez com que me aproximasse e conhecesse cada vez mais o universo da pesquisa acadêmica. Vivenciando essa realidade de pesquisa acadêmica, o interesse em continuar os estudos e ser uma professora pesquisadora foi crescendo gradualmente.

Foi diante dos resultados da pesquisa *Cooperativismo Rural. Estudos Comparados: Rio Grande do Sul e a província de Buenos Aires (1950-1970)*, da qual participei, sob a coordenação da professora doutora Marluza Marques Harres, que percebi uma grande influência da Igreja no mundo rural do Rio Grande do Sul e um envolvimento engajado de algumas lideranças eclesiais nas questões sociais deste meio.

Desde então, venho direcionando meu olhar a estas questões, sobretudo, aquilo que diz respeito ao cooperativismo, associativismo e às lideranças religiosas em relação às sociabilidades e às práticas de interação entre os agentes e a comunidade como um todo. Na monografia desenvolvida em 2009, procurei analisar as estratégias de difusão dos ideais cooperativos da Igreja e do Estado no meio rural, no período de 1950-1970. A Igreja desenvolveu diversas atividades, procurando disseminar a Doutrina Social Cristã e estabelecer vínculos com a população que, naquele momento, estava à margem da sociedade. A urbanização desigual do país crescia junto à presença do latifúndio, que favorecia a expulsão da população rural para a “atraente” cidade industrializada, com supostas ofertas de emprego e a possibilidade de uma vida melhor, numa mão-de-obra nem sempre utilizada no espaço urbano, que aumentava os índices de emigração interna e pobreza no país.

Durante o período da pesquisa, estive em contato com diversas fontes sobre cooperativismo e cooperativas, material bibliográfico e documental, revistas, jornais, relatórios e periódicos da Igreja, dispostos no Acervo Documental e de Pesquisa - ADOPE, localizado na UNISINOS, junto ao Memorial Jesuítico. Faz parte do acervo uma documentação bem significativa sobre o Pe. Theodor Amstad S. J.¹ sobretudo, aqueles que se referem ao associativismo e as Caixas Rurais.

¹ Optamos por esta forma de escrita do nome, Theodor Amstad, pois é assim que consta nos documentos primários.

No Fundo Balduíno Rambo S. J. e o da Sociedade União Popular, há diversos documentos, como correspondências, atas e relatórios da associação, fotografias, jornais e alguns artigos, publicações que tratam das lideranças comunitária e religiosa na zona de colonização alemã, bem como ensinamentos de vida comunitária e familiar, a exemplo dos líderes jesuítas. Não é difícil encontrar documentos escritos por jesuítas e para jesuítas em homenagens a seus coirmãos, assim como documentos da própria Companhia. Muitos destes documentos estão em sua forma original, com escrita em alemão, inglês e espanhol. A maioria está na língua alemã, por conta do número expressivo de jesuítas alemães que vieram para o sul do Brasil. Alguma coisa se encontra traduzida para a língua portuguesa.

A partir do conhecimento das fontes, surgiu o interesse de conhecer ainda mais sobre a personalidade de Theodor Amstad, principalmente pelo seu envolvimento tanto social quanto religioso na comunidade, temas que já vinha estudando e desenvolvendo. A partir das fontes, foi se percebendo um leque de possibilidades de estudos e de abordagens. O comprometimento que este padre suíço teve com a região de colonização alemã do Rio Grande do Sul, foi visível através da sua primeira fundação, a Associação Rio-Grandense de Agricultores, fundada em 1902. Trouxe um modelo associativo alemão para solucionar as questões sociais e econômicas pertinentes às colônias. Exerceu uma influência importante sobre a comunidade, e seus ensinamentos ainda são lembrados até os dias de hoje, naquilo que diz respeito ao associativismo/cooperativismo gaúcho. A curiosidade ingênua sobre o tema passou a ser uma “curiosidade epistemológica” (FREIRE, 1996).

As fontes em alemão representaram o maior obstáculo a ser ultrapassado na execução deste trabalho. Era preciso focar naquilo que realmente seria indispensável para dar conta do estudo. Os relatórios eram essenciais, e encontramos todos em português, mas os discursos de Amstad e suas correspondências eram igualmente importantes, encontrando-se todos em escrita alemã, bem como suas orientações de vida comunitária nos editoriais do *Bauernfreund* e do *Sankt Paulusblatt*. Precisaria traduzir, quer dizer, investir numa tradução, senão fosse a recente obra do professor Arthur Rambo (2011) que traz os discursos traduzidos na íntegra, inclusive aqueles que se encontram nos editoriais, como as atas das reuniões e das assembleias de fundação das instituições. Assim, tornaram-se possível complementar as fontes primárias com os discursos traduzidos por Rambo.

O tema norteador deste trabalho é a pesquisa sobre as marcas de Amstad na comunidade de Nova Petrópolis, sobretudo nas instituições fundadas por ele, as Caixas

Rurais, mais precisamente a SICREDI Pioneira, e a Sociedade União Popular, hoje Associação Theodor Amstad. As marcas significam para nós o legado do principal incentivador do associativismo nas comunidades teutas. O padre Theodor Amstad foi uma personalidade notável, que marcou a história do Rio Grande do Sul e do cooperativismo no início do século XX, sendo o fundador do sistema *Raiffeisen*, caixas de crédito, junto a Associação de Agricultores, configurando o pioneirismo no país e na América Latina. Preocupado também com o aspecto social de informação e formação da vida moral, Amstad criou duas publicações, entre 1900-1912: O jornal-revista *Der Bauernfreund* (O amigo dos Colonos) e a Revista *Sankt Paulusblatt*, a qual redigiu por 25 anos. Esta última ainda é publicada na Associação Theodor Amstad, em Nova Petrópolis /RS, divulgando e atualizando os ideais de Amstad.

Percebemos que há um movimento constante de lembranças a partir da sua morte, no ano de 1938. As lembranças quase sempre motivadas pelas instituições, ou com elas envolvidas. As ações são inteligivelmente explicáveis na medida em que identificamos a importância de Amstad como sujeito histórico, e as práticas realizadas por ele em direção à promoção da vida humana. Neste sentido, descobrimos que existe na Linha Imperial, bairro localizado a 8 km do centro do município de Nova Petrópolis, uma série de monumentos que enaltecem e homenageiam Pe. Theodor Amstad, um movimento importante de gerenciamento da memória coletiva local, que reafirma a importância que teve (e ainda tem) a figura do jesuíta no estado, principalmente na vida das comunidades rurais dos vales do Caí, Sinos e Taquari, e da própria cidade em questão. Os lugares de memória nascem e vivem de um sentimento que não é espontâneo, e, por isso, se criam arquivos, se comemoram aniversários, se organizam celebrações, elogios fúnebres etc. Sem estes instrumentos de rememoração, a História varreria estes sinais de reconhecimento e pertencimento coletivo (NORA, 1993).

A relevância deste trabalho está justamente nestes fatos, no ato de lembrar e na manutenção destas lembranças sobre Amstad. Pensar nas motivações que levaram à construção do primeiro monumento, e aquelas que movem ainda hoje o(s) grupo(s), ou toda uma região, a compartilhar, vivenciar e lembrar os ideais de Amstad é ir ao encontro da perspectiva de memória e afeto. Somente a coletividade pode manter viva a memória de alguém ou de um fato. De acordo com Maurice Halbwachs (2004), a reconstituição de uma imagem ou de um acontecimento do passado será possível a partir de dados comuns que estejam em nosso espírito e no dos outros. E isto só será possível quando se faz parte da

mesma sociedade, de um mesmo grupo, ou vice-versa. Desta forma, a lembrança pode ser reconhecida e reconstruída. Para lembrar, precisa-se ter envolvimento. A memória guarda melhor aquilo que é repetido e sentido, de alguma forma. O envolvimento afetivo é um dos elementos estruturais para a produção de imagens, lugares e monumentos de memória em relação ao morto querido. É isto que vai determinar, em maior ou menor escala, a produção imagética destes elementos.

Neste sentido, nosso objetivo é identificar em que momentos este conjunto imagético foi sendo construído em Nova Petrópolis, bem como o uso ou as releituras feitas do discurso de Amstad nos eventos comemorativos e nos próprios monumentos realizando uma análise destas evocações nas duas instituições de Nova Petrópolis, Associação Theodor Amstad e SICREDI Pioneira. As primeiras hipóteses construídas para o projeto de pesquisa eram de construção de uma memória pública, que se alimentava com as comemorações e lembranças do padre, salvador de almas, e principal fomentador econômico da região. De um lado, existe a alegria e o entusiasmo de alguns mais velhos, que se identificavam com a proposta de Amstad, de outro lado, há também a proposta dos organizadores das comemorações ou de uma liderança política (que pode ser associativa ou não), preocupada em fazer uso de um personagem importante na constituição da cidade para moldar, cativar o pensamento da comunidade, bem como valorizar a história de um passado superado. Além disso, a fomentação étnica e dos valores germânicos também poderiam nortear estas lembranças, com mais afinco, afinal a região envolvida é de colonização alemã, e, atualmente dos seus descendentes. A ideia de um gerenciamento da memória coletiva envolvida com a legitimação da posição social e/ou cultural nortearia nossa hipótese, um grupo determinando aquilo que deve ser lembrado e como deveria ser lembrado.

No entanto, ao dar continuidade à pesquisa, as hipóteses foram sendo repensadas conforme avanço nas leituras e no conhecimento das fontes documentais e orais. Novos questionamentos foram surgindo: será que alguma vez Theodor Amstad foi esquecido de verdade, em que momentos que se lembram dele? O objetivo era ir para além do entendimento da ressignificação dos ensinamentos de Amstad, e identificar também a construção de uma memória que configurasse um marco identitário do cooperativismo/associativismo para além das fronteiras da cidade. Então, fomos nos dando conta de que não é possível abarcar toda a realidade em torno de um tema, e que é preciso restringir o trabalho. Assim, depois de reformulado, nosso intento foi o de procurar entender como as instituições

associativas e cooperativa de Nova Petrópolis tem constituído uma memória a partir do líder Theodor Amstad, analisando os elementos de representação e aqueles que fundamentam uma identidade coletiva, a partir de uma seleção dos eventos de rememoração ao longo do tempo.

Estas lembranças são recordações de quem, para quem, com que propósito? Aos poucos, estas perguntas foram sendo sanadas, ou pelo menos em grande medida compreendidas, numa realidade que não é apenas política, cultural, econômica. É um fenômeno social sentido e vivido por determinado(s) grupo(s) de pessoas que transmitem e repassam ensinamentos de Amstad e valores deixados por ele. Embora Amstad tenha vivido na cidade, no início do século XX, e, por isso, poderíamos pensar em valores ultrapassados, muitos destes valores, senão em grande medida, estão relacionados com a vida religiosa e cristã, o que perduraria ainda mais no tempo. Sabemos que muitas coisas, principalmente aquelas que tocam no econômico, sofreram modificações e se adequaram, de acordo com o tempo presente. Pensamos em verificar as permanências destas lembranças, e como elas continuam alimentando valores associativos e cooperativos, através da representação de Amstad. Representação no sentido etimológico do termo, que provém do latim *representare*, “fazer presente” ou “apresentar novamente” alguém, alguma coisa ausente.

Francisco Falcon (2000), ao discutir representação e História, situa duas acepções do termo representar no discurso histórico. O primeiro diz respeito ao campo epistemológico, como função cognitiva, a representação é um conceito-chave para o conhecimento. O segundo diz respeito ao caráter textual da dimensão lingüística, literária do discurso histórico. O autor discute a crise da representação situando a primeira acepção em um conceito moderno e a segunda em um pós-moderno. Neste contexto de imprecisões, há ainda o fator simbólico junto às representações sociais ou imaginários coletivos. Como relacionar a função simbólica com representações? Como situar, de um lado, a simbologia e de outro as representações não-simbólicas?

Nos ocupamos neste trabalho com o segundo grupo, a representação como um conceito-chave da teoria do simbólico. Não vamos nos ocupar aqui da discussão do discurso histórico entendido como representação, ou representações do passado, mas da acepção do termo² na figura de Theodor Amstad. O simbólico transcende o signo e vai além do

² Ao tratar da narrativa enquanto conhecimento ou discurso literário, Falcon apresenta as diferentes concepções destes discursos naquilo que diz respeito ao próprio conhecimento histórico, o discurso do historiador. Não discutimos a respeito de representação do discurso histórico, e sim do próprio personagem, das suas ideias e

significado comum a todos. O símbolo, seu sentido precisa ser apreendido nos textos do próprio imaginário social. O imaginário social numa perspectiva antropológica articula o individual e o coletivo numa concepção holística do social (a psique e o social histórico). “O homem é um ser que cria sentidos e, ao mesmo tempo, cria esse sentido, que nada mais é do que a ‘significação imaginária social’” (CASTORIADES, 1992, apud FALCON, 2000, p. 54).

A reapresentação de Amstad se dá a cada novo enunciado, e a cada nova evocação aos seus feitos materiais e imateriais. Pierre Nora (1993) fala da memória como afetiva e mágica diferenciando-a da História. A memória não se atém a detalhes, alimenta-se de lembranças vagas e telescópicas, particulares ou simbólicas. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (p. 9).

O presente trabalho foi sendo elaborado em meio a comemorações. Em fevereiro de 2012 aconteceu a comemoração do centenário da Associação Theodor Amstad, conhecida até a década de 1980 como Sociedade União Popular ou *Volksverein*. Houve o lançamento do livro comemorativo da história da associação *Cooperar para prosperar: a terceira via*. Em dezembro do mesmo ano, foram comemorados os 110 anos da SICREDI Pioneira. Além disso, a Organização das Nações Unidas, ONU, estabeleceu que 2012 fosse o ano internacional do cooperativismo, promovendo ainda mais espaços de divulgação e fomentação ao sistema. Neste sentido, como já era esperado, o tema “Theodor Amstad” foi citado com frequência, durante o período da pesquisa 2011-2012.

Ao mesmo tempo em que estas lembranças e comemorações em nome de Amstad trouxeram cada vez mais elementos para a pesquisa aqui desenvolvida, trouxeram também alguns desafios metodológicos a serem repensados, como, por exemplo, a proximidade com o tema e com o tempo das comemorações. A presença constante nestes eventos foi inevitável, e fortaleceram ainda mais as afinidades e o interesse pelo tema.

ações no ato de rememorar, embora este assunto apareça quando tratamos da memória e da narrativa oral, implicando na narrativa histórica. Segundo Chartier, “o historiador tem como tarefa oferecer um conhecimento apropriado, controlado, sobre a ‘população de mortos-personagens, mentalidades, preços’, que são seu objeto. Abandonar essa intenção de verdade, talvez desmesurada, mas certamente fundadora, seria deixar o campo livre a todas as falsificações (...) que, por traírem o conhecimento, ferem a memória. Cabe aos historiadores, fazendo seu ofício, ser vigilantes” (CHARTIER, 2002, p. 100). Para esta discussão da representação ver mais em: CHARTIER, Roger. A beira da falésia. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2002. Sobre a narrativa e o discurso histórico, ver: GINZBURG, O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. Tradução Rosa Freire d’ Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Um fato curioso que ocorreu com certa frequência foi a preocupação com aquele velho alerta da imparcialidade e do envolvimento com o tema, nas participações que fiz nos eventos, congressos, seminários, apresentando resultados parciais da pesquisa. Alertas que sempre nos fazem refletir. Mas também fiquei tentada a levantar uma questão. Afinal, alguém se envolve e pesquisa aquilo que não lhe interessa? Só estudamos, pesquisamos, nos envolvemos com aquilo que sentimos afinidades. É quase impossível pesquisar e se interessar por algo não atraí, que não nos instigue, que não nos comove, de alguma forma, e mexe com os nossos sentidos. Existe, sim, o envolvimento, o gosto pelo objeto de estudo, mas existe, também, a vigia constante de um distanciamento, que possibilite a crítica, e o relativizar das situações e fatos ocorridos no passado. Neste caso, não tão passado assim, porque são histórias de vida e de instituições vivas no tempo presente. Não acredito que o envolvimento com o tema leve o trabalho a ser classificado como menos importante ou menos científico que outros.

O único meio de dominar a ação deformante do fator subjetivo é tomar consciência da sua natureza e da sua ação. Quanto mais conhecemos os conteúdos e as modalidades da intervenção do sujeito no conhecimento, melhor conhecemos, quantitativa e qualitativamente as propriedades do objeto (SCHAFF, 1987, p. 287).

Segundo Adam Schaff (1987), o conhecimento é objetivo, na acepção particular da palavra, vem de objeto, algo que existe fora de nós e independe do espírito. O objetivo é cognitivo e, portanto, válido para todos. O subjetivo é aquilo que vem do sujeito, é emocional e particular. Schaff não acredita na pura objetividade. O que importa é a consciência da subjetividade do pesquisador como sujeito do seu tempo, assim a “objetividade”, é a distância entre a boa e a má subjetividade, e não a eliminação total da subjetividade” (p. 282). Todos os indivíduos atuam sobre o conhecimento, e torna-se impossível eliminar o sujeito da relação cognitiva. Com o historiador não seria diferente. O fato histórico pode ser imparcial, mas quanto a ele... Se quiser avaliar precisa tomar uma posição. Posição esta que será e deve ser científica, mas será sempre um ponto de vista (BOBRZYNSK, 1963, p.190-191, apud SCHAFF, 1987, p. 283).

Isto tem a ver também, com a História Oral, utilizada para elucidar algumas motivações das lembranças. É inevitável a subjetividade dos entrevistados. “Um dos pontos mais prezados na consideração de história oral está exatamente no fato de ela abrigar possibilidade de enganos, mentiras, distorções e variações dos fatos registrados e conferidos por outros documentos” (MEIHY & HOLANDA, 2007, p. 60). O que não exclui a força

cumulativa das entrevistas e a eficácia das mesmas para solucionar a problemática e formar um documento.

No primeiro capítulo, procuramos abordar a constituição do sujeito histórico, social e cultural de Theodor Amstad, no intento de compreender as questões que implicam a importância dada a ele a partir das biografias e da bibliografia que encontramos, além da sua autobiografia. A ideia foi de reunir informações sobre sua personalidade e suas vivências na Alemanha, levando em consideração os deslocamentos culturais implicados nesta questão. Neste capítulo, é possível conhecer um pouco mais da vida do personagem. Sobre seu envolvimento com o associativismo, desde criança, e a entrada na vida religiosa, que sofreu influências do Catolicismo Social alemão, modelo de vida cristã integrada ao exercício do associativismo. A preocupação com todos os aspectos da vida das pessoas na comunidade era uma característica não somente de Amstad, mas de todos os jesuítas que para cá vieram, a partir da segunda metade do século XIX.

Desde 1831, o movimento cristão católico-social ganhava terreno na Europa, preconizando moderado intervencionismo estatal. Com ilustres representantes na Alemanha, França, Áustria e Bélgica, também viam o cooperativismo com simpatia e consideravam-no uma possível solução para os problemas econômicos que surgiam. Católicos e protestantes sociais incentivavam o caráter moral dessas associações, em oposição à política liberal, lutando assim pela vida (PINHO, 1965).

Os imigrantes alteraram significativamente a fisionomia da Igreja no sul do Brasil, sobretudo, a partir da chegada numerosa de jesuítas, após 1849. Estes sacerdotes estimularam o fervor religioso, a vida sacramental e a fidelidade religiosa. A Igreja dos imigrantes caracterizou-se, também, pelo envolvimento na vida do povo, incentivando a educação, o bem estar material como um pressuposto para vida espiritual saudável. Vida cristã católica autêntica se concebe somente com prática sacramental. Envolveram-se e concentraram maior atenção em assistência social e na liderança em projetos que visavam à promoção da vida humana.

No segundo capítulo, estabelecemos uma discussão entre História e Memória, suas diferenças e aproximações. De uma maneira geral, a História é um processo intelectual, laicizante e periodicizante, enquanto que a memória é um elo entre o vivido no passado com o

presente. Ela é sempre carregada por grupos vivos e, por isso, em permanente evolução, além de estar vulnerável ao esquecimento voluntário ou não (NORA, 1993).

Numa perspectiva de aproximar as memórias comuns às duas instituições, Associação Theodor Amstad e SICREDI Pioneira, selecionamos eventos ao longo do tempo que caracterizaram para nós uma memória coletiva, dando sentido a estas práticas sociais que legitimam e conferem identidade ao(s) grupo(s). A imagem que temos de nós mesmos é produto de nosso convívio social, nossas vivências e experiências com e no meio, através de formas simbólicas de mediação (BOSI, 2003, apud TEDESCO, 2011).

De acordo com João Tedesco (2011), os rituais agregativos que promovemos em momentos especiais são alimentadores para a memória, quando esta se coloca como mediadora. O poder evocativo e simbólico do evento de memória não se dá no sentido da representação do passado, mas naquilo que pode produzir no presente. Por isso, presente e passado são horizontes mediados, são ligados por rituais e por símbolos narrativos. As festividades, em geral, traduzem a emoção e a saudade de algo ou de alguém, e os símbolos manifestam a coexistência temporal e espacial de tempos passados. A lembrança ritualizada recoloca a esperança na capacidade de recuperar alguma coisa que se possuía, um tempo que se esqueceu ou que não se quer esquecer. “Muitos dos rituais festivos de expressão étnica, dialetizam tradição e modernidade, velhas tradições, velhos saberes, como se fossem tempos que se ressignificam e são transportados de uma situação para outra” (RIBEIRO, 2002, apud TEDESCO, 2011, p. 183). Os eventos são narrativos que contam uma história do grupo, aquela eleita para ser lembrada.

Discutimos também neste capítulo a liturgia própria da memória naquilo que diz respeito às imagens, aos monumentos, às relíquias aos lugares próprios para provocar as lembranças. Para analisar este conjunto imagético utilizamos os discursos comemorativos e o trabalho de campo colhendo fotos atuais e dos arquivos, além da utilização de uma bibliografia diversificada sobre imagem e memória.

E, por fim, no terceiro e último capítulo, tratamos de pensar a linguagem e o discurso como elemento constituinte da liturgia memorial. Analisamos as práticas discursivas referentes aos eventos e ao legado de Theodor Amstad para as instituições referidas a partir de relatórios e da fonte oral. A análise representa um auxílio à interpretação dos dados da pesquisa e, por isso, não foi utilizado o rigor semântico dos linguistas. Entendemos que este

tipo de análise é mais um elemento à disposição das outras disciplinas, que permite construir uma interpretação qualitativa (MAINGUENEAU, 2006, apud AMARAL, 2007).

Um texto sempre possibilita construir múltiplos significados, na perspectiva de uma análise textual discursiva como entende Roque Moraes e Maria Galiazzi (2007), desconstruindo e possibilitando a construção do texto numa nova ordem. “Fazer uma análise rigorosa constitui um exercício de ir além da leitura superficial, possibilitando uma construção de novas teorias a partir de um conjunto de informações sobre determinados fenômenos” (MORAES & GALIAZZI, 2007, p. 21). O texto é organizado para uma análise mais complexa, a textual discursiva, que se afasta da análise de conteúdo e da análise de discurso. Num processo de análise aprofundada e pormenorizada, estabelecemos categorias para o corpus das entrevistas, agrupando os elementos semelhantes, a fim de constituir um metatexto. O desafio foi exercitar um diálogo entre as partes e o todo.

Algumas teorias já norteavam este trabalho como a memória coletiva (HALBWACHS) e o conceito de identidade. A identidade não existe para si e nem em si, mas em relação aos outros, ou seja, identidade e alteridade são ligadas numa relação dialética. Ela se constrói e reconstrói constantemente no interior das relações sociais. A identidade torna-se complexa na definição e na delimitação, mas também é flexível, porque conhece variações e permite reformulações chegando a manipulações. “A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas” (CUCHE, 1999, p. 182). E tantas outras teorias vieram à mente durante a execução e as interpretações dos fenômenos e contextos sociais ora aqui discutidos.

Não era nossa intenção contar a história das instituições ao longo de um século de existência, mas, sim, estabelecer uma relação convergente de cada uma em direção à figura de Theodor Amstad e seus significados, a partir daquilo que lembram e permanece vivo no(s) grupo(s), após sua morte. Procuramos problematizar a complexa relação com o tempo que as lembranças e o trabalho com História Oral comportam, numa preocupação contínua de deixar claras nossas intenções e impressões sobre o trabalho.

1 THEODOR AMSTAD: A VIDA E O PROJETO SOCIAL DOS JESUÍTAS NO RIO GRANDE DO SUL

Theodor Amstad, quem foi e que continua motivando o interesse e as invocações nos dias de hoje, sendo esta figura ainda tão homenageada? As perguntas são simples, no entanto, as respostas não nos parecem tão simples assim. Elas possuem infinitas possibilidades, com um leque amplo, que nos aproxima do momento histórico em que este padre jesuíta viveu e chegou ao Brasil. Assim como pode nos trazer aproximações e distanciamentos pelos motivos sensíveis e insensíveis das lembranças relacionadas a ele. Estes mesmos questionamentos e estas mesmas lembranças nos esclarecem sobre os contextos sociais, culturais e econômicos da época bem como, nos suscitam outras questões que implicam justamente na importância dada a Amstad, uma importância quase única diante dos outros colaboradores do projeto social realizado pela sua ordem no sul do país. As relações sensíveis tocam naquilo que diz respeito à emotividade e às subjetividades dos sujeitos históricos envolvidos, enquanto as insensíveis falarão, sobretudo, da sua importância econômica, e até política, em alguns casos.

Dito isto, iniciaremos este capítulo apresentando Theodor Amstad a partir da sua autobiografia e de biografias escritas por outros. Segundo seus biógrafos (alguns deles, senão a maioria padres jesuítas), foi uma personalidade notável, que marcou a História do Rio Grande do Sul e do cooperativismo, no início do século XX. Estes textos foram produzidos na segunda metade do século XX e também utilizaram sua autobiografia como fonte inspiradora para descrevê-lo. A bibliografia apresenta poucos dados sobre Amstad, e quando os textos trazem informações sobre ele, estas são referentes ao cooperativismo, ao iniciador do sistema *Raiffeisen* no Rio Grande do Sul. Informações quase sempre repetitivas ao que já existe nas obras citadas. Sendo assim, este capítulo também não trará grandes novidades sobre a vida de Amstad. No entanto, aquilo que se pretendeu aqui foi estabelecer relações da vida associativa, cooperativa e religiosa dele num único trabalho. Ou seja, reunir informações configurando uma realidade social do nosso objeto de estudo.

1.4 A VIDA NA SUÍÇA E A FAMÍLIA CHRISTEN-AMSTAD

Nos primeiros capítulos da obra, *Teodoro Amstad: Memórias autobiográficas (1981)*, encontram-se relatos sobre sua infância, família e formação, que serão brevemente transcritos, a seguir. Amstad nasceu em 9 de novembro de 1851, na cidade de Beckenried, junto ao Lago

dos Quatro Cantões, Suíça, e lá viveu os primeiros 13 anos da sua vida. Sua família tinha uma propriedade rural perto de casa, além de terras comunais e uma pequena horta doméstica, repartida a cada habitante. Trabalhavam a terra com ferramentas comuns, como a pá e a enxada. Plantava-se de acordo com a necessidade particular ou caseira.

Sua residência era ampla, com mais de 15 subdivisões confortáveis. É importante ressaltar que com estes dados configuramos uma família que não passava por problemas ou dificuldades ligadas à moradia e à fome, questões que vão impactar muito Amstad ao chegar ao Brasil.

A família teve como característica marcante a cristandade. Esta característica o próprio Amstad fez questão de escrever e apresentar aos leitores em sua autobiografia. Ele deu visibilidade a este fato, quando apresentou nesta obra a árvore genealógica de seu avô materno. Isto porque sobre a família paterna dizia ter pouco conhecimento. A importância desta árvore está na descendência direta do seu avô Aloísio Christen a um dos beatos mais reconhecidos da Suíça: Nicolau von der Flüe.³ Como herança dos avós maternos, destacou a estima pelos estudos, além da já mencionada importância de ser cristão.

O avô Aloísio Christen formou-se em medicina e casou-se jovem. Teve seis filhos com Josefina Hermann, os quais todos receberam formação superior ou secundária. As quatro meninas foram para o Internato das Ursulinas de Friburgo. Os dois meninos foram para o colégio dos jesuítas, em Brig e Friburgo. Demonstra em suas lembranças uma grande admiração por estes avós, sobretudo em suas trajetórias de vida e conquistas através do trabalho e esforço pessoal.

No cantão em que residiam eram uma família de destaque, sendo o senhor Christen um renomado médico e um dos mais procurados da região, seja para prestar seus serviços médicos ou à procura de suas mercadorias. Ele era proprietário da drogaria cantonal responsável por comercializar o necessário para as farmácias e os médicos dos arredores. Além disso, possuía duas propriedades rurais, entre outros bens.

³ Nicolau von der Flüe viveu de 1417-1487. Foi um campônio piedoso e pai de numerosa família. Isso no Flüeli, Cantão de Unterwalden. Foi também juiz e soldado. Por haver impedido, em 1481 a guerra civil, é patrono dos pacificadores (RABUSKE, Arthur apud, AMSTAD, 1981, p. 42). Padroeiro da Suíça canonizado por Pio XII no ano de 1947. Amstad era aparentado seu em 13º grau (BOHEN, 2000, p. 8).

Sobre seu pai, José Maria Amstad, os relatos são unívocos quanto sua capacidade de se reinventar profissionalmente. Por mais de trinta anos, foi alferes⁴ do governo cantonal. Nas primeiras décadas do século XIX, a Suíça passou por dificuldades econômicas, e o jovem Amstad andou pela Itália à procura de seu próprio sustento. Foi na região veneziana que encontrou emprego num armazém. Esta experiência pela Itália e o aprendizado de outra língua preparou-o para, mais tarde, já casado com Regina Christen, abrir uma loja de “secos e molhados”.

O negócio do pai começou com a comercialização de queijos e vinhos. Mais tarde, com a grande circulação de clientes dos arredores, passou a comercializar também outros produtos como: açúcar, café, arroz, figos, salame italiano, entre outros. A marca de queijos “J.M.A.” (iniciais do nome de seu pai) passou a ser exportada para América do Norte e para o Brasil, e contava com duas filiais na Itália. Ele e a esposa dirigiam os negócios sozinhos, com poucos empregados que ajudavam na administração. A senhora Amstad era responsável pelas correspondências em língua alemã e francesa, enquanto ao senhor Amstad cabia redigir as cartas em italiano, além de realizar viagens comerciais e de propaganda dos negócios. Contudo, o senhor Amstad ainda era membro ativo da Associação de São Pio⁵, apoiando as aspirações da mesma, acumulando funções comunitárias.

Os relatos sobre a senhora Regina se referem aos cuidados com os filhos. Tivera doze, sendo que cinco morreram quando crianças. Com as viagens frequentes de José Maria Amstad, ela cuidava dos negócios também quase que exclusivamente com destaque para a vida fraterna, ajudando a todos que necessitassem na região.

Theodor Amstad nasceu e cresceu numa família organizada e estruturada nos moldes da Igreja Católica, destacando a vocação e a fé cristã nos antepassados. A família Christen-Amstad pode ser considerada certamente uma família burguesa, já que possuía bens e negócios, prezava os estudos e a moralidade cristã. É certo que estas vivências influenciaram nas ações de Amstad ao chegar ao Brasil, pois sua visão de mundo foi construída com base

⁴ Profissão importante e perigosa, pois cabia ao alferes proteger do inimigo a bandeira nacional. Nos anos posteriores, tornou-se, contudo, mais e mais um cargo honorário (AMSTAD, 1981, p. 45). Antigo posto militar, equivalente ao atual de segundo-tenente (Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/alferes/>>. Acesso em: 10/10/2012).

⁵ Associação católica fundada na Suíça, em 1856 (AMSTAD, 1981, p. 47). Adiante, falaremos mais sobre esta e outras associações.

nestes valores. Além disso, ele se colocava também como descendente de Wilhem Tell⁶, um grande herói da independência helvética, no início do século XIV, relacionando este fato com o valor dado ao trabalho junto à superação dos desafios encontrados por sua família.

Após a morte de seu pai, quando ele tinha quinze anos assumiu os negócios deste. Já aos treze era administrador com a mãe. Esta experiência do trabalho desde cedo, junto a outras que citaremos a seguir, imprimiram no jovem Amstad responsabilidade e organização que serão empregadas no Rio Grande do Sul, mais tarde.

1.5 OS ESTUDOS, O SACERDÓCIO E A CHEGADA AO BRASIL

Amstad frequentou o ensino primário numa escola localizada em sua própria aldeia natal: Beckenried. Esta escola era dirigida pelas irmãs Escolares de Jungenbohl. O ensino secundário também foi cursado numa escola confessional, da ordem religiosa à qual mais tarde foi pertencer. Mudou-se para Feldkirch, uma pequena cidade na Áustria, com grande fama por conta do colégio dos jesuítas, o “Stella Matutina”.

A educação de Amstad foi feita com base sólida na pedagogia cristã, sobretudo jesuítica. E isto foi demonstrado também nos valores da família, que, como vimos, prezava o cuidado das relações familiares, dos bens e do espírito.

Quando garoto, tivera uma função de liderança no colégio jesuíta, cargo de cunho comercial e de confiança. Nomearam-no questor da 2ª divisão do pensionato. A função lhe exigia tino comercial, o que já vinha desenvolvendo com os negócios do pai, para vender pequenos objetos escolares e gêneros alimentícios.

A entrada para a vida sacerdotal iniciou no dia três de outubro de 1870 com o noviciado em Gorheim. Teve como instrutores o mestre de noviços, padre Maurício Meschler, e seu assistente o padre Guilherme Eberschweiler. Segundo o próprio Amstad, se dele não saiu coisa melhor, a culpa não reside em seus dois primeiros mestres de vida espiritual. O começo do noviciado deu-se na época da guerra franco-prussiana. Quase todos os dias, segundo

⁶ Embora muitas histórias sobre ele sejam do campo lendário. Ao recusar as ordens de Gessler, representante de Alberto I da Áustria, para curvar-se diante do chapéu ducal que estava exposto no Cantão de Uri, Tell viu-se obrigado a derrubar com uma flecha de uma besta, a maçã colocada na cabeça do seu filho. Uma prova em que se saiu bem (AMSTAD, 1981, p. 53).

Amstad, ouviam-se tocar os sinos da vitória, sendo que também os ribombos de canhões anunciavam novos triunfos para as armas alemãs.

Em 1872, Theodor Amstad deu início ao Curso de Humanidades, na cidade de Wynandsrade, localizada na Holanda, região que estimulou Amstad a exercitar a confecção de mapas geográficos. Outro aprendizado que este período lhe trouxe foi o de falar em público. Situação em que o então estudante Amstad, tinha alguma dificuldade, dada sua timidez.

No biênio 1877/1878, Amstad exerceu o ofício de professor em Feldkirch. Período em que ele mesmo constata, em uma autocrítica, que não prestava para mestre-escola. Embora tivesse a aprovação de seus alunos, não se sentia capaz de manter a disciplina, requerida num recinto escolar. Deste ano em diante, nunca mais Amstad foi professor, excetuando o ensino catequético. Após este breve período exercendo o magistério, Amstad viajou a Wynandsrade, para ser escritor ajudante do padre Schleiniger, posição que permaneceria ocupando até o ano de 1881.

No verão de 1881, Amstad viajou a Ditton Hall, perto de Liverpool, na Inglaterra. Era nesta localidade que os estudantes de Teologia se entregavam à sua última fase de formação eclesiástica. Permaneceu por lá até 1884. Foi um momento de mudança, em que vinha de um ambiente rural na Holanda para um movimento fabril industrial da Inglaterra. No dia oito de setembro de 1883, foi conferida a Amstad a ordem sacerdotal, e no dia seguinte, como ele mesmo aponta, num silêncio quase total, realizou sua primeira santa missa.

Em 1885, selou-se o destino para o grupo de novos apóstolos. Amstad foi, primeiramente, indicado para viajar à Índia, quando, por intervenção do padre Agostinho Oswald, conseguiu que seu destino fosse o Brasil. A viagem de Liverpool até Porto Alegre durou cinco semanas, e a culpada por tal demora, segundo Amstad, foi à precária ligação marítima do Rio de Janeiro com Porto Alegre⁷.

No capítulo “Atividades missionárias”, Amstad revela os motivos que o trouxeram ao Brasil. De acordo com a sua formação religiosa, não poderia ser diferente o motivo de sua vinda senão a de missionário. Via de regra, o termo “missionário” se refere a um pregador de

⁷ Sobre a viagem e as primeiras impressões de Theodor Amstad em relação ao Brasil, ver: SANTOS, Alba Cristina Couto dos. **Anais do VII Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. História, Literatura e Mito: Viajantes Europeus na América do Sul.** PUCRS: Porto Alegre, 2011.

missões, aquele que é incumbido de enviar algo para alguém ou lugar. No caso sacerdotal, doutrinar as almas nas regiões mais incultas e bárbaras. Neste caso, BOHEN (2001, p. 10) amplia o conceito e vincula-o com “terra de missão”, que seria “toda aquela em que, embora já civilizada, a Igreja ainda não está constituída e consolidada, em todos os meios e órgãos correspondentes, para a consecução do fim, a saber: a salvação das almas”. Ou ainda nos lugares em que a Igreja não alcançou a maturidade suficiente em sua organização para ser autônoma.

No ano em que completaria o biênio do noviciado, haveria de ter um período de distanciamento do mundo, estava na chamada “Terceira provação”, pós-estudos teológicos. Padre Agostinho Oswald, instrutor da terceira provação, foi quem conseguiu que o Brasil fosse o seu destino. A última turma enviada para missão jesuítica no Brasil foi a de Amstad, totalizando cinco sacerdotes, com ele.

Seu destino para o Rio Grande do Sul explica-se na lógica jurídica da Companhia de Jesus. O estado era terra de missão dos padres europeus. Entre 1842 a 1861, fez parte da Província de Espanha, portanto, *missio Hispânica*; entre 1862 a 1869, fez parte da província Romana, chamando-se *missio Romana*, e de 1869 a 1925, dependeu da Província da Alemanha Superior, recebendo o nome de *missio Germânica*. Amstad veio nesta última missão, como podemos constatar. No período entre 1925-1927, o Rio Grande do Sul foi intitulado Vice Província da Alemanha, por conta do significativo número do clero autóctone. A partir de 1927, o estado se fez Província independente passando a englobar várias nacionalidades (BOHEN, 2001, p. 11-12).

1.3 THEODOR AMSTAD: O ASSOCIATIVISMO E O COOPERATIVISMO

Theodor Amstad trouxe consigo uma gama de conhecimentos ultramontanos, e colocou em prática muitos destes conhecimentos com a criatividade e liderança junto à realidade social brasileira. Amstad inspirou-se nos líderes do Catolicismo Social de meados do século XIX, na Alemanha.

Amstad desenvolveu, no estado do Rio Grande do Sul, o espírito do associativismo e do cooperativismo, tendo como base as experiências anteriores e os modelos conhecidos destes sistemas, já na Alemanha. O associativismo fez parte da sua vida familiar e juventude, na Suíça. Em sua autobiografia, relata a importância da união na comunidade. Teve a Suíça

como um lugar de exemplo, diversificado em ideais e filosofias, porém harmonioso pelo bem comum. Isto ele afirma quando descreve a cooperação entre pequenas indústrias fabris e domésticas, e, embora tenha chegado à conclusão de que não se ficava rico desta forma, no entanto, se tinha o contentamento e a garantia de um trabalho realizado em conjunto. Arthur Rabuske, o tradutor da obra (1981), relaciona esta cooperação, a partir de uma frase citada pelo próprio Amstad, com o antigo juramento de Rütli dos primeiros cantões suíços datado de 1307: “Nós queremos ser um povo unido de irmãos”.

Para ilustrar ainda mais a proximidade de Amstad com o associativismo e com os acontecimentos políticos e sociais da Suíça, no período de sua infância, mencionou a Confederação de Associações Católicas, a Associação de São Pio, a Associação Popular e o Partido Popular Católico, creditando a estas organizações a responsabilidade representativa dos interesses católicos, na Suíça, após 1848. Nomeou este período de “revolução”, que por quase 50 anos instalou um radicalismo político em boa parte do país. Estas organizações surgiram com o Movimento Católico Alemão, e possuem suas raízes no final do século XVIII, a fim de enfrentar as ideias inovadoras do Iluminismo, do racionalismo e de outras ideias revolucionárias que tomavam espaço na Europa daquela época.

O fervor e as práticas católicas estavam prejudicadas com o término da Revolução Francesa, e, depois, nos quinze anos seguintes, com as guerras e conquistas de Napoleão pela Europa inteira. No ano de 1803, a ocupação da região do Reno por Napoleão, teve repercussão importante entre os estados alemães, principalmente em relação à secularização dos bens eclesiásticos, a fim de compensar os príncipes afetados. Já é sabido por muitos que a Igreja ficou privada dos seus recursos organizacionais, hierárquicos e materiais. Os bispos, o clero e os fiéis procuravam formas de ação diante da desorganização religiosa e política que encontravam. Nos territórios alemães, governantes interferiam profundamente no cotidiano da Igreja, focando suas interferências em três pontos essenciais: a primeira eram as frequentes tentativas de diminuir ou anular a autoridade hierárquica; a segunda era a consequência da primeira, ou seja, estremecer a relação do clero com os bispos, até ficar completamente comprometida; e, por fim, investir na formação do clero em sintonia com o governo laico e inteiramente desfavorável à orientação da Igreja (RAMBO 2011, p. 36-37).

A reação da Igreja alemã sugeria um entendimento entre os governantes e o papa, via concordata. Porém, não teve sucesso e não passou de intenção. Diante deste cenário desolador da Igreja Católica o então bispo auxiliar de Würzburg, entre 1801 e 1817, Georg Karl von

Fechenbach, propôs o embate e o confronto de ideias. Ele estudou as correntes do pensamento contrário à Igreja, e acompanhava, sistematicamente, o pensamento laico, que, a seu ver, contaminava o povo.

De pouco adianta combatê-los sem um mínimo de conhecimento de causa. É preciso enfrentar a situação no mesmo nível, munido do conhecimento do ponto de vista e das intenções dos adversários. O caminho mais curto e mais seguro consiste em somar os esforços em associações formadas por elites intelectuais, em condições de identificar e interpretar corretamente os sinais dos tempos (RAMBO, 2011, p. 39).

Neste sentido, a formação vinha ao encontro de combate à formação dada pelos governantes para o jovem clero. O bispo auxiliar de Speyer, Wilderich von Waldesdorf, organizou um grupo de elite intelectual, e lhe conferiu atribuições bem específicas, como missão a ser cumprida. Deveriam garantir a ortodoxia doutrinária, zelando assim pela disciplina eclesiástica. A começar pela conquista do *Jornal de Literatura* destinado aos professores.

Outro problema era o avanço da influência protestante. Em meio à hostilidade aos católicos, acentuava-se a influência na administração pública dos protestantes, e, cada vez mais, bispos e padres eram vistos como agentes do atraso, conseqüentemente a massa católica como ignorantes e supersticiosos.

Este cenário de desorganização chegou perto do caos na Alemanha, e atingiu o ponto crítico em 1848, momento em que a Igreja viu-se sozinha, sem poder contar com os governos fragilizados e prestígios abalados. “Para as autoridades eclesiásticas e para as lideranças católicas leigas, não restava dúvida que a restauração do prestígio e da revitalização da Igreja na Alemanha passava pelo povo católico” (RAMBO, 2011, p. 43).

É neste contexto que o povo católico dá sua resposta, em 1848, na cidade de Mainz. Isto porque sua localização geográfica é umas das regiões mais conturbadas. Sendo região de fronteira com a França, convivia com a constante problemática de identidade nacional e conseqüentemente desestruturação social. Ademais, as ideias inovadoras oriundas de Paris ecoavam primeiramente em sua população. Por isso, esta cidade deveria ser a primeira a ser arregimentada numa associação católica. De acordo com Rambo (2011, p. 43), a inspiração veio de agremiações que já atuavam com sucesso na Inglaterra, na Irlanda e na França, com o objetivo de defender a Igreja e a liberdade religiosa. Em meio a dificuldades relacionadas ao descrédito da população diante do cenário tumultuado da década de 1840 e da falta de tradição associativa do povo, fundaram, enfim, a associação, após formular e aprovar os

estatutos, por meio de um documento assinado por mais ou menos quatrocentos sócios fundadores. Estava criada a Associação de São Pio de Mainz.

No estudo feito, com excelência, por Erneldo Schallenberger (2009) sobre o associativismo cristão, destacamos outras questões para o Movimento Católico Alemão, que serviu como modelo para Amstad. A ocupação da região do Reno, em 1803, repercutiu fortemente nos estados alemães como vimos. Desta região renana e dos territórios anexados pela Prússia de Hunsrueck após o Tratado de Viena, vieram em grande número imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul. Região limítrofe com a França, Bélgica e Suíça, com população majoritariamente católica, vivia da pequena propriedade rural e da prática da agricultura familiar. Segundo Schallenberger (2012, p. 16-17), esta população era marcada pelo conservadorismo agrário, o que favoreceu uma organização social caracterizada e constituída pelas raízes culturais plantadas nas tradições de comunidades rurais e baseadas nos princípios ético-religiosos do catolicismo, concebendo assim uma visão romântica da sociedade. “Os românticos concebiam a sociedade, ou o povo, como uma totalidade homogênea e autônoma. A filosofia romântica insistia na peculiaridade do destino especial de cada povo” (CRIPPA, 1978, p. 123, apud SCHALLENBERGER, 2012, p. 17).

Com o não apoio de Roma à Igreja alemã e com as frustradas tentativas de terem os bens eclesiásticos restabelecidos, a realização do Congresso de Viena (1814-1815) alimentou sentimentos de revolta e certa melancolia. Ela perdeu no âmbito econômico, a autonomia e o sistema de organização, além do enfraquecimento cultural e político. A Igreja alemã passou a depender cada vez mais de Roma, os interesses das igrejas locais foram muitas vezes desconsiderados com vistas aos resultados das negociações feitas pelo governo e a cúria romana. Desta crescente dependência, surgiu o movimento conhecido como ultramontanismo, “pelo qual toda a ação católica se nutria das orientações emanadas da cúria romana” (SCHALLENBERGER, 2012, p. 18). Desta forma, os alemães passaram a focar no seu pertencimento a uma comunidade universal.

A primeira estratégia era tornar conhecido o pensamento cristão católico editando e reeditando obras de orientação pastoral. Inclusive, foi traduzido para o alemão o pensamento do francês Chateaubriand, pensador cristão romântico ainda desconhecido na Alemanha. Para marcar presença na sociedade, desenvolveram outras estratégias planejadas de ação pastoral. Somente depois de 1840, a relação entre Estado e Igreja tornou-se mais branda, isto porque Frederico Guilherme IV chegou ao poder e manifestava simpatia ao romantismo católico.

O movimento católico com o intuito de reafirmar o seu caráter universal do liberalismo anticlerical e do protestantismo antirromano, bem como fazer frente às revoluções liberais, funda em 1848, em Mainz, a já citada “Pius Verein”, em defesa da liberdade da Igreja. Ademais, estava sendo lançado o Manifesto Comunista, no mesmo ano, e era preciso estar atento a sua difusão. As associações se multiplicaram por toda a Alemanha, uniram-se em assembleias, mobilizando o mundo católico a unir esforços para melhorar tal realidade religiosa, política e econômica. As assembleias eram conhecidas como *Katholikentage*, “Dias dos Católicos”. Os *Katholikentage* eram a organização maior dos católicos, eram reuniões de assembleias gerais para definir diretrizes do social catolicismo. Os assuntos eram definidos de acordo com a conjuntura social, buscando formas de ajuda mútua dos católicos (SCHALLENBERGER, 2012, p. 19).

Em seguida, os associados alimentaram o desejo de reunirem-se em federação alemã de associações católicas e este desejo foi concretizado na ocasião da inauguração da catedral de Colônia. Decidiram unir todas as associações numa única federação, garantindo ainda mais a conquista da liberdade para a Igreja e a Religião. Não demorou muito para os associados organizarem-se numa confederação, ou seja, a federação nacional das associações católicas. Elegeu-se como missão, além da liberdade institucional da Igreja, a formação como premissa para discernir os problemas e tomar decisões conscientes e responsáveis (RAMBO, 2011, p. 44-46).

As questões do campo perduravam com a resistência dos pequenos proprietários à modernização, procurando manter o status quo. A industrialização tardia e os problemas fronteiriços contribuía ainda mais para esta tensão. Ao Estado coube deixar o caminho livre para a Igreja poder dedicar-se a estas questões. É neste momento que a Igreja cada vez mais coesa em organizações volta-se para os problemas econômicos e sociais. Para Schallenger, “forjou-se o pensamento social cristão-católico” (2012, p. 21).

No contexto de empobrecimento, o medo da industrialização e a decadência das camadas sociais, o pensamento social católico definiu uma missão clara para a Igreja, nesta nova ordem. Já no primeiro discurso em assembleia geral do futuro bispo de Mainz, Wilhelm von Ketteler, em 1848, deixou claro que somente a Igreja era capaz de dar soluções para as questões sociais (RITTER, 1954, p. 36, apud SCHALLENBERGER, 2012, p. 22). Ketteler já apontava para uma postura sociológica e uma autoafirmação do catolicismo diante do Estado.

Na década de 1870, com o império alemão instalado, o controle sobre a igreja e sobre o avanço liberal cresceu. Procurava-se minimizar a influência cultural da Igreja na tal conjuntura de sociedade industrial em formação, porque era vista como uma instituição atrasada e reacionária ao modernismo. Desta forma, a Igreja, sofreu intervenções importantes nos estabelecimentos de ensino, sobretudo aqueles de formação religiosa, superficializando as escolas de Teologia e diminuindo as formas mais eficazes de alimentar e realimentar a doutrina. Foram instituídas então as leis do *Kulturkampf*⁸, movimento reacionário anticlerical.

Estas experiências de associativismo e o surgimento do pensamento social cristão na Alemanha habitaram não somente o imaginário de Amstad na sua infância, mas, sobretudo, fizeram parte da sua educação familiar e cultural, pois, como vimos, ele assistia seu pai nas reuniões e no envolvimento com a Associação São Pio, de seu cantão. Não podemos ignorar estes contextos sociais, culturais e político que Amstad vivera, influenciando assim nos modelos que viera mais tarde inaugurar no Brasil.

1.3.1 Amstad, líder fundador do *Bauernverein*: um exemplo cooperativo/associativo.

Theodor Amstad junto com outros líderes civis e religiosos teve a iniciativa de reunir os agricultores em um congresso aos moldes dos já conhecidos para ele, *Katholikentage*. A ideia era de unir cada vez mais a classe dos agricultores que se apresentava dispersa, marginalizada e esquecida pelas autoridades governamentais. O primeiro congresso, como experiência, realizou-se em 1897, na localidade Bom Jardim, hoje Ivoti. Os resultados animadores geraram uma segunda experiência na localidade de Harmonia, então distrito de Montenegro, configurando então o primeiro Congresso Geral oficial, no ano de 1898, que reuniu milhares de agricultores. Neste encontro, o tema da educação norteou os debates. Um grupo de professores liderados pelo padre Pedro Gaspar S. J., o líder religioso na época, apresentaram um diagnóstico aos presentes sobre a situação da rede escolar comunitária. A

⁸ O *Kulturkampf*, como expressão local da ilustração, isto é, do otimismo no poder da razão e na possibilidade de organizar a sociedade em base a princípios racionais, caracterizou-se pela reação ao movimento católico do ultramontanismo, que havia colocado o foco da condução religiosa e das organizações católicas sob a orientação de Roma. Esta orientação representava para o Estado alemão, unificado em torno da Prússia protestante, uma ameaça à unidade e à hegemonia política. Com o apoio dos protestantes e dos nacional-liberais, e contestando a infalibilidade do Papa, Bismarck “eliminou a Divisão Católica do Ministério dos cultos, substituiu os inspetores escolares católicos, nomeados, até então, pela Igreja Católica, e proclamou o decreto facultando a expulsão dos jesuítas apenas por uma ordem policial e ainda proclamou as Leis de Maio que limitavam o campo de ação da Igreja católica” (RITTER, 1954, p. 137; KREUTZ, 1991, p. 32-34, apud SCHALLENBERGER, 2012, p. 23).

ideia de uma implementação curricular e organização das escolas já havia sido pauta em Bom Jardim, no entanto esta foi uma tarefa a ser novamente discutida e então implementada no congresso de Harmonia. A partir daquilo que foi apresentado, discutido, e procurando solucionar os problemas, fundou-se a Associação dos Professores Católicos e o jornal da classe, *Lehrerzeitung*. A participação de Theodor Amstad nestes primeiros dois congressos não consta nos documentos analisados.

Os congressistas que estavam reunidos em Harmonia deixaram agendado para o ano seguinte aquilo que seria o terceiro encontro, e segundo Congresso Geral. Foi realizado em Santa Clara da Feliz (região hoje próxima a Lajeado), em 1899. Na ocasião, Amstad entrou em cena como personagem-chave para versar sobre a situação econômica da região e apontar novos caminhos. Foi incumbido pelos organizadores, entre eles padre Steinhart S. J. e o senhor Hugo Metzler, a discursar para os colonos sobre o problema existencial em que se encontravam. Ele foi convidado para apresentar uma conferência sobre o tema, já que estava diretamente em contato com os colonos e por dentro de suas queixas e dificuldades.

A autossuficiência comunal conseguiu resolver os problemas do dia-a-dia de 1824 a 1880 nos núcleos coloniais. Conheceram a fartura cultivando milho, feijão, batata inglesa, batata doce, feijão, mandioca, criação de porcos, entre outras culturas. A colonização se expandiu pelos Vales dos rios dos Sinos, do Caí, Taquari, Pardo e Jacuí. O sucesso da colonização tornou a economia mais dinâmica e rentável. Geravam excedentes que eram colocados nos mercados regional e nacional. Os mercados do centro do país eram bons compradores destes produtos sem concorrência. Este período de boa circulação de rendas ficou conhecido como “Período das onças de ouro”, e fez diversificar e sofisticar as expectativas de consumo. Com isso, a rotina de importação crescera com diversos produtos, muitos deles com preços elevados (RAMBO, 2011, p. 52-58).

Com o crescente processo de industrialização e a dependência dos produtos manufaturados aumentavam a importação e a dependência dos países europeus. O tempo em que se produzia de tudo ou quase tudo na colônia estava chegando ao fim. Os estados do sudeste, São Paulo e Minas Gerais, começaram a produzir e explorar seu potencial no desenvolvimento agrícola, e intensificaram o cultivo de milho, feijão e mandioca. Estava firmada a concorrência. Era preciso diversificar as culturas e ampliar o leque de oferta. Afora estas questões, tinham de contar ainda com crescimento demográfico que era significativo; o

desmatamento despreocupado e a falta de um sistema de poupança e empréstimo (RAMBO, 2011, p. 52-58).

A necessidade de organização econômica se fazia necessário. Metzler propôs discutir naquela assembleia de Santa Clara da Feliz um sistema de crédito conhecido como modelo *Raiffeisen*, utilizado com êxito na Alemanha e na Argentina, entre outros países. Steinhart, o então presidente da assembleia, introduziu o assunto sugerindo uma caixa de poupança criada no ano anterior pelos irmãos Dutra, em São Leopoldo e da qual se tinha boas notícias. Ambas as discussões foram pertinentes, e representaram a semente para aquilo que chamariam de Caixas Rurais. Mas ficou para Amstad a missão de convencimento dos congressistas a uma organização financeira, por ser uma pessoa conhecida e agraciada por todos, tiveram que mudar a ordem do dia e antecipar sua conferência. “O pequeno padre”, como era conhecido, era a figura popular perfeita para a ocasião, combinado com o seu conhecimento e comprometimento com a comunidade. Sua responsabilidade foi desenvolver o tema: “De que maneira podemos tornar-nos economicamente independentes do estrangeiro (RAMBO, 2011, p. 62-65)”.

Muito já se sabe do discurso proferido por Amstad, e na recente obra “Somando forças” de Arthur B. Rambo (2011, p. 66-76), se pode encontrá-lo na íntegra. Contudo, pensamos ser pertinente transcrever dois trechos que traduzem, em primeiro lugar, a ótima retórica e o conhecimento de causa de Amstad, em segundo, a lógica religiosa e associativa de um discurso cativante.

Quando um carroceiro se descuida e a carroça fica presa num atoleiro, a primeira coisa que deve fazer é verificar onde está presa, para, em seguida, tomar as providências para libertá-la. Na atual conjuntura, temos de agir da mesma forma. A dependência do estrangeiro representa o atoleiro profundo no qual o carro com a riqueza nacional brasileira se encontra aprisionado. É preciso descobrir como é que chegamos nessa situação. Depois refletimos sobre os meios e os caminhos que nos podem libertar. Dito de outra maneira: respondamos a duas perguntas: no plano econômico, quais as causas que nos levaram à dependência do estrangeiro? Sempre no plano econômico, qual o caminho para libertar o país do estrangeiro? (RAMBO, 2011, p. 67).

Como podemos tornar-nos economicamente independentes do estrangeiro? Como primeira providência, buscar menos na venda, isto é, no estrangeiro. É sobre essa questão que nos concentraremos de modo especial. Antes de mais nada, deveríamos saber que nem o Brasil e, de modo especial, nem o Rio Grande deveria importar alimentos, ou muito poucos. Deveriam ser reduzidos a trinta milhões, no máximo a cento e trinta milhões anualmente mandados para fora do país com a compra de alimentos. Para o nosso Rio Grande significaria, em primeiro lugar, cobrir, com produção própria (RAMBO, 2011, p. 69).

Em Nova Petrópolis, costume hospedar-me na casa de um italiano. Ele não dispõe de potreiro e, contudo, faz um bom dinheiro com queijo e manteiga com apenas duas vacas leiteiras. Como ele nem sempre tira o leite suficiente para que a fabricação de queijo e de manteiga compense, associou-se a dois vizinhos. Cada mês, um deles se encarrega de fabricar o queijo e a manteiga. A quantidade de leite fornecida é rigorosamente anotada. Cada meio ano fazem um acerto e cada qual recebe proporcionalmente a que tem direito ou em queijo ou em dinheiro (RAMBO, 2011, p. 70).

Neste trecho, podemos observar a busca por soluções para resolver os problemas apontados, levando os ouvintes a refletir sobre o assunto. Com o exemplo do italiano, trouxe a ideia de cooperação e divisão das sobras proporcional, ou seja, já apresentava um dos princípios cooperativos dos Pioneiros de Rochdale.⁹

Então como conclusão, quero restringir-me à pergunta: qual seria a forma prática de concretizar as proposições? Por que vocês se contentaram apenas em dizer: “O pequeno padre” tem razão, assim deve ser feito, mas nada fizeram de concreto? Então, meus caros ouvintes, nada nos adiantará, nem a mim, nem a vocês, e melhor teria sido se tivesse poupado os meus pulmões. Não! Aquilo que se reconheceu como verdadeiro e como acertado, tem de ser atacado com vigor. (RAMBO, 2011, p. 73).

A reflexão tem de ser complementada pela ação. Um sem o outro nada resolve. E quando se trata de resolver um problema muito sério, não basta que se lute isoladamente. Não basta que um indivíduo ponha mãos à obra. Será a tarefa de muitos em regime de cooperação. *Assim se quiserem mover uma grande pedra e estiverem presentes vinte homens, e cada um isoladamente tenta removê-la, nada conseguirá. Se, porém, os vinte homens agarrarem em conjunto, obedecendo a um comando, fizerem força ao mesmo tempo, levantarão com facilidade a pesada carga.*

[...] Se, porém, nos reunirmos, se criarmos uma associação de grande porte e abrangente, tornar-nos-emos fortes e sempre mais fortes (RAMBO, 2011, p. 74, grifo nosso).

Esta segunda ilustração mostra a vontade de Amstad de convencer os presentes, mostrando as vantagens de um trabalho conjunto. A frase grifada, no entanto, apresenta uma releitura bíblica do Velho Testamento sobre o “feixe de varas”. Uma vara sozinha quebra-se facilmente, mas se juntarmos mais de uma dificilmente se conseguirá destruí-las. A palavra de ordem era “unir forças”. O discurso foi encerrado com aplausos e euforia, segundo relatos, e a aceitação por uma organização associativa concretizou-se. E só foi possível uma resposta rápida à proposta, porque Amstad tinha feito um esboço da estrutura organizacional da associação bem como um anteprojeto de estatuto. Além disso, esta aceitação também demonstra um alto nível de compreensão da realidade, de formação e de informação pelos

⁹ “Os 28 tecelões em situação de greve e de demissão em massa, começaram a esboçar desde fins de 1843 o que em dezembro do ano seguinte se traduziria na cooperativa de consumo, que na sobriedade operária surgiu pequena e modesta, e desenvolveu-se ininterruptamente até nossos dias” (SCHNEIDER, 1994, p. 10). Acredita-se que Amstad tenha tido conhecimento deste modelo cooperativo durante seu período de formação na Inglaterra.

presentes. A organização recebeu o nome de Associação Rio-Grandense de Agricultores, cuja inscrição “*viribus unitis*” do feixe de varas foi escolhida como símbolo do seu lema “unindo forças”.

A Associação foi oficializada em 1902, no congresso de São José do Hortêncio. E foi neste momento que foram aprovados os estatutos e o órgão oficial de comunicação, o *Bauernfreund*, o “amigo do agricultor”, que circulava desde 1900, e passou a ser um veículo de comunicação entre a associação e os colonos, com o formato de jornal. Tinha como princípio informar os colonos de tudo aquilo que lhes interessava nas questões econômicas, políticas, sociais, educacionais e culturais. “Ao *Bauernfreund* foi confiada também a tarefa de formar uma nova mentalidade entre os colonos” (RAMBO, 2000, p. 9). Esta publicação foi redigida por Amstad até 1912. A associação fundamentava-se em quatro princípios básicos: o da cooperação, do comprometimento mútuo, da interconfessionalidade e da interetnicidade. No entanto, esta publicação beneficiou apenas os alemães, pois era redigida na língua alemã, e não foi criado algo similar para os lusos, e italianos associados.

O *Bauernverein*, como ficou conhecido a Associação de Agricultores, tem a ver com o novo conceito dos termos “trabalho” e “colono” publicado por Amstad nos dois primeiros anos do *Bauernfreund*. Em uma série de publicações que intitulou “O A-B-C do *Bauernverein*”, trazia formação, informação e propostas aos colonos. Sobre as reflexões em relação ao trabalho, Amstad fundamentou a necessidade do mesmo com uma série de argumentos. Em primeiro lugar com o próprio sentido da palavra em alemão. Segundo ele, “*Arbeit*” derivaria de “*Arm bieten*”, que quer dizer oferecer o braço, empenhar o braço. Para o público a que era dirigido, era pertinente falar essencialmente do braço do agricultor no meio rural. Em segundo lugar o livro do Gênesis do Antigo Testamento inspirou-o com a frase: “E o Senhor Deus colocou o homem no Paraíso para que o cultivasse e o preservasse”. Apresentada uma nova mística do trabalho, o mesmo passou a ser considerado como uma condição de sobrevivência inerente ao ser humano, e não mais uma maldição. É um instrumento que faz do homem um cocriador com Deus (RAMBO, 2000, p. 20-21).

Quando se ocupou do termo colono, *Bauer* em alemão, trouxe duas definições: “o indivíduo que se apoia em alguma coisa” e “o homem que cultiva a terra, o campo, as plantações”. Unindo as duas definições, o colono seria aquele que se apoia em algo durável, que lhe confere solidez interna e externa. Seria sinônimo de agricultor (RAMBO, 2000, p.

22). A fundamentação destes conceitos foi decisiva para motivar ainda mais os leitores e futuros associados.

Tudo estava correndo bem como planejado, mas ainda faltava definir o perfil da associação do ponto de vista econômico. Destacou duas funções básicas da associação. A primeira seria referente às atividades de integração, convívio e ajuda mútua da comunidade alicerçada na solidariedade. A segunda seria as próprias cooperativas. As cooperativas rurais, fator importante e sensível da associação, deveriam receber maior atenção conforme sua modalidade de ação. Então, na assembleia geral do ano de 1904, em Santa Cruz (atual Santa Cruz do Sul), Theodor Amstad explanou as principais modalidades de cooperativas rurais de que a associação pudesse dar conta: as de produção, as de compra e venda e as cooperativas de crédito. Neste momento, Amstad achou mais oportuno cuidar de um modo especial das cooperativas de crédito, procurando prosperá-las cada vez mais e viabilizando ainda mais o funcionamento das demais cooperativas. Com as caixas de crédito não se pretendia anular as instituições privadas ou públicas, mas sim, dispor aos agricultores a sua própria gerência, administração e responsabilidade nas próprias picadas¹⁰. Como um exemplo da ideia de convívio entre as instituições financeiras, Amstad consta como um dos fundadores também do Banco Agrícola Mercantil, o antigo Agrimer, banco tradicional criado para os nichos da indústria e financeira (RAMBO, 2011, p. 159).

As Caixas Rurais inspiradas no sistema *Raiffeisen* ou os Bancos *Raiffeisen*, como também eram conhecidos, destinavam-se aos pequenos poupadores rurais, possibilitando-lhes depositar com segurança e sacar empréstimos com juros razoáveis para as mais diversas necessidades. Este modelo foi criado por Friedrich Wilhelm Raiffeisen¹¹. O sistema de

¹⁰ A “picada” costumava abrigar uma casa comercial, uma “venda” bem abastecida, que vendia os bens essenciais não produzidos na comunidade, e comprava dos colonos os excedentes da produção, uma ferraria, um moinho, uma serraria, uma sapataria, etc. Em resumo, a “picada”, ou a “linha”, encarnava o universo imediato em que os filhos dos colonos, após ultrapassarem os limites estreitos da família e do lar, tomavam contato com um mundo mais amplo e, contudo, ainda perfeitamente delimitado. Pode-se explicar picada a partir da questão geográfica. Originou-se o termo das primeiras trilhas de penetração na mata virgem da colônia. Quando se abria uma clareira para ali erguer sua moradia, configurava-se uma nova propriedade, e o termo foi gerado da própria estratégia de ocupação adotada. Em sua acepção original, “picada” nada mais significava do que a trilha de acesso às novas propriedades (RAMBO, 2011, p. 15-16). Um número maior de picadas formava os distritos. *Schneiss* era a expressão em alemão (BOHEN, 2000, p. 20).

¹¹ A grande crise da Europa nos anos de 1846 e 1847 atingiu a comarca de Weyerbusch. Para enfrentar a situação, Raiffeisen criou o Clube do Pão. Conseguiu o empréstimo necessário para comprar farinha dos estoques do governo. Cada um dos sócios empenhou a sua propriedade. Surgiu então uma padaria comunitária que confeccionava pão a baixo preço. A ideia foi imitada rapidamente. E de crise em crise, a iniciativa foi-se aperfeiçoando, até se institucionalizar como uma cooperativa de crédito. [...]. Fiéis ao lema de seu idealizador “um por todos, todos por um”, as Caixas congregaram-se, em 1887, na Associação Geral das Cooperativas Alemãs Raiffeisen (RAMBO, 2000, p. 19).

crédito *Raiffeisen* organizou-se na Alemanha no período de 1847-48 destinado a atender as necessidades dos agricultores, baseado, essencialmente, no princípio cristão de “amor ao próximo”. Inicialmente, este sistema estava ligado à Igreja Católica, e procurava despertar no associado um espírito comunitário (PINHO, 1965, p. 45).

Theodor Amstad foi peça-chave para a fundação do modelo associativo no estado do Rio Grande do Sul, apresentando aos ouvintes o exemplo associativo da região do Reno. Porém, com uma diferença, a associação não era confessional como aquela da Alemanha. Amstad soube recriar e adequar à realidade de todos os colonos que lá estavam compartilhando as mesmas dificuldades. Consequentemente, iniciador do sistema *Raiffeisen*, pioneiro no país, apontou os problemas e as soluções, com pleno conhecimento do funcionamento. Falou com autoridade sobre o tema. A primeira caixa rural de crédito foi fundada em dezembro do mesmo ano de fundação do *Bauernverein*, em 1902, na cidade de Nova Petrópolis, espalhando-se por todo o estado, Santa Catarina, Paraná e outros estados do país. Contudo, esta associação teve a participação efetiva dos leigos, inclusive assumindo a direção da mesma, com lideranças protestantes e católicas. Visavam como principal finalidade facilitar a solução dos problemas financeiros, sociais, culturais e religiosos dos colonos.

Afora esta questão econômica da colônia resolvida com as cooperativas, a associação dava conta também das questões sociais e culturais dos seus associados. Preocupado com a educação dos colonos, Amstad investiu esforços em publicações que elevassem o nível cultural da comunidade, que, a seu ver, estava fragilizado. Incentivava os associados nas assembleias a serem ativos nas decisões. Estimulava-os a apoiar o *Bauernfreund* com a assinatura do mesmo, mas também enviando ideias e experiências bem sucedidas para serem trocadas. Não obstante, tinha consciência de que para esta interação e participação efetiva na vida associativa se fazia necessário um mínimo de formação e informação. E esta formação não estava dissociada da visão religiosa cristã.

A população contava com um alto nível de analfabetismo, e esta preocupação já havia sido visível no primeiro congresso com a fundação da Associação dos Professores. E Amstad frisou que o sucesso e o desenvolvimento só viriam com a elevação cultural da população. A escola tinha a missão de eliminar o analfabetismo e formar um membro comunitário. A ideia foi de implantar bibliotecas paroquiais e nos distritos, oferecendo aos agricultores algumas obras que lhes acrescentassem conhecimento mínimo de ação em suas atividades.

Na sexta assembleia geral, Amstad e o professor Siegfried Kniest falaram da importância da leitura, sendo ela responsável por levar a sociedade ao progresso. Kniest explanou sobre a importância do capital espiritual, chamou assim a capacidade do ser humano de estar aberto a qualquer novidade e ter curiosidade para qualquer coisa que possa significar progresso para a comunidade. Este capital só seria adquirido com a circulação de jornais, revistas e publicações diversas na colônia. Estes foram apenas alguns exemplos da importância dada à educação como estratégia de sucesso para associação e para as colônias¹².

O *Bauernverein* desenvolveu atividades diversificadas, inclusive de colonização. Atingiu muitos objetivos pertinentes à colônia, como vimos. No entanto, na assembleia geral em Taquara, de 1909, alguns atritos vieram à tona, e mal entendidos apontaram por transformar a então associação de agricultores em sindicato rural. Citemos algumas das razões para o fim da associação, que Rambo (2011) analisou a partir das atas das assembleias e publicações no *Bauernfreund*: A diminuição de assinantes do *Bauernfreund*, acarretando na dificuldade de mantê-lo; a desconfiança dos associados sobre o investimento feito com a colonização de Serro Azul, aliada a publicações de acusação nos jornais; o encantamento pelos sindicatos rurais recém-criados com os decretos-leis de nº 979/1903 e o de nº 1.637/1907. A transformação em sindicato tinha suas vantagens, a proteção e a aceitação oficial do governo era uma delas, pois, mesmo que não aceitassem a sindicalização, poderiam sofrer penalizações na forma de imposto como uma associação. A decisão da assembleia e os estatutos foram entregues para publicação no órgão oficial da associação. A partir desta decisão, muitos líderes importantes afastaram-se, católicos e protestantes, que não concordavam com a sindicalização, inclusive Theodor Amstad, seu idealizador e fomentador. Este encontro de 1909 foi o último a se realizar nos moldes originais. O *Bauernverein* teve vida curta, mas cumpriu com os objetivos confiados, sobretudo o de traçar caminhos econômicos e diversificar o trabalho através da “união de forças” e do cooperativismo.

1.3.2 Amstad e o *Volkverein*: o cuidado com a vida e o zelo pelas almas

As atividades associativas findavam-se, mas não o trabalho das cooperativas nem, tão pouco, o vigor do padre *Colonorum Pater*, “pai dos colonos”, como também ficou conhecido Amstad. No congresso católico de 1912, realizado na cidade de Venâncio Aires, fundou-se o *Volkverein*, Sociedade União Popular, como resultado das propostas feitas, assim como

¹² Ver mais em: RAMBO, Arthur Blásio. A escola comunitária teuto-brasileira católica. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

ocorreu em 1902. Os assuntos que foram desenvolvidos diziam respeito à situação religiosa, cultural e educacional dos colonos teuto-católicos. O senhor Hugo Metzler discorreu sobre os interesses culturais dos teutos católicos no Rio Grande do Sul, e apresentou um dado interessante. O nível cultural dos católicos era inferior ao dos protestantes. Este dado refletia-se na economia e no associativismo. Sugeriu naquele momento uma organização mais abrangente, que envolvesse os professores nas escolas e os sacerdotes junto às atividades desenvolvidas na comunidade. Amstad fez o discurso após Metzler, reforçando suas ideias. Ressaltou a importância de um esforço conjunto para melhorar a situação em que se encontravam os teuto-católicos, e a solução seria com o *Volksverein*.

Amstad apresentou um anteprojeto de estatutos e explicou aos presentes os objetivos e a finalidade da nova associação, segue um trecho do seu discurso:

Como sugere o próprio nome Sociedade União Popular para os Alemães Católicos do Rio Grande do Sul, nesta Associação deverá congrega-se, para uma tarefa comum, todo o povo católico de descendência alemã do Rio Grande do Sul. O que se pretende alcançar mediante essa tarefa comum é exatamente aquilo que os oradores que me precederam apontaram como necessidades materiais e espirituais dos católicos alemães do Rio Grande do Sul. Corresponde também ao que se acha expresso no parágrafo primeiro: A finalidade da Associação é a promoção dos interesses espirituais e materiais dos católicos alemães do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que os objetivos são grandes, abrangentes e que dizem respeito a nós todos, a participação na Associação deverá ser a mais ampla possível. O parágrafo segundo dos estatutos diz que poderá filiar-se à Associação como sócio, qualquer católico que tenha atingido os dezoito anos. Desta maneira, as portas da Associação estão abertas não apenas aos homens, mas também às mulheres. Pois se diz: sócio poderá ser qualquer católico, e católicas são também as mulheres e, para nossa vergonha diga-se, elas são muitas vezes melhores dos que os homens! Se tivesse dependido de mim, o parágrafo teria uma formulação mais explícita: sócios poderão ser todos os católicos de ambos os sexos. Infelizmente fui voto vencido na comissão de consultores por parte dos senhores meus colegas. A expressão “de ambos os sexos” foi suprimida. Mas, estimadas almas, escutem o meu conselho: candidatem-se em grande número para ingressar na Sociedade União Popular, em tal número que vençam os homens em número de votos. Desta forma, será possível reconquistar os plenos direitos de vosso sexo, quando da formulação dos estatutos definitivos (RAMBO, 2000, p. 30-31).

Além disso, Amstad deixa claro que não será uma associação comemorativa ou de exibições. “Será uma associação que se empenha num trabalho sério; que entra em cena onde quer que os interesses dos católicos estiverem em jogo, uma corporação de lutadores, sempre pronta e comprometida com a causa de Deus e da Igreja” (RAMBO, 2000, p. 31).

A partir da ilustração deste discurso, podemos perceber que a Sociedade União Popular foi criada com fins estritamente confessionais engajando-se no projeto de promoção humana sob a liderança de Amstad e agora com o deslocamento cultural total das associações

alemãs. A partir deste momento deixou-se a inovação da interconfessionalidade e da interetnicidade de lado, dados que enriqueciam o modelo associativo. A ideia era se espelhar numa associação precursora na Alemanha e constituir uma direção diferenciada de todas as associações e empreendimentos católicos entre as comunidades alemãs do estado do Rio Grande do Sul (GERTZ, 1992, p. 565). Também contava com a presença de leigos, sobretudo, aqueles que possuíam certo prestígio social, projetando, desta forma, a nova organização à sociedade. “A principal preocupação, portanto, consiste em criar uma associação que centralize, coordene e compatibilize as atividades religiosas e socioeconômicas num todo indivisível” (GERTZ, 1992, p. 566).

Se no *Bauernverein* o lema era *viribus unitis* do Antigo Testamento, no *Volkverein* não seria diferente se um lema bíblico norteasse as ações da mesma. A partir do texto do livro de São Paulo, “*omnibus omnia*”, que se encontra na I Carta de Coríntios 9,22, que quer dizer “ser tudo para todos”, Amstad ampliou o significado para a questão social, *allen alles zu werden* que significa “tudo para todos”. Mas a frase a seguir da mesma carta tem relação íntima com o pensamento de Amstad em suas ações nas colônias: “Tudo faço por causa do evangelho, com o fim me tornar cooperador com ele”. Afinal, sua dimensão religiosa também norteava todo o trabalho. Talvez São Paulo estivesse sendo, naquele momento, sua grande inspiração. Inclusive, uma das publicações que Amstad inaugura neste momento vai ganhar o nome do décimo terceiro apóstolo de Cristo, e este fato pode nos levar a crer numa admiração profunda de Amstad em relação a Paulo. As duas associações conviveram até a Primeira Guerra Mundial, quando o *Bauernverein* deixou de existir.

Duas publicações foram inauguradas junto à associação com os mesmos fins do *Bauernfreund*. O almanaque publicado anual e periodicamente, *Familienfreund Kalender*, “O Amigo da Família” visava à formação religiosa e cultural, enquanto a revista mensal, *Sankt Paulusblatt* trazia informações de novas técnicas agrícolas, cuidados com a saúde, reflorestamentos, entre outras informações ligadas ao bem-estar material e espiritual dos associados.

Duas questões importantes precisam ser destacadas no *Volkverein*. A primeira diz respeito à confessionalidade. Se tomarmos como exemplo a primeira experiência associativa da colônia, é de se estranhar esta escolha. Como vimos, no discurso seria permitido “o povo católico” abrindo mão da interconfessionalidade. O ecumenismo inaugurado pelo menos 50 anos antes do Concílio Vaticano II estaria sendo deixado para traz. Isto por conta da nova

proposta: cuidar das almas e da formação espiritual. Como fazer isto sem uma voz unívoca? A segunda questão diz respeito à etnicidade. Abandona-se também a interetnicidade, para congregarem-se somente alemães. Uma das explicações para este fato foi à dificuldade de comunicação. As publicações eram somente em alemão, bem como as assembleias, o que tornava a comunicação dos brasileiros lusos e italianos inconcebível. E se falassem em português, poucos alemães e seus descendentes entenderiam. Desta forma, ficava difícil discutir questões importantes da associação juntos. Assim, como a língua alemã já era aquela que circulava na associação, optou-se por mantê-la oficialmente.

Embora a Sociedade União Popular fosse confessional, não havia em seus estatutos a exigência de um sacerdote na sua diretoria, isto vai acontecer somente em 1961, com o bispo Dom Vicente Scherer. “Fundou-se como uma entidade leiga, mas católica, imune por seu estatuto, à fiscalização e à tutela das autoridades eclesiásticas” (RAMBO, 2012, p. 98). Tinha a presença dos padres jesuítas como Max von Lassberg, Johannes Rick, Amstad, mas também dos párocos das regiões como conselheiros. A presença do clero regular na associação, intencional ou não, diluiu um pouco a ideia de um projeto jesuítico.

A primeira fase da Sociedade União Popular, Schallenberger (2009) nomeou de “a era Amstad”, compreendida entre 1912-1920, tinha este personagem como figura central. Junto ao senhor Hugo Metzler, foi o grande responsável pelo Congresso Católico de Venâncio Aires, como vimos anteriormente. Além de levar um esboço do estatuto já naquela ocasião, orientou a confecção do estatuto definitivo. Theodor Amstad foi o diretor, o secretário geral e o secretário itinerante da associação. Talvez esta fase não tenha sido a mais pujante do *Volksverein*, não obstante, foi um período de consolidação do mesmo na sociedade. A sorte e o destino da associação estavam nas mãos do seu fundador e orientador. Além das responsabilidades burocráticas, Amstad percorreu de 1915-1917 as comunidades coloniais, sistematicamente, como secretário itinerante. Em cima do lombo do seu inseparável animal, uma mula, consolidou e multiplicou os associados (RAMBO, 2012, p. 99). Percorreu todo o Vale do Caí, até o alto da Serra. Já sabia de cor não somente as colônias teutas, mas também aquelas italianas, estas últimas também demonstravam um carinho pelo padre. Segundo Balduino Rambo (s/d), os italianos do Caí Superior chamavam-no de “padre Teodoro”, enquanto os alemães de “padre Amstad”.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Amstad foi trabalhar em Porto Alegre, dedicando-se à agência e intermediação de empregos criada pela associação para auxiliar os

muitos alemães que se encontravam desempregados, administrando-a de 1917-1919. Em suas memórias, Theodor Amstad relata o apreço que teve ao exercer esta tarefa, encontrando a plenitude na realização do lema “tornar-se tudo para todos” (AMSTAD, 1981, p. 199). Com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, o exercício da atividade de secretário foi interrompido, e, conseqüentemente, a comunicação entre a diretoria central e as bases distritais também. Após a guerra, Amstad retoma suas atividades de secretário, buscando promover o bem estar material e espiritual dos colonos, até 1920.

Nesta primeira fase, muito foi feito a favor dos colonos em todos os aspectos da vida. Entre 1912 e 1917, foi consolidada a fundação da Associação Beneficente para o sustento do asilo e hospital da Sagrada Família, no município de São Sebastião do Caí; a já citada agência de empregos e a assistência jurídica voltada para inventários e problemas com impostos, além da continuidade das Caixas Rurais.

Os congressos católicos continuaram, de dois em dois anos, até 1940. Coincidiam com assembleias gerais do *Volksverein*, e neles discutiam-se os caminhos a serem seguidos, relacionados com cultura, economia, colonização e formação espiritual. A assembleia era incorporada nos congressos. Desta forma, elaborava-se uma ampla programação, que empolgava toda a comunidade teuta-católica, urbana e rural, perseguindo os mesmos objetivos. Os padres jesuítas encontravam-se entre os maiores animadores e promotores de tais celebrações, sejam na qualidade das conferências e/ou conselheiros, seja como vozes decisivas para as novas empresas ou iniciativas (RABUSKE, 1974, p. 36). Os *Katholikentage* na Alemanha, na Suíça e na Áustria tinham como pano de fundo o catolicismo social, valendo-se do princípio da cooperação, com isto obtiveram bons resultados. Na região sul do Brasil, não foi diferente, os *Katholikentage* foram eleitos pelas lideranças como um lugar para discutir e analisar questões comuns à colônia, sendo elas italianas, alemãs ou polonesas.

Como foi possível observar, o *Volksverein* estava intimamente ligado com a ação católica e com a dimensão espiritual dos associados. Emiliano Limberger (2003) destaca a dimensão cristã nas ações de Amstad. Antes de ser um líder cooperativo, ele era um padre católico jesuíta, que tinha como propósito, antes de tudo, evangelizar e propagar a fé, através da ação pastoral. Neste sentido, como homem do seu tempo, participou ativamente do projeto católico da primeira metade do século XX, e foi membro importante na difusão deste projeto, sobretudo nas zonas de colonização alemã. Concentrou seus trabalhos no Vale do Caí e Vale dos Sinos, no primeiro momento, estendendo sua dedicação, mais tarde, para as novas áreas

de colonização, Vale do Taquari, região de Cerro Largo e região noroeste do Estado. Balduino Rambo (s/d) refere-se a ele em um artigo como “um homem do povo de veste talar” que fez tudo para todos e que exerceu seu sacerdócio para o bem material e espiritual das comunidades em que atuou. Os imigrantes como Amstad, deram uma nova fisionomia à Igreja do Sul do Brasil, procurando conceber suas ações num todo indivisível para a vida da comunidade ser uma vida cristã católica autêntica.

1.4 A IGREJA DA IMIGRAÇÃO NO SUL DO BRASIL

A Igreja Católica vinha sofrendo após a Reforma Protestante. A vida religiosa e cultural da Europa mudou significativamente. As mudanças ocorreram não somente no que diz respeito à religiosidade, mas também no que diz respeito à concepção de pobreza social. As novas correntes de pensamento social, no final da primeira metade do século XIX, Liberalismo e Socialismo, apontaram desafios tanto para o Estado quanto para a Igreja. Ou seja, estas novas concepções aceleraram o fim da cristandade, onde os poderes civil e eclesiástico andavam juntos. Desta forma, Estado e Igreja separaram-se e procuraram novas estratégias de ação. O Estado garantindo o bem estar material do cidadão e a Igreja garantindo o bem-estar espiritual dos fiéis. Para a Igreja, este desafio foi firmado com a convocação do Concílio Vaticano I, sob a orientação do papa Pio IX. Os padres conciliares tomaram como referência o Concílio de Trento, reafirmando as linhas doutrinárias e as diretrizes disciplinares. A Restauração Católica¹³ baseia-se na volta do catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do pontífice em Roma.

O projeto da Restauração tomou forma atingindo a todos através dos documentos papais. A encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII foi o primeiro grande documento da Igreja demonstrando preocupação com o mundo exterior, promulgado em 15 de maio de 1891. Este documento tornou a questão social o foco de ação, denunciando a precariedade da vida operária e apontando a garantia de direitos sociais através do Estado. Para André Souza (2007), a encíclica traz como proposta “uma verdadeira política social”, baseada na valorização do trabalhador, o que inspira as ações da Igreja e do Estado no século XX.

¹³ A Restauração Católica nada mais significa do que reforma da Igreja nas bases doutrinárias e disciplinares que as circunstâncias dos tempos impuseram e que finalmente foram formuladas nos documentos do Concílio (RAMBO, 1998, p. 148).

Como vimos anteriormente, a Alemanha já vinha arquitetando um pensamento social católico com Wilhelm Ketteler. Ele é visto pelos pesquisadores do tema, como o principal formulador da visão social do catolicismo neste país. Formado em Direito, tornou-se padre motivado por uma polêmica envolvendo a Igreja e a educação dos filhos nos casamentos mistos. Era convicto da importância do papel da igreja nas questões sociais e tornou-se um dos mais arrojados defensores da liberdade política e religiosa. A consequência do seu engajamento torna-o um dos responsáveis pela elaboração da carta oficial dada pela Igreja em relação à questão social, a encíclica *Rerum Novarum*. “Para Ketteler, os grandes problemas sociais do seu tempo residiam na avareza dos ricos e dos possuidores dos bens, que negam as leis naturais mais elementares e gastam suas fortunas sem repartir com pobres, que morrem de fome” (SCHALLENBERGER, 2012, p. 30). O que acreditamos ser importante destacar no pensamento de Ketteler foi seu entendimento quanto às políticas sociais. Para ele, somente a Igreja era capaz de formular respostas às verdadeiras questões sociais, revelando uma postura defensiva assumida pela Igreja, e paternalista. Estas ideias foram expressas na primeira assembleia da Associação dos Católicos, em 1848.

A Igreja foi tomando consciência de si própria como instituição social, e percebeu nas associações que o discurso religioso não chegava aos corações de quem tinha fome, carências e necessidades. O padre Adolf Kolping percebeu que era preciso recuperar a dignidade humana, para depois conquistar as almas (RITTER, 1954, pp. 88-89, apud SCHALLENBERGER, 2012, p. 30). Ketteler concordava com a ideia de Kolping, e acrescentou sua percepção. As causas da questão social não eram somente a falta de padres, e sim as mudanças sócias e o crescente desenvolvimento do capitalismo. Este pensador cristão pode ter influenciado muito os jesuítas que vieram para o sul do país, inclusive Theodor Amstad, que, segundo seus biógrafos, pensava meticulosamente em como frutificar as colônias alemãs em todos os aspectos da vida.

No Brasil, a questão social ganhou voz a partir da ação dos imigrantes europeus na perspectiva de apresentar críticas às sociedades capitalistas, trazendo à luz a realidade de exploração do operariado. Mas a Igreja latino-americana sempre manteve relações mais estreitas com os Estados Ibéricos do que com o próprio papado. Martin Dreher (2002) nos dá conta de um panorama geral dos rostos da Igreja no Brasil meridional desde 1500, e classifica como ciclos de evangelização as mudanças da Igreja ligadas à região, e a história da mesma com sentidos bem peculiares. No período colonial do país vai se gestar a Igreja, na medida em

que os índios e os gentios estão a serviço do rei e de Deus. Neste sistema, Padroado Régio, reis, soldados, missionários eram cristãos sem distinção de poder entre Igreja e Estado. Na verdade, o rei era autoridade máxima, “enquanto que Roma se limitava de fato a ratificar os atos dos detentores do poder civil como religioso” (RAMBO, 2002, p. 58).

Com a primeira imigração de açorianos¹⁴ para o Rio Grande do Sul, a partir de 1735, destacou-se a pompa das festas religiosas, e sem dúvidas a maior era a Festa do Divino Espírito Santo. Esta festa envolvia toda a vida religiosa dos açorianos, “as bênçãos trazidas pela Bandeira do Divino eram indispensáveis para o bom sucesso da vida familiar e para a produção dos campos e rebanhos” (DREHER, 2002, p. 19). Dreher nos fala ainda sobre a Igreja que foi se configurando no Brasil Meridional. Ele denomina de um “cristianismo devocional”, aquilo que seria um cristianismo leigo, que foi se construindo e se propagando com muita reza, rosários, ladainhas, novenas, abarcando importantes segmentos da população brasileira. “Este cristianismo leigo quase da origem ao provérbio: muita reza pouco padre, muito terço pouca missa” (DREHER, 2002, p. 19).

Este foi o modelo que os imigrantes do século XIX e XX encontraram, em especial nos estados do sul, iniciado com a imigração alemã em 1824. “Em poucas palavras, os imigrantes católicos encontraram uma Igreja sujeita, submissa e dependente dos caprichos dos governantes e administradores civis, na qual a doutrina e os bons costumes, pouco ou nada decidiam” (RAMBO, 2002, p. 58).

A surpresa dos imigrantes vindos da Europa do Norte e do Centro já era de se esperar. Os quilômetros que separavam os bispos os impediam de exercer o mínimo de assistência aos padres e à população. As práticas de culto, cerimônias, respondiam muito mais aos caprichos dos patrocinadores do que às exigências do culto sagrado. Ou seja, “encontraram uma Igreja que exibia os defeitos, os vícios e as distorções que o regime do padroado terminou por imprimir nela” (RAMBO, 2002, p. 59).

A presença e atividade do clero se fazem indispensáveis na Igreja Romana, tanto para sua missão profética quanto para animar e dirigir as comunidades cristãs. Além disso, Rabuske (1986) destaca a importância do povo cristão e suas comunidades terem o direito

¹⁴ Aqui Dreher discute a influência desta imigração e a característica de forte militar que esta teve para a cidade de Rio Grande, por conta da disputa entre Portugal e Espanha pela Colônia do Sacramento (2002, p. 18).

divino de escutarem o Evangelho em sua língua materna, independente de qualquer direito humano (RABUSKE, 1986, p. 54).

É neste sentido que os imigrantes alteraram profundamente o rosto da religião no país. Falando especificamente dos católicos, aqueles originários da Suíça, Baviera, do Palatinado, Vêneto, Tirol e da Polônia estavam longe de se reconhecerem como pertencentes do mesmo catolicismo encontrado no Brasil. Encontraram uma mentalidade de Igreja que se esgotava em rituais e manifestações do profano, sem vida sacramental. Portanto, deveriam combatê-la com a Igreja da Restauração Católica¹⁵ e os protestantes com a Igreja da Reforma.

A imigração fez com que a Igreja revesse e reaprendesse a lidar com os conflitos entre fazendeiros e agricultores que implicavam, entre outros, a questão religiosa. No período de escravidão, a religião era uma questão de tutela, ou seja, a catequese e o batismo eram confiados ao senhor dos escravos e estes deveriam seguir aquela eleita pelo seu dono. Com o imigrante, esta relação tutelar não foi possível, isto porque muitos daqueles que chegaram ao país não eram católicos. Em razão da imigração e das novas condições políticas, a Igreja teve de selecionar novos caminhos de atuação.

Com a expulsão dos jesuítas da Alemanha, acusados de terem criado o Partido Católico do Centro e de serem agentes a serviço de Roma, muitos dos destaques desta ordem vieram para o Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, e assumiram a pastoral entre os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Era necessário organizar a religião como conheciam na terra de origem. Desta forma, foi se moldando um novo rosto para a Igreja, bem distinta da Igreja luso-brasileira.

Estes sacerdotes estimularam o fervor religioso, a vida sacramental e a fidelidade religiosa. A Igreja dos imigrantes caracterizou-se também pelo envolvimento na vida do povo, incentivando a educação, o bem estar material como um pressuposto para vida espiritual saudável. Vida cristã católica autêntica se concebe somente com prática sacramental. Envolveram-se e concentraram maior atenção em assistência social e na liderança em projetos que visavam à promoção da vida humana.

¹⁵ Como já citado esse projeto tinha como pontos centrais: a retomada da doutrina formulada pelo Concílio de Trento; a obediência à autoridade do romano pontífice e dos bispos; a distância e a rejeição à ingerência do Estado e das autoridades leigas na vida e nos assuntos da Igreja (RAMBO, 2002, p. 60).

No Rio Grande do Sul, a nomeação de Dom Sebastião Dias Laranjeira, em 1860, deixou evidente o andamento do projeto de renovação. Este bispo formou-se em Roma e foi escolhido pelo pontífice Pio IX. No exercício de suas tarefas, principalmente a de implantar a Restauração, D. Sebastião enfrentou diversas dificuldades, tanto por parte do poder público, quanto da própria Igreja, por conta do modelo e do tipo de clero que havia em sua jurisdição, como citados anteriormente, ligados às festas de manifestação religiosa junto aos comportamentos profanos, não aparentando nenhum sinal de religiosidade. Além disso, a não observância do celibato era comum ao clero na maioria das freguesias.

Em 1890, o sucessor de D. Sebastião foi Dom Cláudio José Ponce de Leão, também formado em Roma, intensificou e ampliou a obra da Restauração. Esta tarefa de implantação do novo sistema da Igreja implicou em vários fatores decisivos¹⁶ para o clero e a comunidade católica em geral. Em primeiro lugar, a própria imigração de alemães, italianos, poloneses no estado motivou as ordens religiosas a imigrarem para assistência dos emigrados. Em segundo lugar, o fato dos jesuítas terem sido expulsos por Bismarck, provocou a transferência de um número elevado deles para o sul do Brasil. A presença desta ordem no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina foi fundamental para a ampliação e a difusão do projeto de Restauração da Igreja. Esta organização coesa e comprometida com o projeto de Restauração caracterizou um catolicismo intenso, nas áreas de colonização alemã. “A ideia norteadora era que todos os aspectos da vida e, de forma muito especial, as relações sociais deviam ser regidas pelos princípios católicos” (WERLE, 2004, p. 124). Desta forma, as práticas destes religiosos estavam mais direcionadas à vida social, econômica e cultural da comunidade.

Em grande medida, a presença de jesuítas nas colônias alemãs foi bem mais intensa que outras ordens, porque, como vimos, o Rio Grande do Sul era a Província dos Missionários alemães. Em 1848 vieram apenas dois; em 1858, com mais dois, o fluxo aumentou, e em 1885 já somavam 78 jesuítas, com 13 residências; em 1900 havia 100 padres e, posteriormente, o afluxo dos mesmos continuou intenso.

Junto com a implantação do bispo arquidiocesano, os jesuítas criaram estratégias de motivação, a fim de cativar os fiéis e conquistar novos membros para Igreja, através de exemplos de vida sacramentada. Para tanto, os meios utilizados foram os mais diversos, na tentativa também de uma aproximação mais casual. Kreutz (apud RAMBO, p. 151-154) cita

¹⁶ Lúcio Kreutz analisa e enumera uma série destes fatores em sua obra “O professor paroquial – magistério e imigração alemã” (referência utilizada e analisada por Rambo, 1998, p. 150).

três exemplos básicos para a difusão do projeto de Restauração: o associativismo, a imprensa, a escola e o professor paroquial.

Estes segmentos foram imprescindíveis para o estímulo da vida cristã na comunidade. Os padres atuavam como líderes, deixando leigos participarem ativamente nas diretorias paroquiais e dos grupos de oração, que foram criados até mesmo para as crianças, em torno da devoção ao Menino Jesus. O padre agora exercia efetivamente seu papel de pároco, com o objetivo de zelar pela vida sacramental dos seus fiéis. Para as mulheres, tanto as casadas quanto as viúvas, era dedicada a devoção ao Coração de Jesus, que tinha seu ponto alto no mês de junho, quando acontecia uma festa de culminância em louvor ao Sagrado Coração.

Sobre os professores paroquiais, é importante ressaltar que eram tidos como exemplo a ser seguido de fé e vida moral na doutrina cristã. A educação no interior das colônias teve suas raízes em 1835, e, a partir de 1849, “com a chegada dos jesuítas, as escolas se valeram de instrumentos mais eficazes para frutificar a ação pastoral” (RAMBO, 1998, p. 231). Como já citado anteriormente, a educação paroquial era orientada pela Associação dos Professores Católicos, que por sua vez trabalhava intimamente com os párocos e atuava, após 1912, sob a coordenação da Sociedade União Popular. A publicação *Lehrerzeitung* era direcionada no intuito de orientar, formar e informar os professores da rede comunitária. A este “profissional”, cabia a tarefa de introduzir os aprendizes no projeto de Restauração. Esta publicação era mensal, e circulou entre 1900 e 1939, orientando o professor paroquial a ser líder, conselheiro e modelo de virtudes. Hugo Metzler, na assembleia de fundação do *Volksverein*, ao falar das dificuldades culturais dos teuto-católicos, sugeriu, em primeiro lugar, a participação dos religiosos e sacerdotes despertando o interesse pela cultura, através de suas prédicas e homilias, e, em segundo lugar, a escola. “A escola teria a missão mais decisiva no estímulo e no interesse pela cultura e, conseqüentemente, na elevação do nível cultural médio do povo” (RAMBO, 2011, p. 236).

A classe do magistério teve participação efetiva nas escolas comunitárias dos novos distritos do *Volksverein*. Amstad logo percebeu a liderança dos professores e o poder de alcance da mesma. Assim, na condição de mestre da escola, catequistas, regentes de canto, modelos das virtudes familiares, sociais, comunitárias e religiosas, incumbia-os de coordenar as discussões, para sentir quais eram as expectativas das bases locais em relação à estrutura organizacional da Associação. Eram pessoas de total confiança, e bastava apenas despertar-lhes o interesse para a causa. Depois de tudo concluído pelo padre Amstad (reunião da

comunidade, missa, confissões), acontecia à reunião para fundar ou não mais um novo distrito, colhendo já assinaturas dos mais novos sócios. A partir daí, ficava a cargo do professor a consolidação do projeto, recomendando aos colonos que se unissem em torno do mesmo (RAMBO, 2012, p. 67).

Entre as congregações, destaque para as Marianas e os Colégios jesuíticos que, a exemplo de uma Igreja militante, fomentavam a vida religiosa de jovens e moças de todas as classes sociais. “Deles saíram, em grande parte, as lideranças católicas que atuaram como agentes de transformação, e assim foram responsáveis pela influência que o catolicismo exerceu na vida civil urbana e na vida pública do Estado e em âmbito nacional” (RAMBO, 1998, p. 155). Estas congregações auxiliaram, sem dúvida, no fomento cultural dos católicos, sobretudo nos centros urbanos, oferecendo escolas de nível Fundamental e Médio já nas primeiras décadas do século XX.

Na primeira década do século XX, o arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker (assumiu a arquidiocese em 1910 e ficou até sua morte em 1946), nascido na Alemanha e imigrado quando criança para o Brasil, entregou nas mãos dos jesuítas a tarefa de formar um clero afinado com os princípios da Igreja da Restauração. Ele próprio já fora educado nesta tradição, e teria sido aluno de jesuítas. Assim, durante 40 anos, o Seminário Central Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, imprimiu um perfil definitivo à religiosidade no estado. Esta formação do clero foi realizada em São Leopoldo pelos jesuítas, até 1956. Após esta data, o Seminário foi transferido para a cidade de Viamão, e a formação ficou a cargo do clero diocesano.

Na década de 1930, surgiu entre as Congregações Marianas, sob a orientação do Padre Werner von und zur Mühlen, um importante núcleo de estudos filosóficos e teológicos, com sede no Colégio Anchieta, localizado na cidade de Porto Alegre. O resultado deste grupo foi o surgimento de intelectuais católicos que marcaram presença na vida social de Porto Alegre, sobretudo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A ação Católica da década de trinta, com os Círculos operários,¹⁷ adaptou-se às novas condições culturais dos católicos e visou à atenção prioritária à juventude nas décadas de 30,

¹⁷ O padre jesuíta Leopoldo Brentano, fundou em Pelotas os Círculos Operários a partir da Doutrina Social Cristã praticada pelas Associações Kolping. A nova agremiação teve uma ampla aceitação, e em pouco tempo se espalhou pelo estado inteiro, e mais tarde pelo país (RAMBO, 1998, p. 157).

40 e 50, destacando-se a JOC (Juventude Operária Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica), a JAC (Juventude Agrária Católica) e a JEC (Juventude Estudantil Católica).

As duas organizações (a Congregação Mariana para universitários e formados e a Juventude Universitária Católica), por ex, mudaram o clima laico e em grande parte anticlerical da Universidade do Rio Grande do Sul. O Dr. Armando Câmara, um dos expoentes católicos da época, saído das fileiras da Congregação Mariana dos formados, assumiu, em 1937, a reitoria da universidade. Uma porcentagem significativa dos professores fundadores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (em 1942) pertencia ao grupo de reflexão do Pe. Werner von und zur Mühler, na Congregação Mariana dos formados do colégio Anchieta (RAMBO, 1998, p. 154).

A criação da Sociedade União Popular atendia às necessidades do Projeto de Restauração, tendo sido um dos mais importantes instrumentos de difusão da formação moral e vida sacramentada. No entanto, muitos fatores, desde a sua criação, não agradavam ao arcebispo. Como vimos, a sociedade foi criada por Amstad e outros jesuítas, além da presença de leigos afinados com a Restauração Católica, caracterizando-se em uma sociedade civil católica autônoma. Não foram poucas as tentativas de colocar a União Popular sob as ordens da jurisdição da Cúria Metropolitana. Não é preciso dizer que Becker não via com bons olhos a educação paroquial também escapando do seu poder. E para acrescentar mais um ingrediente nesta disputa de poder, as comunidades coloniais haviam acumulado um respeitável patrimônio físico, os quais Becker pretendia passar para o domínio da Igreja. No ano de 1919, os bispos diocesanos interferiram nas escolas comunitárias e determinaram a fiscalização e a aprovação dos currículos pelas cúrias diocesanas, sob as ordens de Dom João Becker. O patrimônio das comunidades também passou legalmente para as cúrias, fato que causou um grande estranhamento na comunidade.

A Sociedade União Popular realizou muitas obras, atendendo às necessidades dos seus associados e das comunidades onde estavam inseridos. Mesmo com ausência de Theodor Amstad, após sua queda da mula em 1919, resultando no seu total afastamento como secretário itinerante a partir do ano de 1923, a associação continuou a florescer nas mãos, agora, do padre Johannes Rick S. J, e o professor Kniest, no período entre 1923-1940. Neste período o *Volksverein* implantou e consolidou a colonização de Porto Novo, no extremo oeste de Santa Catarina, construiu o hospital e asilo de São Sebastião do Caí, o Leprosário de Itapuã, criou-se a central das Caixas Rurais, fundou-se a Escola Normal em Novo Hamburgo,

para a formação dos professores das escolas comunitárias, e multiplicaram-se as mesmas, com excelência do ensino.¹⁸

As caixas rurais passaram a ter sua sede central em Porto Alegre, no ano de 1926 junto à Sociedade União Popular, a qual colocou à disposição os móveis e utensílios para o expediente das caixas *Raiffeisen*. No relatório de 1946, referente ao ano social de 1945, o então presidente Kortz disse:

signifiquemos uma profunda admiração aos fundadores e em especial ao animador e realizador da obra que é o reverendíssimo padre João Rick S. J. a quem chamavam o apóstolo do otimismo, em sintonia com a versão que denominou o reverendíssimo padre Theodor Amstad S. J. de saudosa memória, o apóstolo do cooperativismo (KORTZ, 1946, p. 8).

Para Rambo (s/d, p. 107) as caixas rurais não desempenharam um papel meramente econômico, atuaram como repositórios da economia dos colonos, como fornecedores de crédito barato e como financiadoras da colonização de Porto Novo, e tantas outras empresas socioeconômicas.

Amstad e outros padres jesuítas muito contribuíram para a vida pastoral das regiões sulistas. No primeiro momento, com a “ressuscitação” da vida religiosa e promoção do bem-estar social; em segundo, estabelecendo uma organização eclesiástica na comunidade paroquial e filial, sem faltar os três elementos: o templo, a escola comunitária e a escola paroquial. Em terceiro, suscitaram novas vocações religiosas e sacerdotais. Assim, organizaram uma infraestrutura através do associativismo e da Igreja, passando a suprir necessidades básicas da população, numa região aonde havia pouca ou nenhuma intervenção do Estado. Com e por estas ações, estes líderes religiosos marcaram uma nova fisionomia na Igreja do Rio Grande do Sul (RABUSKE, 1986, p. 65).

Estes exemplos de sucesso da vida associativa e cooperada inaugurada por Amstad nas colônias alemães não foram ideias novas, como podemos constatar. No entanto, a visão panorâmica deste líder católico, adequando seu imaginário social à realidade local, sem dúvida foram méritos seus. Sendo um líder católico, tinha suas funções eclesiásticas a cumprir e colocar em prática o projeto de Restauração da Igreja Católica. E não se pode negar a espiritualidade norteando seus passos, seja nos provérbios e parábolas bíblicas parafraseadas

¹⁸ Mais informações sobre as atividades realizadas pelo *Volksverein* até os dias de hoje encontram-se no livro comemorativo de 100 anos RAMBO, A & ARENDT, I. “Cooperar para prosperar. A terceira via”. SESCOOP/RS, 2012.

em seus discursos, seja nas oportunidades que encontrava em suas andanças para evangelizar e formar vidas associativas e sacramentadas. Mas as escolhas e os caminhos a serem seguidos foram buscados na sua essência e nos modelos vivenciados por ele na infância e na vida ainda na Europa.

2. A MÍMESE EM AMSTAD: ESTREITANDO LAÇOS COM A COMUNIDADE

Somos rigorosamente aquilo que lembramos, como disse o pensador italiano Norberto Bobbio (1909-2004). Todos levamos uma vida mais ou menos adaptada à realidade que nos cerca: sobrevivemos de um dia para o seguinte, até o último. Todos, baseados em nossas memórias fazemos planos para o futuro (IZQUIERDO, 2010, p. 16).

A história vivida de Theodor Amstad com as comunidades dos vales dos rios dos Sinos, do Caí e do Taquari findou no ano de 1938, com a sua morte em São Leopoldo. Amstad morreu aos 86 anos, dois dias antes de completar 87 anos. Terminara (ou não) de escrever suas memórias autobiográficas, que havia iniciado em 1934. Após sua morte, começa um novo capítulo na história da associação e das caixas rurais fundadas por ele: as lembranças em torno da figura e as releituras dos discursos de Theodor Amstad. Ambas as situações aparecem intimamente ligadas às comemorações e festividades das instituições que procuramos abordar.

Neste capítulo, pretendemos discutir a relação entre História e memória, considerando seus limites e desafios metodológicos, analisando estas lembranças, e aproximando-as das relações sociais entre os grupos e agentes envolvidos. Nosso foco está na associação *Volkverein*, hoje Associação Amstad, e nas Caixas Rurais que teve outros nomes ao longo dos anos, e atualmente chama-se SICREDI Pioneira, ambas localizadas na cidade de Nova Petrópolis. A ideia não será de traçar uma linha histórica contínua dessas lembranças nem, tampouco, contar a história das instituições. Seleccionamos alguns eventos ao longo do tempo e os sistematizamos procurando analisá-los e dar sentido a estas práticas sociais, que acreditamos terem a função de legitimar e conferir identidade aos referidos grupos na sociedade. Não procuramos por rupturas nestas lembranças, fomos em busca das permanências e daquilo que é comum entre as duas instituições. Desta forma, acreditamos elucidar os motivos das lembranças e a difusão de uma possível memória coletiva na direção apontada por Maurice Halbwachs (2004). Para este autor só há lembrança coletiva

quando permanecemos em contato com o mesmo grupo e nos sentimos capazes de nos identificar com ele, a ponto de confundir o nosso passado com o dele. Para a massa de lembranças ser consistente, se precisa de um grupo para recordar o passado e para reconstruir as sensações.

É preciso que a partir de então não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar na qualidade de membro do grupo, do qual esse testemunho e nós fazemos parte – ou seja, colocando-nos em seu ponto de vista, e usamos todas as ideias comuns a seus membros (HALBWACHS, 2004, p. 33).

2. 1 MEMÓRIA E HISTÓRIA

A memória nas sociedades sem escrita era considerada a própria história destas sociedades. O momento do contar e recontar as histórias eram, para os ouvintes, de aprendizagem e reflexão sobre seu povo. Era caracterizado por um ritual de respeito aos mais velhos, aqueles que eram tidos como detentores da memória e da história tradicional a ser contada. Esta memória histórica era exercitada constantemente, para não esquecer. Estudos apontam que nas culturas orais também se recriavam as histórias, elas não eram estáticas, mas a ideia de perpetuação dos fatos, dos costumes culturais e sociais do grupo, ou da sociedade era, na medida do possível, mantida. Estas sociedades desenvolveram técnicas eficientes para evitar o esquecimento com as diferentes formas de contar, mas ainda assim, a tradição não se cristalizava (MENESES, 1992).

Nas culturas orais, a memória faz parte de um processo de registro e conservação da informação, sendo parte da comunicação e socialização, fatores indispensáveis a qualquer cultura. Ela é um processo permanente de construção e reconstrução. Nos povos com escrita, sua função de lembrar foi, aos poucos, ficando de lado. Isto por conta da própria técnica que foi tomando o lugar da memória e transformando frases e palavras em lembranças tecnicamente transcritas, decorando os fatos e perpetuando a memória em imagens, monumentos, nos papéis, e, atualmente, porque não falar em nossas agendas eletrônicas, *tablets* e qualquer outra coisa com a função de lembrar que a tecnologia moderna já inventou e pode inventar.

A memória está intrinsecamente ligada aos comportamentos e às mentalidades de cada época e sociedade, trazendo contribuições significativas para a História. A partir de 1950, com os estímulos da Psicologia Social, das Ciências Sociais e da Antropologia ela tornou-se

um objeto de estudo interdisciplinar. O mesmo período foi marcado para a História por grandes discussões no interior da disciplina, inclusive sobre suas fontes. Com a Escola dos *Annales* propondo um estreitamento da teoria social e a História, incentivando a interdisciplinaridade, abriram-se novos campos de pesquisa, e com isso a diversidade das fontes. A este momento, Peter Burke (2002) nomeou de “virada teórica dos historiadores”, por um lado, e “virada histórica dos teóricos sociais”, de outro, por conta da convergência do mesmo território intelectual com diferentes campos do conhecimento.

Para as Ciências Sociais, o estudo da memória se tornou interessante nos quadros de interação social, seja na memória individual, coletiva ou nacional. Neste sentido, a importância de se fazer associações com os conteúdos e as ideologias dos agentes e suas práticas sociais torna-se indispensável. Especificamente sobre a memória coletiva, ela por si só não constitui a História, mas ajuda a entender os acontecimentos ao longo do tempo, através da pesquisa nas imagens, nas palavras, nos gestos, nos ritos e nas festas, enfim, no estudo dos lugares de memória ou dos detentores da memória coletiva. “Certamente que esta nova história coletiva constitui em parte o seu saber com os instrumentos tradicionais, mas diferentemente concebidos” (LE GOFF, 1990, p. 473).

Historiadores em geral, por muitas vezes, viram a memória como um obstáculo, e outras áreas do conhecimento viam na História um vínculo próximo demais com a memória, tornando a História perigosa e indigna de estima. Ao longo da década de 1970, os historiadores reagiram às recriminações. Muitos pensaram a exemplo das Ciências Sociais, pretendendo dissolver a memória no campo da História, para ter acesso à verdadeira ciência. Outros pensaram em acabar de vez com ela, eliminando qualquer tipo de vínculo (LORIGA, 2009). Neste mesmo momento, historiadores questionavam a escrita da História oficial, refletindo sobre uma possível artificialidade. A partir destas discussões, George Orwell (1972, p. 221, 302, 303, apud LORIGA, 2009, p. 16) afirmou que o passado pode ser inventado, seja pelos documentos falsificados e destruídos, quadros repintados, datas modificadas, ruas e estátuas renomeadas. Ou, seja pela questão de uma memória saudosista, animada pela paixão dos fatos. Diante desta realidade, inúmeros historiadores aceitaram a ideia de “dever de memória”. Tanto a memória coletiva quanto a História representam parte fundamental da cultura, mas não a totalidade da mesma, nem do passado.

Para Jacques Le Goff (1990), História e memória se confundiram até a “revolução da memória”, a História dita nova nos dias atuais, através de lembranças, da anamnese e da

memorização dos fatos, fazendo desta forma uma história tradicional. Mas história científica, do mundo contemporâneo não se faz apenas com a pressão da memória coletiva, como se observa a seguir:

não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a construir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (LE GOFF, 1990, p. 473).

A memória coletiva, quase sempre, é construída pela rememoração de feitos, fatos heróicos, míticos e sobre a origem de famílias/etnias tradicionais nas diferentes sociedades, ou seja, reforça a ideia do uso da memória de uma determinada classe que procura legitimar sua posição social e/ou sua importância como grupo, social ou cultural. Manter-se como detentora desta memória significa determinar o que deve ser lembrado posteriormente.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426).

Está claro aos pesquisadores desta temática que todo ato anamnésico é seletivo. Neste sentido, Fernando Catroga (2009) alerta tanto para quem recorda quanto para aquele que historia a fazer um esforço para não esquecer daquilo que ficou esquecido. A memória e o esquecimento se exigem reciprocamente. Tanto um quanto o outro são historicizáveis. A historiografia deve ser desconstrutora da memória coletiva que tende a ser sacralizadora por tradição. As memórias podem ser verdadeiras, mas não possui por si só a veracidade histórica.

Estar atento àquilo que cada um recorda e como recorda faz parte do trabalho do historiador. As memórias não são justapostas, talvez, organizadas harmonicamente. No sentido biológico, Iván Izquierdo (2010) aponta algo importante: lembramos a essência dos fatos, aquilo que faz sentido no mundo afetivo (agradáveis ou não), aquilo que teve sentimentos envolvidos. Lembramos daquilo que teve emoção. Não lembramos os momentos em que aprendemos estas memórias. Com o tempo, perdemos neurônios e, com eles, as memórias. Além disso, o esquecimento é proposital e saudável. Esquecer para lembrar. No entanto, muitas outras conservamos e com elas vivemos e seguimos em frente. “Cada um de nós é quem é porque tem suas próprias memórias – ou fragmentos de memória” (IZQUIERDO, 2010, p. 16).

Michael Pollak (1989) lembra-nos da função do não dito, não mais em relação ao esquecimento natural, mas ao silenciamento das lembranças. Sobretudo, naqueles testemunhos que envolvem traumas coletivos com repercussões nas representações sociais ou nas histórias de vida marcadas por dificuldades e rupturas. Se por um lado este esquecimento pode ser resultado de um trabalho de gestão de memória, por outro, o simples ato de lembrar suscita lembranças desconfortáveis, fraquezas e frustrações. Em todo caso, Pollak considera ambas as situações como uma forma de escolha do que deixar visível, do que ser dito, configurando uma gestão da memória, se considerarmos que a própria memória é parte da organização social, reorganizando aquilo que pode ou não ser dito.

A repressão da memória não deixa de ser uma gestão, porque geralmente ela é voluntária. “Reprimimos as memórias cuja evocação nos resulta desagradável ou diretamente insuportável, por mais forte que tenha sido em seu momento essa memória. Reprimimos as lembranças das dores, das torturas, das humilhações, das coisas terríveis ou penosas” (IZQUIERDO, 2010, p. 117).

Outra questão a ser ressaltada, a memória não é objetiva e por isso, não pode ser histórica. Para Ulpiano Meneses (1992), a memória não dá conta do passado nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos, porque não tem distanciamento. O conhecimento histórico exige estranhamento. “Somente a História e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente” (MENESES, 1992, p. 12). Neste sentido, a memória vem antes da historiografia porque ela é subjetiva, é psíquica. Ela é relacional, intrinsecamente biográfica e social. É uma retrospectiva que não anula o presente nem o futuro. Está sendo sempre reescrita, permanentemente reelaborando a nossa história. Falar historiograficamente é responder a perguntas, aos rastros que os homens deixaram. O historiador passa a checar, a questionar provas e discursos, transformando traços e testemunhos em documentos históricos, no entanto, nem todo o traço é documento histórico (CATROGA, 2009).

A memória pode ser considerada uma conquista e um objeto de poder. Os indivíduos e/ou determinado grupo social busca, através da construção da memória coletiva ou individual, a sua identidade. Nas sociedades contemporâneas, a memória é um dos elementos essenciais para a construção da identidade. A identidade é um produto social, podemos dizer que está sempre em devir no quadro de uma relação dialógica e temporal entre o eu e o outro (CATROGA, 2009, p. 23).

A recordação é ato ativo envolvido com a afetividade. O diálogo entre o presente e o passado praticamente anula o distanciamento entre o sujeito e o objeto. Para Izquierdo, História é sempre memória, mas memória não é sempre História. Na evocação das memórias é preciso envolver ou desenvolver o mesmo ambiente emocional que fez com que guardássemos as lembranças. Todas são adquiridas num certo estado emocional. A ciência já sabe hoje que nem tudo que adquirimos forma memória e nem todas as memórias ficam para sempre. Não obstante, a repetição deste estado emocional ou mais próximo dele numa combinação de estímulos, produz e melhora a memória daquilo que se quer lembrar. “Tudo que aprendemos fica melhor ‘gravado’ se o repetimos” (IZQUIERDO, 2010, p. 53).

Maurice Halbwachs, em sua obra inacabada *Memória coletiva*, entendeu a História não como uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo aquilo que diferencia um período do outro. Para este autor, nossa memória não se apoia na história apreendida nos livros, mas na história vivida. A História não é todo o passado, “ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo” (HALBWACHS, 2004, p. 86). O autor se apoia na história contada pelos velhos que contam os costumes e as tradições conforme sentiram e viveram como sujeitos do seu tempo. Ao falar de como uma criança lembra, frisa que ela está mergulhada no mundo adulto e no seio de sua família, assim suas lembranças serão referentes aos meios sociais em que sua família estava inserida. É o passado vivido que será apreendido, e não a história escrita. A memória coletiva de Halbwachs se distingue da História em dois aspectos. O primeiro é a continuidade da memória, é aquilo que está vivo ou aquilo que o grupo ainda mantém vivo. Enquanto que a História divide em sequências e períodos históricos, num passado distante ou num passado que não se renova. O segundo é a variedade da memória coletiva, para ele, existem muitas, mas que precisam estar num grupo limitado no tempo e no espaço.

Muitos historiadores acreditam que esta história vivida tem mais a ver com a Sociologia do que com a História, e este é um dos motivos de críticas a teoria de Halbwachs. No entanto, quando se busca a permanência no tempo e no espaço de um determinado grupo, a abordagem de história vivida em relação a memória coletiva é bastante relevante. Para se considerar uma memória coletiva, ela precisa ter envolvimento e afetividade. A lembrança de um deve ser completada pelo outro, tende a ver com os sentimentos. As experiências devem ser comuns à maioria dos integrantes do grupo, mesmo que cada membro tenha suas impressões particulares, como resultado das suas experiências.

No caso do nosso grupo associativo e cooperativo, uma ideia importante fortalece o conceito de uma memória coletiva. A permanência das relações no mesmo espaço geográfico. A vivência por muito tempo na mesma cidade, junto à repetição frequente de pensamentos, ideais e ideias faz com que se mantenha a relação e a compreensão das lembranças no mesmo grupo ou nos mesmos grupos. Amigos e família, cidade e família são vistos por Halbwachs como uma sociedade complexa.

Surgem então lembranças compreendidas em dois contextos de pensamentos, comuns aos membros dos dois grupos. Para reconhecer uma lembrança deste tipo, é preciso fazer parte ao mesmo tempo de um e de outro, uma condição que durante algum tempo é preenchida por uma parte dos habitantes da cidade, por uma parte dos membros da família. Contudo é preenchida desigualmente nos diversos momentos, segundo o interesse destes diz respeito à cidade ou à sua família. Por outro lado, basta que alguns membros da família deixem a cidade e passem a viver em outra para que tenham menos facilidade para lembrar o que retinham somente porque estavam presos ao mesmo tempo em duas correntes convergentes de pensamento coletivo, enquanto no presente estavam sujeitos quase exclusivamente à ação de uma delas (HALBWACHS, 2004, p. 52).

Vejamos as rememorações, a partir dos instrumentos que temos, na ação do recordar de Theodor Amstad e a representação deste para a comunidade local. A função social da memória é desenvolvida através de vestígios variados aquilo que Catroga (2009) irá chamar de uma liturgia própria da memória: relíquias, imagens, monumentos, lugares e linguagem capazes de provocar lembranças daquilo que já não existe mais.

2.2 A INTENCIONALIDADE DAS ESCRITAS DE SI

No campo das Ciências Humanas, aparece, num crescente, a investigação a partir das narrativas de vida ocupando um espaço valorizado. No entanto, é visível também a frequente reflexão quanto aos problemas metodológicos inerentes ao próprio objeto de estudo: a subjetividade. As histórias de vidas usadas como métodos, procuram uma nova interpretação aos fenômenos, considerando o sujeito e relacionando o individual com o social. Relacionar a história de vida com a história da sociedade é um caminho de articulação entre a História e a memória. Desta forma, a história de vida passa a ser objeto de estudo, “estas narrativas são reconhecidas e analisadas como meio de se conhecer como o social se personifica nos sujeitos, como a dinâmica social pode ser retratada nas vidas singulares cotidianas” (TEIXEIRA, 2003, p. 2).

As memórias autobiográficas refletem as representações e construções sociais guardadas na memória. Certamente, estas memórias registradas foram importantes para

Amstad no desenvolvimento de suas ações. Intitulada por ele *Erinnerugen aus meinem Leben*, “Lembranças da minha vida”, divide-se em onze capítulos: A terra natal; A família; A educação; A infância; Os anos de estudo profano; A formação na ordem religiosa; Atividades missionárias no Brasil; Atividades associativas; Atividades literárias; Ocupações secundárias e Vivências especiais. Amstad faz, nesta obra, registro de suas lembranças desde a infância, formação religiosa e a vivência no Brasil, terras distantes do seu lugar de origem, onde desenvolveu trabalhos missionários, sociais e econômicos.

É importante ressaltar que estas rememorações são conscientes e intencionais, pois estes fatores são premissas para a escrita de uma autobiografia. Encontramos em seus escritos uma vontade de deixar para a posteridade estas experiências, aquelas que julgou serem importantes, como uma forma de colaborar com a sociedade, aspecto característico da autobiografia. “O tema essencial de toda autobiografia são realidades experimentadas concretamente, em que a realidade externa se modifica pela vida interior” (JOSEF, 1997, p. 219, apud HARRES, 2004, p. 153), uma memória social definindo o sujeito social. “A criação de cenários que representam o ambiente em que os fenômenos sociais se desencadearam parece afigurar-se condição básica para a construção do conhecimento histórico” (SCHALLENBERGER, 2012, p. 15).

As escritas de si não são estilos modernos, porém é na modernidade que as possibilidades foram efetivadas, por um lado, como forma de expressar a subjetividade, e, por outro, como forma de afirmação diante de si e dos outros. O texto autobiográfico não é uma descrição de si, mas sim uma constituição de si. As hipomnematas¹⁹, como resalta Foucault, não se constituem de diários íntimos e nem possuem caráter confessional. Elas indicam uma tomada de consciência de si próprio, a partir da memória e das vivências do cotidiano, mesmo sem a marca da reflexão. A possibilidade de diálogo entre o próprio eu abre caminhos para experiência da vida social e privada.

Ecléa Bosi nos apresenta, na célebre obra *Memória & sociedade: lembrança de velhos* (1979), a função social da velhice que se fundamenta em “lembrar muito e lembrar bem!” Na velhice, o indivíduo torna-se memória da família, do grupo, da sociedade. As memórias do

¹⁹ “Livros de apontamentos, registros públicos, cadernos de anotações pessoais que serviam como memória (...). Ela constituía uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas – um tesouro acumulado para ser relido e para meditação posterior. Também formava uma matéria-prima sobre a qual tratados mais sistemáticos podiam ser escritos, onde eram apresentados os argumentos e as formas de lutar contra algum defeito (tal como a raiva, a inveja, a maledicência, a desgraça)” (RABINOW & DREYFUS, 1995, p. 271-272 apud TEIXEIRA, 2003, p. 3).

passado vão sendo reconstruídas com momentos do cotidiano, do coletivo social e das lembranças individuais. Este indivíduo tem mais tempo agora que outrora quando era jovem, quando deveria produzir e crescer. Sua cabeça esvazia-se de “preocupações”, e a busca pelo passado torna-se uma constante, a fim de ser valorizado no presente por estas lembranças e pelos conhecimentos adquiridos. O indivíduo passa a pertencer a um espaço privilegiado de ser e dar testemunho da existência, no sentido mais amplo, conta a sua história, com a História da humanidade. Norberto Bobbio (apud SILVA, 2003), quando compara o *status* social do velho nas sociedades antigas e no mundo contemporâneo, constata que a segurança, o conforto e o refúgio do idoso são as suas próprias lembranças do passado. Theodor Amstad se apresenta como mediador ou um detentor de memória, transmitindo um passado vivo e experimentado para a posteridade.

Os mais velhos possuem a fama de serem mais sábios, e este ditado popular tem sua validade quando olhamos na direção do acúmulo de experiências e, por conseguinte, de memórias ao longo de suas vidas. Mas a capacidade de ação e reação ao evocá-las são menos eficazes, na comparação com um indivíduo mais jovem. Ao ficarmos mais velhos, temos cada vez mais memórias novas, e aquelas antigas ficam cada vez mais fragmentadas ou ausentes (IZQUIERDO, 2010). Nos momentos em que falta certeza nas lembranças, Amstad deixa claro para o leitor a dúvida e possibilidade de busca daquela informação. Pela idade avançada, percebe-se também que suas memórias possuem uma boa organização, e isto talvez se deva ao hábito de ler. Amstad atuou anos como escritor, fazendo árvores genealógicas dos imigrantes alemães, estatísticas e escrevendo sobre a imigração em si, que viu e da qual participou ativamente durante o processo de desenvolvimento das colônias alemãs. Já se sabe que a leitura é a melhor recomendação de exercício para o cérebro. Sua importância vai além da aprendizagem, sobretudo porque mantém a memória ativa, refrescada e lubrificada.

Durante a leitura e análise desta autobiografia, foi possível perceber a carinhosa e lúcida lembrança de Amstad descrevendo acontecimentos ricos em detalhes e explicações longas, procurando convencer ou simplesmente dar um bom entendimento ao leitor. Este fato faz pensar não apenas em lembranças, mas em recordação. Porque a lembrança é algo próprio para ajudar a memória (fatos, imagens, lugares, palavras), e pode ser construída através de fragmentos da mesma. Já o recordar vem do coração, e não tem a pretensão de ser invenção. A recordação recapitula o passado de uma forma sequencial, com início, meio e fim, com uma lógica própria daquilo que se quer recordar. Esta organização pode ser seletiva a partir dos

interesses do sujeito que recorda. Por isso, de acordo com Catroga (2009), o recordar é uma reconstrução do passado e não somente a recapitulação, porque pode ser também mudada a ordem dos acontecimentos, dando mais ênfase para um do que para outro acontecimento. Está condicionada ao imaginário e não à fantasia. Além disso, a recordação tem a ver com a temporalidade, eternizando e sacralizando o fato. Cada “eu” só ganha consciência de si em comunicação com os outros.

Na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das re-presentações (ou re-presentificações) do pretérito (CATROGA, 2009, p. 12).

Neste sentido, é importante destacar que Amstad estava reconstruindo seu passado com uma lógica própria desde a vivência no seio da família quando criança na Suíça, e que esta autobiografia não tinha a pretensão de ser neutra, pois o gênero autobiográfico não é um trabalho de caráter científico, que tem pretensões de ser neutro, porque implica nas suas relações e vivências ao longo da vida. Muitos autores da temática caracterizam a autobiografia como um gênero literário próprio. Neste sentido, a autobiografia não se encerra na própria narrativa, porque a história de vida daquele que a redige procura envolver o leitor e contagiá-lo, abrindo possibilidades de identificação para além do texto.

O recordar como ato do presente para o passado constitui a memória como uma “reescrita” permanente, reelaborando a nossa história. Neste sentido, a memória coletiva na longa duração é compatível com a tese de Ricoeur,

segundo a qual recordar é em si mesmo um acto relacional, ou melhor, de alteridade. Por conseguinte, a relação com o passado não se esgota numa evocação em que cada subjectividade se convoca a si mesma como um outro que já foi (embora a sua coerência narcísica tenda a escamotear esta diferença temporal, em nome da omnipresença do mesmo – a identidade essencializada – em todas as fases da vida de cada indivíduo). E ela decorre, também, do facto de a recordação envolver sujeitos diferentes do evocador e de o desejo de ascender ao verossímil se comprovar com o recurso às recordações dos outros (apud CATROGA, 2009, p. 13).

A ilustração acima aborda, de um lado, a recordação apoiada nas lembranças dos outros, e de outro lado, os vários “eu” na escrita, a cisão do sujeito: aquele que escreve, aquele que observa, e o protagonista. O eu reevocado já não é mais o eu atual e, por isso, pode ser reconstituído e narrado. “As identidades, do eu do passado e do eu atual constituem objeto de reflexão” (TEIXEIRA, 2003, p. 6). É neste sentido também que surgem as limitações metodológicas, é uma escrita aberta, embora temporalmente e espacialmente finita. Leônia

Teixeira (2003) ressalta que a configuração de uma identidade, muitas vezes, passa a ser a causa da escrita autobiográfica e não o resultado. As histórias de vida estão impregnadas de significados culturais socialmente reconhecidos que denunciam mitos identitários que sustentam o imaginário social. “Então, sempre o sujeito está implicado, sua marca está posta nos seus percursos, nas suas escolhas, até mesmo na opção de narrar sua história, pretendendo-se narcisicamente a acontecimentos, como pilastras nas quais o eu pode se sustentar” (TEIXEIRA, 2003, p. 7).

No trabalho desenvolvido por Julian Thomas (1996) sobre “tempo e a subjetividade” a questão da subjetividade na narrativa aparece de uma forma que achamos interessante abordar, corroborando a noção de fragmentação do eu e a memória como constituinte de uma identidade pessoal. A memória social e a autobiográfica ganham significado na medida em que reconhecemos seu papel na constituição de pessoas e coletividades sociais. Memória é representação de um passado socialmente construído. Paul Ricoeur enfatiza o caráter coletivo e cultural do processo de valorizar o passado para se alcançar um sentido de si mesmo (apud THOMAS, 1996, p. 15).

Para Heidegger²⁰ (apud THOMAS, 1996), o ser humano é fundamentalmente temporal e destaca o *Dasein* como uma autointerpretação no tempo, ou seja, quando o sujeito se projeta a si mesmo compreende a sua constituição num passado, num presente e num futuro. Esta autointerpretação depende do espaço social em que circulamos de nossas relações. A queda do *Dasein* está relacionada com o presente, porque é no presente que confrontamos as diversas situações de comportamentos sociais e precisamos nos auto interpretar, auto ajustar. O *Dasein*, portanto, é construído social e culturalmente. Esta impressão aumenta com o uso da linguagem porque para nos comunicar precisamos ordenar nossa fala, nossa narrativa (seja oral ou na escrita) temporalmente. O *Dasein* produz uma narrativa e uma compreensão de seu ser histórico. As possibilidades de trazer o passado para o presente é que produzem o sujeito. A narrativa de si mesmo é muito mais constitutiva do que a reflexão de si mesmo. “A formação do eu será assim inseparável da maneira como cada um se relaciona com os valores da sociedade” (CATROGA, 2009, p. 15).

²⁰ Estamos utilizando a reflexão de HEIDEGGER sobre o “Ser e o Tempo” não com a função da hermenêutica filosófica e rigorosa em que ela se inclui, nem como método. Mas como um “modo de pensar”, difundido e praticado por diversos campos. Estamos buscando apenas um sentido mais aprofundado da subjetividade e da construção do eu. O *Dasein* na compreensão de estar no mundo ao lado de outras coisas. Sobre hermenêutica e História, ver: ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. **Estudos históricos** -Historiografia, Rio de Janeiro, v. 9, nº 17, p. 31-57, 1996.

O *Dasein* é histórico porque exige a consciência da sua existência no mundo, fazendo parte deste mundo com suas experiências vividas, do agora e daquelas que estão por vir, projetadas num futuro. Thomas (1996) novamente se apoia em Ricouer para dizer que é neste sujeito histórico que pode se dizer que uma pessoa não é a mesma que fora dez anos atrás. Os eventos do presente estão vinculados com as memórias do passado, e fornecem recursos para um futuro. Heidegger mostrou que o sujeito não é pleno e contido em si mesmo, mas é concebido com uma série de “agoras”. A identidade pode ser moldada ao longo do tempo. Quando se enfrenta a auto interpretação do *Dasein* se tem a consciência de ser finito. Por isso, o ser autêntico é ser em direção à morte, porque sabe da sua finitude, logo da morte.

A construção da autoidentidade vem da fragmentação do eu. O sujeito é fragmentado em teias de significação, externo de si mesmo no reino da linguagem, da cultura e das relações de poder. O *self* é construído na linguagem, na medida em que a forma como nos comportamos e nos comunicamos depende do externo e da esfera social mais do que da individual. Somos construídos no reino simbólico, na autointerpretação. A identidade que emerge do processo de autoconsciência é o *self*. Os sujeitos tomam consciência de si no espaço, no tempo e na história, é a consciência do “ser aí”. Se *Dasein* é fundamentalmente temporal, o *self* é 100% interpretação. A formação do sujeito humano, portanto, não é um processo tido da mesma forma, ou que tenha sido executado da mesma maneira em todos os tempos e todos os lugares, como temos visto.

Dito isto, podemos inferir que a investigação com histórias de vida é interdisciplinar e que cada vez mais pesquisadores estão atentos às vicissitudes da construção de uma história de vida. Nas últimas décadas, as Ciências Humanas tem se empenhado em reconhecer estas escritas no âmbito social e no campo da investigação qualitativa aproximando-se da pesquisa psicanalítica, guardadas as proporções, já que a pesquisa nas Ciências Humanas parte da narrativa que revela o sujeito e a coletividade personificada nele.

Na discussão feita por Marluza Harres (2004, p. 145), acerca da memória, destaca o sociólogo Halbwachs, para o qual a memória é um fenômeno social marcado pela reconstrução de lembranças nas relações sociais e nos grupos de convívio. A memória individual passa a ser questionada, no sentido de auto valer-se, pois precisa de apoio na memória dos outros, para, conseqüentemente, reforçar-se. Para Halbwachs, a memória coletiva articula a vida e o pensamento dos membros de um determinado grupo, e é justamente no interior deste grupo que se desenvolve, originalmente, fazendo com que o

indivíduo se comporte como membro efetivo do mesmo, contribuindo e evocando lembranças selecionadas pelos seus pares (BARROS, 1989). Para Harres, o ponto mais importante para o historiador é a própria rememoração do passado e os usos deste passado na dinâmica social.

O lançamento da escrita autobiográfica de Theodor Amstad marca, para nós, o primeiro momento de rememoração a seu respeito. Esta obra foi de suma importância para aquele momento, dando visibilidade ao recém-ausente “pai dos colonos”. Ela foi redigida por ele e lançada originalmente em língua alemã, em 1940, sob a edição da Sociedade União Popular. Uma nova edição da obra foi lançada em 1981, na “Série Cooperativismo” do “Instituto Anchieta de Pesquisas” sob o título *Memórias autobiográficas de Teodoro Amstad*. Foi traduzido pelo professor Arthur Rabuske, que apõe também um comentário crítico, revisando termos utilizados por Amstad naquele momento e fazendo alterações, quando necessário, sobre as memórias e a narrativa. A reedição, agora em português, foi para contemplar o 130º aniversário de nascimento do patrono do cooperativismo de crédito do Brasil, o que tornou a obra uma reflexão sobre as origens históricas do cooperativismo como movimento social e o engajamento da Companhia de Jesus neste contexto, com destaque para o próprio autor.

Pensando no momento da primeira edição, em 1940, dois motivos poderiam estar norteando o risco de colocar em circulação um livro na língua alemã. O primeiro já se referiu anteriormente, ou seja, não deixar ser esquecido um dos líderes mais importante do associativismo e cooperativismo das colônias alemãs. O segundo, pelo próprio momento delicado que as colônias estavam passando, com restrição cultural pública, a edição seria uma tentativa de motivá-los a não desistir dos seus ideais, através da leitura da vida do seu líder carismático e conhecido por católicos e luteranos. Era um ano de intensa campanha de nacionalização.

A campanha de nacionalização se fez presente na população gaúcha desde o século XIX, pelas significativas diferenças das várias populações estrangeiras que aqui chegaram. No entanto, após o Brasil ter declarado guerra contra a Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial, em 1917, intensificou-se a política de nacionalização nas colônias alemãs, proibindo-se a imprensa em língua alemã, interferindo nas atividades educacionais, entre outras intervenções. Segundo René Gertz (2005), o ano de 1918 foi a rigor um ano de intensa nacionalização, ainda que a guerra tenha findado no mesmo ano.

A nacionalização retorna com força ao estado no regime do Estado Novo, com a ascensão do coronel do exército Oswaldo Cordeiro de Farias para interventor, em março de 1938. Foi este interventor que estimulou ainda mais a veia nacionalista do arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker. Cordeiro de Farias se declarava apolítico e concentrava sua atenção na política nacionalista. “Uma parte muito significativa de suas energias, de fato, foi gasta com as questões ‘etnográfico-internacionalistas’, isto é, a caça a supostos germanistas e nazistas, e a ‘nacionalização’ dos gaúchos ‘alienígenas’, já que tinha uma fixação pela destruição dos ‘quistos étnicos’” (GERTZ, 2005, p. 28). Além disso, a ação desencadeada por Cordeiro de Farias se justificaria, segundo ele, pela presença de núcleos da população brasileira que de “nada sabiam da própria Pátria, e que não podiam compreender os anseios da alma brasileira” (*Jornal do Estado*, 1938 apud GERTZ, 2005, p. 155).

O fato é que o registro autobiográfico de Amstad foi escrito também no período do Estado Novo, com certa consciência da realidade que o cercava, e esta clareza foi demonstrada em diversas passagens da narrativa. Esta lucidez pode ter inspirado o(s) editor(es) e a(s) pessoa (s) que encontrou estes registros como forma também de unir forças para seguir naquela conjuntura.

A autobiografia de Amstad depois da sua morte e da edição por outra pessoa se não o autor passou a ser contada como um registro biográfico, pela subjetividade agora dos tradutores. Sabemos que a tradução infere também na interpretação do tradutor. Naquele momento, estavam sendo rememoradas e reconstituídas as trajetórias sociais do sujeito ora biografado, incorporado por ele e pelo grupo, que nem sempre são harmônicas e coerentes. A memória nostálgica seduz e também está ligada a sua dimensão comercial, construindo e reconstruindo identidades pelo canal midiático, ora como fonte de consumo, ora como modelo de vida (TEDESCO, 2011).

Tanto na autobiografia quanto na biografia, o passado ganha vida e é presentificado através de fragmentos vivenciados por ele mesmo ou por alguém, são momentos significativos da vida que se julgam inéditos no cotidiano. É um passado contado na sua relação com o tempo. Nesta reconstituição temporal, o passado é personalizado, personificado e preservado com um eco da particularidade do sujeito que narra, e é neste sentido que a intencionalidade do tempo presente induz a escrita daquilo que interessa saber acerca do sujeito narrado ou de si mesmo.

2.3 LITURGIA DA MEMÓRIA I: IMAGENS

Paulo Knauss em seu artigo “O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual” (2006) trata da abrangência da imagem nos diversos grupos sociais, coisa que nem sempre acontece com a escrita. Por muito tempo, as imagens foram desprezadas pela historiografia, mas com a redefinição das fontes históricas e da definição de documento, valorizado pelos estudos de Antropologia Histórica, História do imaginário e História Cultural, as imagens passam a ser consideradas e revalorizadas como fontes de representação social e cultural. Desta forma, o estudo com imagens não fica restrito apenas àqueles que se interessam pela Antiguidade, mas também àqueles que na contemporaneidade procuram entender as representações no universo visual das experiências e culturas da vida cotidiana, permitindo o exame das desigualdades sociais e discussões em torno do direito de imagem e cultura visual.

Poucas são as imagens de que se tem notícia de Theodor Amstad. Destacamos duas fotografias que possuem circulação intensa. Elas podem ser encontradas facilmente em ambientes virtuais, e nas biografias, também nos livros referentes ao cooperativismo e aqueles referentes à imigração dos suíços no Brasil.

Figura 1: Fotografia Theodor Amstad



Theodor Amstad

Fonte: www.cooperativismodecredito.com.br

Figura 2: Fotografia de Amstad e sua mula



Fonte: www.cooperativsimodecredito.com.br

Sobre a origem ou finalidade das fotos ilustradas acima, ainda são desconhecidas as informações. Certamente, sabemos da sua circulação em momentos e lugares distintos um do outro. A imagem do padre Amstad passa a ser a presença e a personificação dele próprio. A relação destas imagens com a memória nos leva a pensar na perspectiva de representação como a manifestação de uma ausência. “A representação é um conceito-chave da teoria do simbólico, uma vez que o objeto ausente é rerepresentado à consciência por intermédio de uma ‘imagem’ ou símbolo, isto é, algo pertencente à categoria do signo” (FALCON, 2000, p. 46). O símbolo²¹ embora não seja a reprodução, mas a representação do objeto ultrapassa o seu referente por conter estímulos afetivos para mobilizar e fazer os indivíduos agirem sob sua própria lógica relacional ou de substituição. Assim, os símbolos geram sentidos e ações sociais. Além disso, a mesma imagem pode assumir vários papéis, reciclar-se e produzir efeitos diversos na realidade social (MENESES, 2003).

Desde os ritos funerários egípcios e as construções de estelas ornamentais, a imagem tem tido a finalidade de comunicação entre vivos e mortos. Esta função simbólica não é própria da imagem e tampouco sua única função, está relacionada com a representação do real, utilizando um artefato do presente para substituir o que está ausente (DEBRAY, 1992). Se considerarmos estas imagens do ponto de vista simbólico, veremos que trazem representações significativas junto aos ritos das festividades e comemorações.

²¹ Sobre esta discussão em torno do símbolo e do imaginário, ver LAPLANTINE & TRINDADE, 1997, p. 12-13.

Regis Debray (1992) afirma que a imagem mantém vivo e presente o que está ausente, suprimindo uma carência, neste caso, o próprio sujeito. A imagem é mediadora do mundo social, e, muitas vezes, exerce influência neste âmbito. Desta forma, estas comemorações auxiliam na modelação de comportamentos e contribuem para formar e/ou manter uma visão de mundo sobre a figura de Amstad bem como do próprio sistema cooperativo e associativo. Ou seja, a lembrança do padre fundador que trouxe para as colônias alemãs a ideia do novo e da “sobrevivência” com mais qualidade de vida aos colonos, apresentando-lhes o cooperativismo e trazendo-lhes uma nova concepção de trabalho e promoção humana. Na questão religiosa, também há essa motivação, pois Amstad fez parte de um grupo de religiosos europeus que vieram para o sul do Brasil, e promoveram significativas mudanças na cultura religiosa e social, como vimos no capítulo anterior, “dando uma nova fisionomia para a Igreja” (RABUSKE, apud WERLE, 2004, p. 123).

A divinização dos mortos através das imagens ocorria na França nos ritos funerários de reis, retomando uma tradição romana (DEBRAY, 1992). A imagem tem a pretensão de ser real, fazendo com que ela participe efetivamente da vida da sociedade, neste caso, da vida dos cooperados, e para que não se esqueçam de que se hoje, no presente, há o sucesso, houve um começo e um fundador para tal feito.

Figura 3: Fotografia de Amstad junto a uma barrica de vinho



Fonte: Fotografia da autora do texto (2011)

A fotografia que se encontra na Escola Superior de Cooperativismo – ESCOOP / Porto Alegre (fig. 3) tem a inscrição de datas, configurando uma foto mortuária, pode ser encontrada em outros locais. A prática de fotografar os mortos foi estabelecida pelos imigrantes europeus no estado, alemães, italianos e poloneses. Ao chegarem às terras gaúchas,

propagaram seus costumes na preservação da memória dos mortos, introduzindo as fotografias nos rituais de morte (SOARES, 2007).

A representação imagética assume o papel de instrumento de apoio para o bom trabalho de luto, preenchendo um vazio deixado a partir do desaparecimento do corpo, e, ainda, apresenta-se como uma forma de lutar contra a ameaça que cerca a todos os indivíduos, a assustadora ameaça do esquecimento (SOARES, 2007, p. 19).

Na perspectiva de deslocamentos, a figura 3 nos apresenta um exemplo disso, a imagem junto a uma barrica de vinho emoldurando a fotografia no espaço urbano. Esta imagem amplia os significados culturais contidos nela, ou seja, reaviva ainda mais a memória dos envolvidos e instiga a curiosidade do observador comum. Esta imagem quer informar, lembrar onde e com quem o cooperativismo iniciou no estado. Cabe aqui uma interpretação sógnica dentro de um contexto social. Esta interpretação pode ser dada na medida em que se entende a própria “barrica” como um indício²², lembrando e associando o cooperativismo que floresceu predominantemente nas áreas de colonização alemã, com o suíço Amstad e com o italiano Paternó, nas italianas. Estudos apontam para a possibilidade de Amstad ter influenciado as cooperativas agropecuárias na região italiana também.

O meio rural está presente no meio urbano através desta imagem. A frase inscrita relembra o discurso, o amor ao próximo e a solidariedade para o crescimento em conjunto, utilizando a linguagem como um instrumento de identificação e pertencimento: “Se vinte pessoas se unem (...) conseguirão solidariamente, tirar a pedra e abrir caminho para todos” (Amstad, parte do discurso proferido em Feliz, 1902).

A análise das imagens na perspectiva da História da Arte pode ser encontrada na reflexão de Georges Didi-Huberman, repensando os paradigmas da disciplina. Construiu uma arqueologia crítica das modalidades de pensar o tempo e a memória, refletindo sobre os valores que estão conectados com as mesmas. “Pensar o tempo é interrogar a disciplina, seus modelos de análise, a história e a historicidade” (KERN, 2010, p. 17). Didi-Huberman propõe, portanto, um novo modelo de tempo e de análise da imagem afirmando que ela não deve ser enquadrada num determinado tempo visto que o próprio artista pode se opor ao mesmo, o que implica numa dinâmica de memória.

²² A tricotomia de Pearce (1994): O ícone aquilo que pode ser reconhecido e semelhante a algo; o índice que deduz relação causal e o símbolo uma convenção que deve ser apreendida, seu significado não está dado.

Huberman apoia-se em Walter Benjamin para afirmar que “história é memória”, porque é a memória que persiste no tempo presente. Por isso, para ele, só existe história anacrônica, pois a memória vem de tempos impuros, remontando e organizando os tempos. Desta forma, o anacronismo não deve ser visto como algo negativo pelos historiadores, “a sua identificação é um meio de pensar a obra e sua intrincada rede de conexões” (KERN, 2010, p. 18). A imagem como sintoma, segundo Didi-Huberman, é a presença de sobrevivências de outros tempos, interrompendo saberes e conhecimento. O anacronismo se faz necessário quando o passado não responde por si só às perguntas. As sobrevivências, esta multiplicidade de tempos são a presença de memórias distintas que compõem as montagens e podem ser identificadas nos rastros, nos vestígios e no não observado. Nesta perspectiva, fazer História é anacrônico, porque se remonta o passado através dos traços do presente.

No exame feito por Didi-Huberman sobre o anacronismo, ele considera a sua virtude dialética, parecendo emergir da relação que há entre imagem e a História. “A imagem tem uma história e a sua temporalidade não deve ser reconhecida como elemento da história que ela porta. O tempo não significa necessariamente o passado, mas a memória, porque ela decanta o passado, o humaniza e configura o tempo” (KERN, 2010, p. 19). Neste sentido, as imagens de Amstad apresentam-se na atualidade como sintoma de um passado que convive no mesmo espaço. Elas trazem à luz (e quem as coloca busca trazer), nos eventos comemorativos do cooperativismo, e até mesmo nos espaços onde são expostas, o compartilhamento das memórias nelas contidas: a luta; as dificuldades para a consolidação do sistema cooperativo/associativo; a valorização do fato de ser o primeiro estado do país a fundar cooperativas; a própria etnia alemã sendo exaltada como imigrante de sucesso, a união de forças que fez com que o sistema funcionasse e desse frutos, enfim, as imagens parecem retomar os 53 anos vivenciados por Amstad no país como um grande homem e, como o chamavam, “o pai dos colonos”, remontando um passado distante, o que não está visível, mas invisível aos olhos do observador.

A recordação necessita de mediação, e a própria rememoração configura como mediadora entre o passado, o presente e o futuro caracterizando os sujeitos que a personificam. Para José Tedesco (2011), ela é importante enquanto responder aos interesses dos indivíduos e/ou grupos. Elas são reinterpretadas com os valores e perspectivas do tempo presente.

Em sua autobiografia, há uma fotografia dele escrevendo em sua escrivaninha, com o rosto inclinado para baixo. A ideia desta fotografia é diferente daquelas que circulam, o foco está na intelectualidade do padre. Não exprime o envolvimento dele com a comunidade, é uma imagem solitária. As outras carregam valores e símbolos que identificam o coletivo, sobretudo aquela em que está montado em sua animália. Fica mais acessível às possíveis associações que podem ser feitas pelo observador. A percepção individual implica diretamente na coletividade, porque uma parte de nossas lembranças não se apoiaria em nenhuma memória coletiva, como admite Halbwachs. No entanto, a memória coletiva leva em consideração o ponto de vista de cada um, contrastando e reforçando um ao outro, formando um todo que existe por si independente dos contextos de onde são tirados.

Isto tem a ver com o estudo sobre a percepção e a imagem que Lorenzo Vilches (1997) desenvolveu. Ele propõe, no seu texto, desconstruir a ideia de fidedignidade da fotografia como testemunho da realidade. Discorre sobre a influência da percepção no ato fotográfico. “A percepção é um processo criativo e por ele nos relacionamos com nosso entorno social e material” (VILCHES, 1997, p. 20). Desta forma, o ato fotográfico que não é neutro, somado com o ato perceptivo do observador, gera uma interpretação da imagem e do real ali representado, dependendo das informações adquiridas anteriormente pelo observador, bem como de suas vivências. Deste modo, Vilches ressalta uma relação ativa do observador com a imagem baseada nas propriedades da percepção (numa consulta que fazemos as nossas memórias e a nossa bagagem cultural).

A percepção atua em todos os momentos em que olhamos, observamos e atuamos, em nosso meio social. Sempre teremos interpretações que tem a ver com nossas vivências e aprendizagens anteriores. As impressões, o catarse, as sensações pertencem a nós mesmos. As imagens ora referidas, aqui, são isoladas, apenas uma figura, um homem, um rosto, uma mula. Um símbolo que precisa ser apreendido pelos demais, um símbolo para além das fotografias. Tornou-se visível para o (s) grupo (s) e para sociedade rio-grandense.

2.4 LITURGIA DA MEMÓRIA II: MONUMENTO E LUGARES

Após o lançamento da autobiografia de Theodor Amstad, mais uma lembrança foi marcada neste mesmo período, agora no ano de 1942. Alguns líderes das caixas rurais resolveram homenagear Amstad com a construção de um monumento na Linha Imperial, localizada em Nova Petrópolis, configurando, a partir deste momento, a praça e o próprio

monumento como um lugar de memória (fig. 4). Um lugar eleito para lembrar e reavivar a imagem Amstad. “As celebrações, comemorações são portadoras de sentido, permitindo perceber as construções do passado e materializando a memória em espaços eleitos – lugares da memória”. (NORA, 1984, apud MATOS, 2006, p. 340).

Tedesco (2011) destaca a importância dos lugares de memória como um forte poder simbólico de criar um ambiente de familiaridade, empatia e afetividade, e por consequência, referenciais de identidade. A memória é o resultado de um trabalho permanente no decorrer do tempo, no qual seus conteúdos são revistos, conservados ou abandonados pelos grupos. A memória coletiva se alimenta das tradições, dos costumes e das experiências, para perdurar. Os elementos centrais que promovem a durabilidade são justamente a ritualidade, a simbologia e a experiência compartilhada. É isto que fortalece ou não a memória do grupo.

A inauguração do monumento relembra o iniciador do cooperativismo de Crédito, e comemora o 40º aniversário da Caixa Rural de Nova Petrópolis, a pioneira do país. A iniciativa partiu das Caixas de Crédito fundadas por Amstad. O monumento em memória a ele é constituído por um busto do homenageado em bronze, e placas no seu entorno, formando um conjunto de imagem e texto (fig. 5). Nestas placas, estão inscritas os nomes das cidades e das caixas rurais que participaram da homenagem. Com um olhar mais atento sobre elas, parece ver-se o intuito pedagógico como a própria arte da Igreja. Elas mostram os caminhos percorridos por Amstad levando a ideia do cooperativismo às famílias, e a Palavra do Evangelho. Duas delas são imagens que contam uma história (figs. 6 e 7). Na primeira figura, está Amstad e sua mula inseparável, na outra, “o pequeno padre” sendo acolhido no seio familiar. Nas outras no entorno do busto, consta o nome das cidades com suas respectivas caixas rurais.

Figura 4: Fotografia da Comemoração do 40º aniversário da Caixa Rural de Crédito de Nova Petrópolis e inauguração do Monumento ao iniciador do cooperativismo de crédito no Brasil

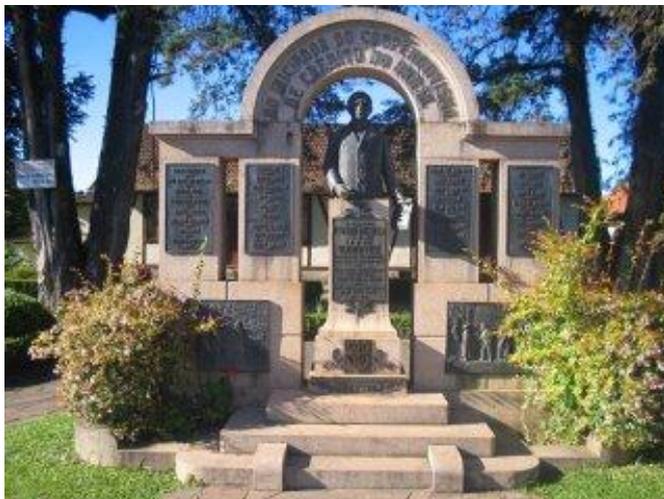


Ano: 1942

Acervo: ADOPE UNISINOS. Fundo Balduino Rambo.
São Leopoldo/RS.

Percebem-se nas placas com imagens uma ordem para serem lidas, da esquerda para direita, induzindo o olhar para a informação nelas contida. Um jogo visual ligado ao esquema de leitura do ocidente. A ilustração a seguir, da placa central no monumento, abaixo do busto, informa o motivo pelo qual foi erguido (fig. 8). Logo abaixo desta placa, encontra-se o acróstico da Sociedade União Popular (fig. 9), a qual abrigava como sede a central das caixas rurais em Porto Alegre. Além disso, o busto de Amstad não está sozinho (fig. 10), segura um pergaminho com a inscrição “*omnibus omnia*”, “tudo para todos”, como um sinal da solidariedade que uniu as colônias no início do século e que não deveria ser esquecido como lição de vida.

Figura 5: Monumento ao Iniciador do Cooperativismo de Crédito no Brasil



Ano: 2012

Local: Linha Imperial, Nova Petrópolis /RS

Figura 6: Amstad viajando na mula (lado esquerdo)



Fonte: Fotografia da autora do texto (2011)

Figura 7: O acolhimento da família (direita)



Fonte: Fotografia da autora do texto (2011)

Figura 8: Placa central do monumento



Fonte: Fotografia da autora do texto (2011)

Figura 9: Acróstico da Sociedade União Popular



Fonte: Fotografia da autora do texto (2011)

Figura 10: Busto de Amstad com o pergaminho.



Local: Linha Imperial, Nova Petrópolis /RS
 Fonte: Fotografia da autora do texto (2011)

Fernando Catroga (2009) refere-se à imagem como substituta da memória que eterniza, sacraliza o que não se quer esquecer. Em relação à recordação do vivido, os eventos, as comemorações funcionam como uma manutenção da memória. A memória passa a ser entendida como memória-monumento centrada em suscitações e evocações numa lógica própria para o evento ou aquilo que não se quer deixar esquecido ou do que já está esquecido. Nas suas enunciações mais afetivas, o diálogo entre o presente e o passado quase anula o distanciamento entre o sujeito e o objeto, neste caso, objeto – imagem.

Em relação ao tempo, o mesmo autor reflete sobre “os futuros do passado”, ou seja, a análise das práticas re-presentificadoras²³ (memoriais, historiográficas) mostra que novos traços podem despertar lembranças esquecidas e que novas alterações situacionais do evocador podem levar a re-escrever, reinterpretar aquilo o que nunca se esqueceu. Ainda sobre o tempo, Catroga faz uma reflexão sobre a temporalidade da memória, e afirma que, “a pluralidade de expectativas e de memória é o inevitável corolário da existência de uma pluralidade de mundos e de uma pluralidade de tempos sociais” (CATROGA, 2009, p. 31). Reforça a ideia que comemorar é sair da autarcia do sujeito e integrar o eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas.

De acordo com Jean-Claude Schmitt (2007), as representações nem sempre são reais e, portanto, se faz necessário compreendê-las em sua totalidade, ou seja, na forma, na estrutura, no funcionamento e nas funções da imagem. Para este autor, deve-se analisar a arte e a sua relação dinâmica na sociedade. A imagem como documento/monumento “informando sobre o ambiente histórico que a produziu” (2007, p. 46), visando a tornar-se um “lugar de memória”, tanto mais que a memória. Portanto, há um entendimento entre os estudiosos tanto da memória quanto das imagens, a caracterização do documento-monumento. As imagens analisadas estão sendo entendidas como tais, na medida em que concentram e carregam uma historicidade do movimento cooperativo de crédito no estado. O sentimento de pertença ao movimento é alimentado constantemente com e através destas imagens, lembrando seu fundador e a região, bem como o grupo étnico ali concentrado.

As comemorações de aniversário e festividades do cooperativismo quase sempre trazem à tona estas imagens com propósito intencional de lembrar, considerando que estas comemorações são realizadas, entre outros ambientes, na cidade de Nova Petrópolis. Mas o

²³ O termo vem de re-presentificação: é a experiência temporal indissociável da sua especialização. Ver mais em CATROGA, 2009, p. 21.

que lembrar? Para Nora (1993), os lugares de memória são construídos a partir de uma necessidade, portanto, não são gerados espontaneamente. Por isso, se faz necessário manter-se datas e organizar celebrações com o propósito de não caírem no esquecimento. Além disso, estas lembranças evocam pistas de reconhecimento a um grupo, bem como sentido de pertença, elencando diferenciações significativas, numa sociedade que se inclina a reconhecer indivíduos iguais.

A memória coletiva confere uma identidade étnica, cultural ou religiosa a uma dada identidade coletiva. Os grupos precisam lembrar e relembrar, ritualizar para se reproduzir identitariamente com sentimento de pertença. Dada a sua amplitude, pode ser reconstruída a partir das exigências dos grupos sociais ativos: ela é dinâmica e conflituosa, produtora e produto de tempos sociais e de fatos históricos. Há interesses políticos envolvidos, afinal o que lembrar? O que armazenar para posteridade? A conservação ritualística legitima e amplia a identificação do grupo.

Da inauguração do monumento, ilustramos agora outro tipo de comemoração no qual o campo religioso e o social estão imbricados na comemoração daquilo que seriam os 100 anos de Theodor Amstad (1951). Esta homenagem (figs. 11-13) contou com a presença do Provincial da Província Sul-Brasileira da Companhia de Jesus, Leopoldo Arntzen, a diretoria do Banco Agrimer, alunos e professores da escola Cristo Rei de São Leopoldo. Comemorar e festejar no próprio cemitério junto ao túmulo do homenageado não é apenas presentificar o sujeito ausente, é, sobretudo, demonstrar afeto e respeito à existência do ser lembrado e à possibilidade de continuidade da mesma. A ordem cronológica e lógica dos eventos, a definição dos lugares auxilia na definição de uma memória.

Os rituais e as celebrações são marcados por aquilo que não se quer esquecer. O culto aos heróis mortos ou aos sujeitos protagonistas de sua história ganhou força no Iluminismo Ocidental durante o século XIX e início do XX. Estes sujeitos deveriam ser lembrados como modelos a serem seguidos (SOARES, 2007).

Figura 11: Fotografia de comemoração ao centenário de Amstad



Ano: 1951

Local: Cemitério Jesuítico de São Leopoldo/ RS

Fonte: ADOPE UNISINOS. Acervo Fundo Balduino Rambo

Foi com o positivismo comtiano que o culto aos mortos recebeu *status* de extraordinário acontecimento social. Para os atores sociais mais importantes eram produzidas exéquias suntuosas e extremamente ritualísticas, realizando-se também discursos enaltecendo as qualidades do falecido e pompas fúnebres que alçavam o funeral ao patamar de grande espetáculo coletivo. Todos esses elementos de profunda devoção tinham como objetivo fazer com que o morto escapasse da condenação de não fazer parte da memória coletiva (SOARES, 2007, p. 51).

Comte institucionalizou e deu tratamento sistemático ao culto dos mortos, inspirado no modelo do próprio catolicismo, fomentando um ritual cívico-religioso. “Daí, que não se cansassem de destacar o valor pedagógico-cívico do culto dos mortos, e de prometer a ‘incorporação subjetiva’ da exemplaridade do antepassado no empíreo da memória coletiva” (CATROGA, 1999, p. 309 apud SOARES, 2007, p. 51).

Figura 12: Fotografia de comemoração ao centenário de Amstad



Ano: 1951

Local: Cemitério Jesuítico de São Leopoldo/ RS

Fonte: ADOPE UNISINOS. Acervo Fundo Balduino Rambo

Figura 13: Fotografia de comemoração ao centenário de Amstad



Ano: 1951

Local: Cemitério Jesuítico de São Leopoldo/ RS

Fonte: ADOPE UNISINOS. Acervo Fundo Balduino Rambo

Outras datas também foram lembradas com a construção de monumentos e placas alusivas. A famosa frase proferida por Amstad sobre a pedra no caminho tomou corpo na imagem de uma perda enorme na Linha Imperial em Nova Petrópolis (fig. 16). A própria pedra se configura como um monumento e um lugar de reflexão do passado. Ela está posta junto a pinheiros que são reconhecidos internacionalmente como símbolo do cooperativismo, reconhecido pela sua capacidade de sobrevivência em terras não tão boas e pela facilidade de multiplicar-se. A pedra está localizada em frente à escola estadual Padre Theodor Amstad e do Museu Padre Amstad (fig. 15), que foi constituído na casa da primeira sede própria das caixas rurais da cidade, esta sede que funcionou de 1953 a 1967.

Este prédio, do então museu, foi a terceira sede da SICREDI Pioneira, sendo inaugurado em 1952, quando existia apenas sua pedra fundamental. Sua inauguração completava os ensejos comemorativos aos 50 anos da Caixa Rural. Em 1967, o prédio foi leiloadado, para que fosse possível a mudança da instituição para o centro da cidade. Em maio de 2012, a SICREDI Pioneira comprou novamente o prédio, incluindo-o no roteiro turístico da cidade e preservando sua história através da constituição do Museu Padre Amstad, composto por uma galeria de fotos dos ex- dirigentes e objetos antigos. Aquela que teria sido a primeira sede (fig. 14) funcionou 30 anos na Linha Imperial. Atualmente encontra-se ali o Museu da Caixa Rural, inaugurado em 1988. O prédio deste museu é uma réplica da primeira sede, e está localizado no Parque Aldeia do Imigrante, composto por objetos antigos da caixa.

Figura 14: Primeira sede da Caixa Rural.
Pertencia ao primeiro gerente Joseph Neumann.
Museu Caixa Rural, Museu SICREDI



Ano: Por volta de 1900
Local: Parque Aldeia do Imigrante. Nova
Petrópolis/RS.
Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Figura15: A primeira sede própria
Museu Padre Amstad



Ano: 1953
Local: Linha Imperial – Nova Petrópolis/RS.
Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

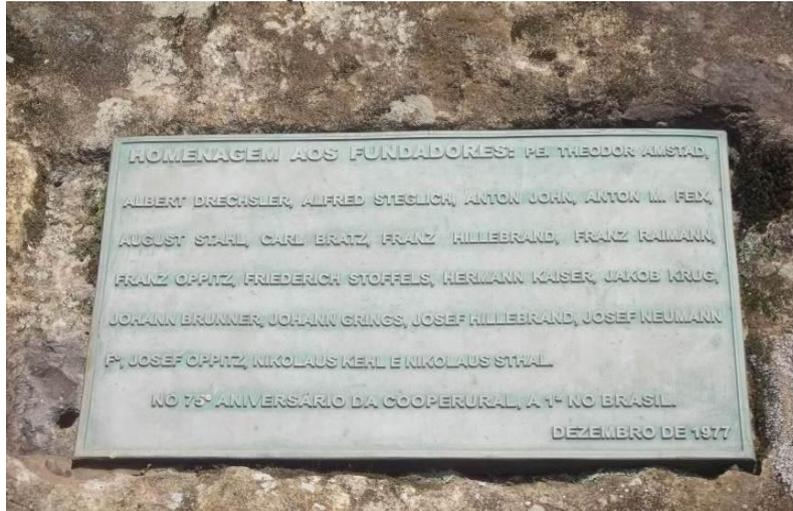
Na pedra-monumento também há placas com inscrições de homenagens. A primeira refere-se ao aniversário de 75 anos, no ano de 1977, da Caixa Rural, chamada naquele período de COOPERURAL homenageando todos os fundadores da mesma (fig. 17). A pedra foi colocada justamente nesta data. A outra placa diz respeito ao Amstad homenageando seu centenário de vinda ao Brasil colocada em 1986 (fig. 18).

Figura 16: A pedra símbolo do cooperativismo



Local: Linha Imperial, Nova Petrópolis /RS.
Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Figura 17: Primeira placa na pedra em homenagem aos fundadores da Caixa Rural de Nova Petrópolis/ RS.



Ano: 1977

Local: Linha Imperial, Nova Petrópolis /RS.

Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Figura 18: Segunda placa na pedra em homenagem ao centenário de vinda do padre Theodor Amstad ao Brasil.



Ano: 1986

Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

As diferentes formas de representação imagéticas dos mortos, ou seja, escultura, pintura, fotografias e monumentos estão ligadas à preservação da memória do morto suprindo a ausência através de sua materialidade, mesmo em seus diferentes usos e funções. Além disso, encontramos na Linha Imperial todo um conjunto de formas de lembrar. É lá que está o primeiro monumento erguido em 1942, na praça que leva seu nome (fig. 19), e que foi construída pela comunidade para o 22º Congresso Católico, que se realizaria na cidade de

Nova Petrópolis, e para o qual se aguardavam em torno de cinco mil pessoas. A mobilização da comunidade para aterrar com pedras de suas próprias roças o banhado, transformou-o num espaço ainda hoje valorizado como patrimônio público, um lugar de lazer e de lembrar.

Figura 19: Praça Amstad



Local: Linha Imperial - Nova Petrópolis/RS

Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

A Igreja São Lourenço Mártir (fig. 20) em que Amstad foi o primeiro pároco, guarda em seu interior o monumento original em bronze do iniciador ao cooperativismo. A igreja e a casa paroquial, ambas revitalizadas, ficam do outro lado da rua, em frente a praça e fazem parte de um cenário incrível, compondo hoje a rota turística do cooperativismo na cidade. Inclusive os restos mortais de Amstad foram transladados para a base da igreja (fig. 21), na ocasião dos 50 anos de seu falecimento, em 1988. A mobilização de líderes cooperativos e o aceite dos jesuítas ao traslado configurou mais uma data de comemoração e homenagem ao padre Amstad. Por ter passado tanto tempo naquela comunidade, como vigário e depois como pároco, a própria comunidade agora o recebe não mais como o padre fundador, mas também como membro pertencente deste grupo.

Figura 20: Igreja São Lourenço Mártir.



Local: Linha Imperial – Nova Petrópolis/RS
 Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Figura 21: Monumento com os restos mortais de Amstad



Local: Linha Imperial – Nova Petrópolis/RS
 Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

A própria finitude do ser humano instiga criar estratégias para exorcizar a morte. A utilização da imagem é uma delas, como ferramenta utilizada para amenizar o sentimento de tristeza e saudade, também para imortalizar o sujeito querido. A produção destas imagens pertence ao homem social no seu caráter coletivo.

No conceito de memória coletiva de Halbwachs (2004), existem pontos de referência que a compõem. Estas referências são elementos da própria cultura de um determinado grupo, diferenciando-o de outra coletividade, o que fundamentaria e reforçaria o sentimento de pertença. Esta memória não se identifica como uma dominação simbólica, mas sim, como

uma adesão afetiva dos membros (SOARES, 2007). Esta adesão afetiva fica caracterizada entre outros momentos no esforço dos moradores em construir a Praça Theodor Amstad com seus próprios recursos. É o afeto e a gratidão por Amstad que sustentam as diversas formas memoriais erguidas em seu nome. Dada a importância da sua figura para aquela comunidade, naquele cenário econômico e político em que se encontrava a colônia, as formas de recordação foram tão intensas quanto sua passagem por ali. É uma forma de preencher o vazio, de cultivar as lembranças. A memória coletiva se apoia na continuidade e na estabilidade através da institucionalização das lembranças: monumentos, datas, personagens, tradições, costumes, etc. Assim, neste caso, o domínio pode não existir, mas sim, um gerenciamento institucionalizado destas memórias por parte de líderes políticos ou da própria comunidade.

As comemorações e homenagens procuram, de uma forma ou de outra, reavivar a memória dos mais velhos, buscando um ambiente de sensações de outrora, e para os mais jovens procura transmitir o conhecimento cultural e o ensinamento dos símbolos, formando um todo coeso nas lembranças sobre Amstad. A memória afetiva é aquela que mais permanece, no entanto, se faz necessário criar ou desenvolver o mesmo ambiente emocional para serem evocadas, daí os rituais e as cerimônias buscando constituir este ambiente.

Como diz Lowenthal (1998), não retornamos ao passado como máquinas do tempo para ver o que se passou, e, portanto, a memória não preserva o passado intacto, mas o refaz adaptando para enriquecer e dar significados no presente, e, quem sabe, manipular este tempo presente. O tempo presente está constantemente reformulando o passado.

É neste mesmo tempo presente que a dimensão política da memória emerge com as práticas comemorativas e rituais procurando construir uma identidade e apropriação. A memória torna-se um elemento mediador do campo político, “e pode estar no interior de um campo de batalha pela significação dos tempos, dos fatos e dos sujeitos que desejam se centralizar” (SARLO, 2007, apud TEDESCO, 2011, p. 39).

Tedesco (2011) chama de “notáveis da memória” aqueles que dimensionam políticas de memória dando visibilidade acadêmica ou midiática aos objetos do passado, lugares, fatos e arquivos. Os notáveis podem ser tanto o poder público, elegendo um grupo para tanto, ou instituições como família, igrejas, partidos políticos, sindicatos, associações, etc. Ambos os casos podem deliberar realidades reguladoras e impositivas de lembranças.

As instituições, sobretudo, na ânsia de buscar seu passado, de resgatá-lo, como se diz no senso comum, podem ser mediadoras na medida em que mobilizam trabalhos, comemorações, na pressão por lembrança e reconhecimento. A memória torna-se um instrumento bastante flexível e útil nas mãos de agentes sociais, servindo como lucro simbólico e estratégico de representação e visibilidade cultural, étnica e religiosa de um determinado grupo. Desta forma as instituições ou o poder público demonstram a arte de gerenciar, de atribuir o que, como e quando lembrar sobre o passado, ordenam os tempos, lhes dando sentidos com novas edificações, monumentos, praças, nomes de rua, etc. “Atualmente o campo da política, dos gestores da sociedade, dos grupos hegemônicos, em geral associado às esferas da grande mídia, da indústria do turismo, encarrega-se de dar a versão do passado que melhor lhes convenha, lhes agrade e lhes traga benefícios econômicos” (TEDESCO, 2011, p. 43).

Os patrimônios também passam, geralmente, por disputas políticas, demonstram o desejo de preservação e dão sentido cultural, pois manifestam as formas de ver, sentir e estar no mundo dos grupos envolvidos. “O patrimônio utiliza fragmentos da história, resumos e traços; são manifestações de orgulho do passado, ou temor de repetição no presente, fatos negativos desse passado (como antiorgulho), herança que atesta valores em tempos outros” (POULOT, 1998, apud TEDESCO, 2011, p. 44). No entanto, na gestão da memória, toda tentativa de lembrar implica uma estratégia de esquecer. Neste caso, um esquecimento desejado e regulador do poder.

A cidade de Nova Petrópolis passa a sediar mais um monumento referente ao tema do cooperativismo. No dia 28 de dezembro de 2002, a sociedade presenciou a inauguração do monumento *Força Cooperativa* (fig. 22- 29), no centro da cidade, na Praça das Flores. Com o intuito de comemorar os 100 anos da Cooperativa de Crédito Pioneira, voltaram-se os olhares da sociedade e do poder público para o evento. A SICREDI Pioneira recebeu homenagens da Associação Cooperativa Internacional, da Associação Cooperativa Internacional das Américas, da municipalidade e da mais recente entidade fundada na cidade, a Casa Cooperativa.

Por conta desta comemoração, tomou-se conhecimento através do então presidente da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, Ivano Barberini, que aquele era o monumento mais representativo do cooperativismo no mundo. A “Força Cooperativa” é um marco no mundo, assim como a SICREDI Pioneira é na América Latina.

Figura 22: Monumento “Força Cooperativa”

Local: Praça das Flores. Centro de Nova Petrópolis
 Ano: 2002
 Material: bronze
 Autor: Nakle
 Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Figura 23: Monumento “Força Cooperativa”

Local: Praça das Flores. Centro de Nova Petrópolis
 Ano: 2002
 Material: bronze
 Autor: Nakle
 Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

No ato de lembrar nos servimos de campos de significados – os quadros sociais – que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado na medida em que as localizações espacial e temporal das lembranças são a essência da memória (BARROS, 1989, p. 30).

A memória coletiva opera quando ligada a referenciais concretos passíveis de significados (objetos, lugares, pessoas, monumentos), e simbolismo servindo de testemunho para o processo de reconstrução do passado. A festividade, o comemorar, o reencontro de memórias vividas e experienciadas exprimem claramente a dinâmica mediadora da memória coletiva. Cria, recria e ressuscitam vínculos, histórias pertencentes a nós mesmos e aos grupos.

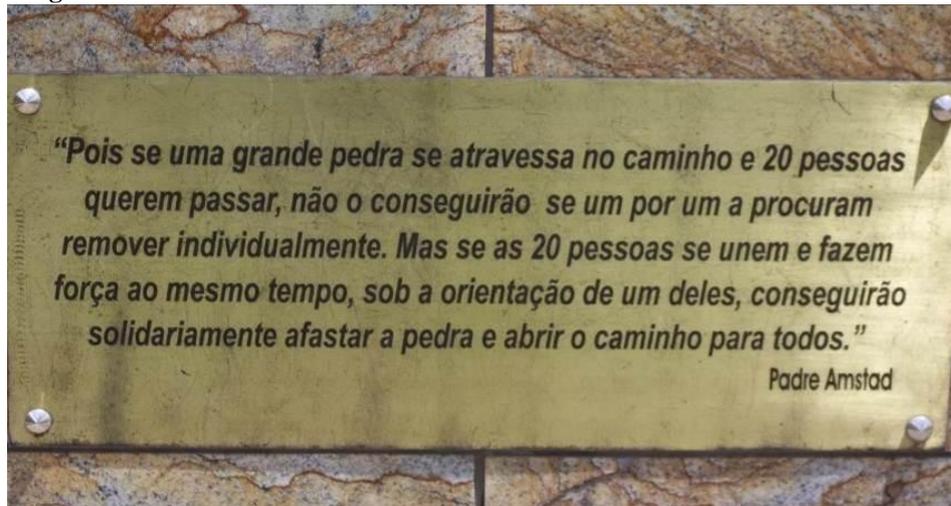
Os eventos festivos são norteados pela emoção da saudade, em geral estão imbuídos de simbologia que manifestam a coexistência temporal e espacial de valores, ideias, do desejo da permanência. Estes eventos, sobretudo aqueles relacionados com memórias de família e de grupos étnicos, possuem uma narrativa, uma poética.

Figura 24: Homenagem da Prefeitura de Nova Petrópolis



Local: Monumento “Força Cooperativa”
 Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Figura 25: Placa alusiva ao discurso de Amstad



Local: Monumento “Força Cooperativa”
 Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Figura 26: Placa oferecida à comunidade pela SICREDI Pioneira



Local: Monumento “Força Cooperativa”

Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Tedesco (2011) afirma que é nos momentos festivos que estes grupos familiares e étnicos procuram localizar no tempo e no espaço raízes e ações desvalorizadas no tempo, tanto no presente como no passado, como, por exemplo, o parentesco, a consanguinidade, a centralidade religiosa da vida nas colônias, etc. “A lembrança ritualizada, nesse sentido, recoloca a esperança na capacidade de recuperar alguma coisa que se possuía, um tempo que se esqueceu” (p. 182).

Figura 27: Placa alusiva à presidência da ACI global



Local: Monumento “Força cooperativa”

Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

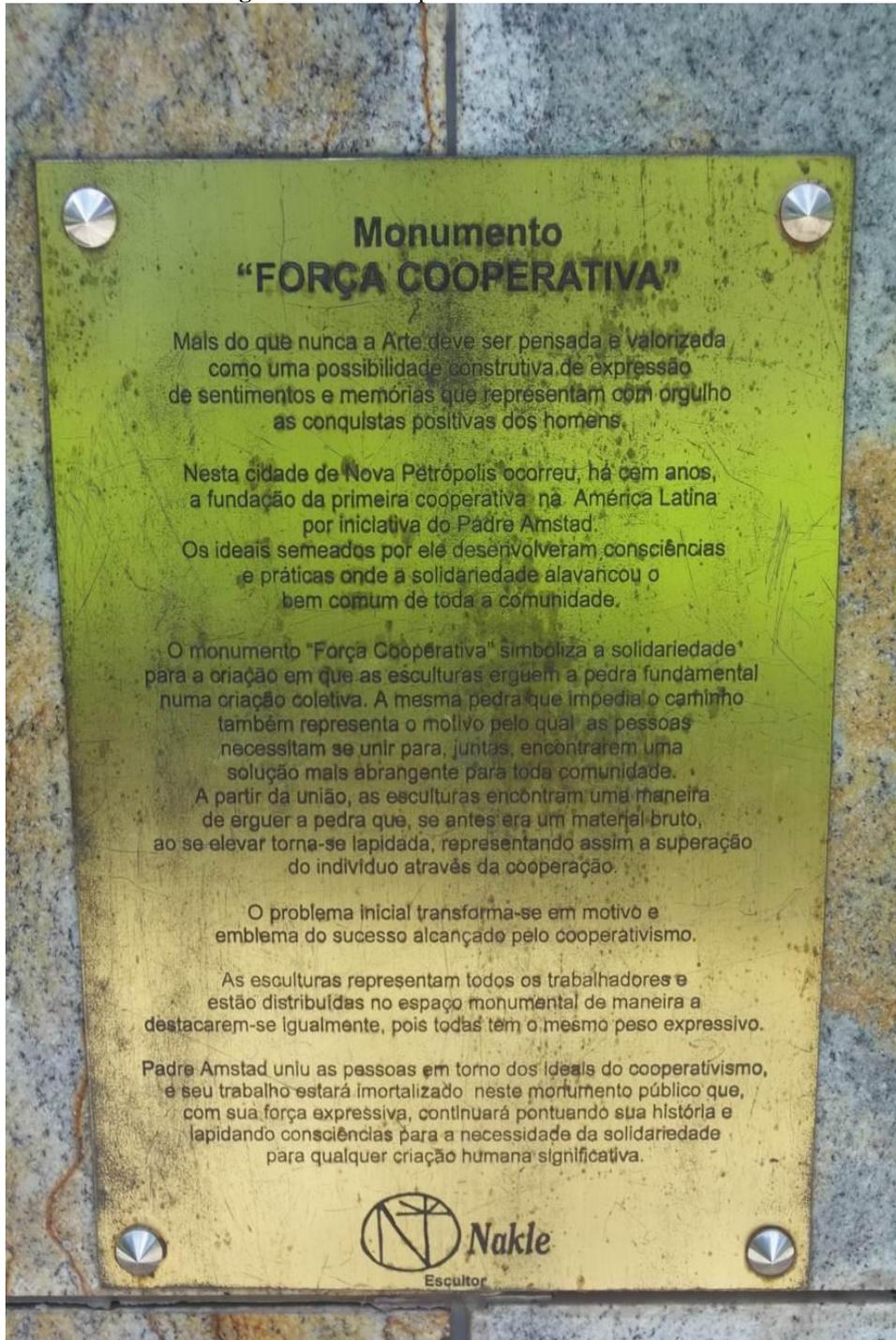
Figura 28: Placa alusiva à presidência da ACI das Américas



Local: Monumento “Força cooperativa”

Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Figura 29: Placa explicativa da obra



Autor: Nakle.

Ano: 2002

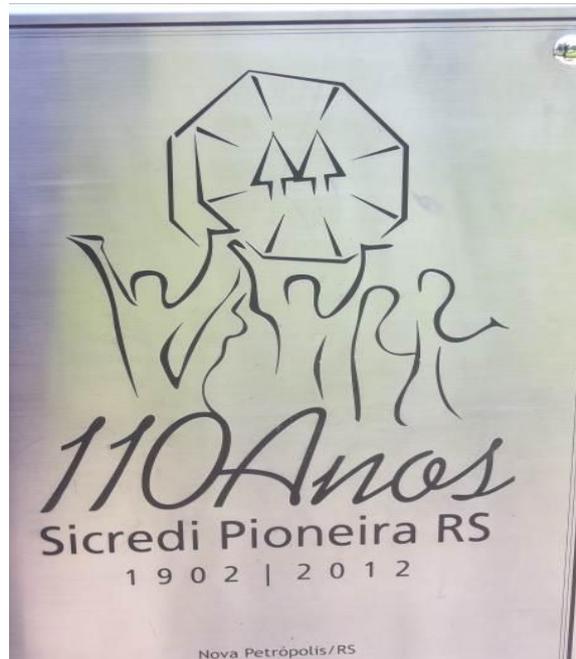
Local: Monumento "Força cooperativa"

Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Segundo Nora (1993, p. 25), "a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos". Na figura 30 e na figura 31, temos a ilustração atual de homenagem e celebração. A primeira diz respeito aos 110 anos de existência da Cooperativa de Crédito

Pioneira que se realizou no mês de dezembro de 2012, e localiza-se junto ao monumento “Força Cooperativa”. A segunda figura é relacionada com a comemoração de 100 anos da Associação Amstad, antiga Sociedade União Popular, que se realizou em fevereiro de 2012, e está localizada na Linha Imperial, junto àquele conjunto de monumentos homenageando Amstad.

Figura 30: Comemoração aos 110 anos da SCREDI Pioneira



Local: Monumento “Força Cooperativa”

Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

Figura 31: Monumento em comemoração aos 100 anos da Associação Theodor Amstad



Local: Linha Imperial – Nova Petrópolis/RS

Ano: 2012

Fonte: Fotografia da autora do texto (2012)

O que pretendíamos enfatizar neste capítulo era a dimensão afetiva destes eventos para as duas instituições em especial, as já referidas, que tem como ícone em comum seu padre-fundador. E porque não dizer seu líder-salvador? Contudo, devemos destacar também “os notáveis da memória”, que neste caso, seriam os próprios líderes associativistas e cooperados que fazem a manutenção destas lembranças para os grupos envolvidos e talvez a imposição destas memórias a toda comunidades neopetropolitana. Considerando também a dimensão política, e em alguma medida ela deva existir, percebemos uma adesão alegre dos membros e de orgulho por fazer parte deste (s) grupo (s). Acreditamos que a questão étnica reforça o sentido de pertença, contudo, tanto a memória familiar quanto a étnica possuem significados integrativos, e, por isso, configuram uma memória coletiva.

3 AS REMEMORAÇÕES E PRÁTICAS DISCURSIVAS RELACIONADAS A THEODOR AMSTAD

Na narrativa oral a especificidade temporal é rara: com pouca oportunidade para refletir ou para comparar, os narradores e os ouvintes desconsideram ou alteram as distâncias temporais. Sem datas ou registros permanentes aos quais nos reportar, não podemos estimar a duração dos eventos passados nem verificar sua ordem, narrativas orais condensam, expandem e reorganizam segmentos do passado de acordo com a importância que lhes é atribuída (LOWENTHAL, 1998, p. 119).

As lembranças são feitas pelos indivíduos, são eles que recordam e são suportes da memória. As duas dimensões - individual e coletiva – da memória devem ser levadas em conta nesta discussão, sendo que este assunto foi alvo de críticas ao sociólogo Halbwachs. Existem lembranças que pertencem somente a nós mesmos, assim como a percepção que se tem de cada lembrança são individuais. Desta forma, uma parte de nossas lembranças não se apoiaria a nenhum fator externo, porque aquela imagem só existe para nós mesmos. Elas fazem parte das impressões e da bagagem cultural pessoal de cada um como resultado de vivências próprias.

Muitas vezes, nos apropriamos de coisas que não são nossas, mas porque elas concordam com o modo de vermos o mundo. Isto acontece quando lemos uma notícia, escutamos alguma opinião, refletimos sobre algum livro. Acreditamos com tanta convicção que até, por vezes, pensamos fazer parte daquilo. Isto acontece também com nossas lembranças (HALBWACHS, 2004). Transitamos por diversos grupos diferentes, e, muitas vezes, tomamos emprestadas suas convicções, seus sentimentos. Imprimimos em nós, com diferentes intensidades, as formas de ver e estar no mundo. Desta forma, quando evocada uma lembrança no coletivo, que nosso espírito reconheça e de alguma forma os fatos se cruzem, caracteriza uma memória coletiva, enquanto integrantes do mesmo grupo. As lembranças se apoiaram uma na outra, mas aparecerão com maior ou menor intensidade de forma individual.

As lembranças podem ser também idealizadas, imaginadas ou inventadas. De acordo com Izquierdo (2010), muitas vezes, falsificamos memórias involuntariamente ou voluntariamente. Mas isto nem sempre tem significado negativo. Criamos memórias a partir de dados reais. Um exemplo é quando alguém morre, e em vida não era tão querido pelas pessoas

que conviviam ao seu redor. Aprontava para sua esposa, ou era desonesto, ou ainda era uma pessoa pública corrupta, entre outras coisas que nos desagradam num sujeito. Mas, após alguns anos, é erguido um monumento em seu nome, e sua família realiza ações de solidariedade na cidade natal dele, inicia-se orquestralmente uma série de homenagens em seu nome. Enfim, a comunidade e as gerações posteriores começam a criar uma imagem positiva daquele sujeito, e ele passa ser lembrado de uma maneira positiva, senão, por vezes, até carinhosa.

Outro exemplo seria a frequente idealização de um passado desconhecido, ora por indivíduos, ora por grupos. Sem referências de um passado recente ou remoto, as pessoas acham por bem inventá-lo, mas não de qualquer jeito. Quando isto acontece procuramos uma descendência de alguém famoso, que julgamos ter alguma importância social. Partimos do princípio de que nossa história é inédita e especial, e, por isso, deve ser conhecida pelos demais. Passamos a acreditar em nossas próprias invenções ou idealizações. Estas falsificações fazem bem para o ego, aumentam a autoestima do indivíduo na coletividade, ao mesmo tempo em que o diferencia dos demais. Precisamos acreditar em coisas boas sobre nós mesmos buscando nossos referenciais. Falsificamos as memórias quando as reativamos, para evocá-las, ou logo em que a adquirimos, reordenando os fatos ou mudando de opinião sobre o mesmo.

Izquierdo (2010) reforça ainda que há muito de não proposital na formação destas memórias, e vem ao encontro do pensamento de Halbwachs. Nossas memórias se misturam com o predomínio do afeto sobre a precisão. Um exemplo é quando alguém próximo de você se lembra de algo, e conta com toda a convicção que você esteve junto e fez tal coisa. Você realmente estava junto, mas lembra que não foi você que fez esta coisa tão admirável, engraçada ou enfadonha. E talvez ninguém tenha realizado este ato. Mas seu ente reuniu dados tão interessantes do fato ocorrido, talvez tenha até inventado um personagem com vida própria em suas memórias, que você acaba concordando e, daqui algum tempo, passa até a acreditar neste fato com a sua presença. As memórias falsas podem ser implantadas por sugestão. Convencemo-nos de algo por algum motivo, ou porque gostaríamos de ser, ou de ter feito aquilo que é contado.

O intento deste capítulo está na busca de compreensão sobre a pluralidade de tempo contido tanto nas lembranças quanto nas práticas discursivas dos agentes, seja nos relatórios analisados, entre 1941-1953, ou nas fontes orais colhidas recentemente. Consideramos nesta análise a subjetividade e o contexto social de cada agente, sendo eles membros que já foram ou são dirigentes das referidas associações em estudo. É comum aparecer nos relatos de ambos os

documentos a subjetividade revelada e a valorização das experiências pessoais. No entanto, insistimos que buscamos as aproximações, pontos em comum para aquilo que caracteriza uma memória coletiva na dinâmica social da Associação Theodor Amstad e da SICREDI Pioneira. Entendemos que estes pontos convergentes marcam os membros do grupo e o próprio grupo com um sinal de pertença, unidos em torno do mesmo símbolo.

A narrativa oral possui característica atemporal. As histórias de todas as coisas começam num passado remoto e continuam sequencialmente até serem esquecidas. Para muitos, o passado é um amontoado de informações, fatos e personagens cronologicamente desconhecidos. Neste sentido, buscamos segurança temporal nas narrativas estratificadas. A história, assim como a memória, é desprendida de datas e até de sequências, em grande parte. Construimos períodos para dar uma ordem temporal aos acontecimentos (LOWENTHAL, 1998).

A narrativa linear histórica, muitas vezes, restringe a compreensão do passado, porque nisto implica as circunstâncias sociais, culturais, políticas que se sobrepõem à narrativa junto aos acontecimentos concomitantes de outros povos, instituições, ideais. No entanto, se faz pertinente organizá-los temporalmente para não serem confundidos numa miscelânea de épocas, personagens, movimentos sociais, etc.

As evocações das lembranças não são sequenciais nem cronológicas. Como já dissemos, elas são anacrônicas. Ao recordar, o sujeito não está preso às datas, ele precisa organizar os pensamentos, os fatos para contar. Os diferentes tempos surgem, muitas vezes, na fala, sem o locutor se dar conta. A presença do passado/passado, presente/passado, passado/futuro é uma constante, quando as evocações das ausências se tornam modelos do ontem, hoje e amanhã a serem seguidos.

Ao discutirmos a distinção do passado/presente em outras perspectivas, para além da consciência social histórica, vimos em Santo Agostinho o termo da alma dividido em três visões temporais: o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes, o presente das coisas futuras.²⁴ Nas reflexões feitas por Thomas (1996) sobre o tempo, apontando os diferentes pensadores que se debruçaram sobre o tema, demonstra uma preocupação com a linearidade, concordando com Foucault em relação à ruptura e à heterogeneidade do tempo. O

²⁴ Ver mais sobre o pensamento de Santo Agostinho e reflexões sobre o tempo em: THOMAS, 1996; LE GOFF, 1994.

autor aponta o pensamento de Ricoeur, que concilia a concepção objetiva e subjetiva do tempo, reconhecendo que a escrita da História é composta por narrativas, e que a experiência humana no tempo é a própria História (RICOUER, apud, THOMAS, 1996). Afirma, ainda, que nenhuma teoria acaba em si mesma, unindo o “tempo do mundo” de Aristóteles²⁵ e o “tempo da alma” de Agostinho, mostrando que mesmo sendo pólos opostos, se articulam.

Nas sociedades sem a escrita, a relação com o tempo se dá de acordo com a organização da realidade. Para entender e sobreviver no mundo, o tempo é dinâmico, e medido com a aparição dos astros, com o movimento das marés... O tempo e o espaço, que também serve como referência pela sua natureza estática, são os modos essenciais de ordenar e, portanto, de orientar na realidade, evitando os medos e as angústias da falta de controle sobre ela (HERNANDO, 2002).

De maneira geral, o homem se orienta no tempo pelas percepções marcadas, pelas aprendizagens tanto do indivíduo, quanto aquelas acumuladas na sucessão de gerações. A concepção do tempo também foi mudando ao longo do século. Muitos fatos atestam as mudanças desta relação entre o homem e o tempo. Norbert Elias (1998) atenta para a capacidade de síntese evoluída ao longo do tempo no ser humano para conseguirmos representar a sucessão e sequência de fatos mentalmente, conceituando o fenômeno como o “tempo”. “É claro que os homens dos estágios anteriores não podiam possuir esse saber, não porque fossem menos ‘inteligentes’ do que nós, mas, porque esse saber exige, por natureza, muito tempo para se desenvolver” (ELIAS, 1998, p. 35).

O passado nas culturas orais não é sentido por fragmentos de acontecimentos ou fatos verificáveis. O passado é o âmbito dos ancestrais, é como um elo no presente agindo na renovação do mesmo. ”Somente a preservação e disseminação do conhecimento histórico por meio da escrita, e especialmente por meio da imprensa, separa nitidamente o passado do presente” (LOWENTHAL, 1998, p. 138). As lembranças, assim como a História, não relatam o passado, e nem resgatam um passado com integridade.

Não há uma real separação entre a memória e a retrospectiva historiográfica, ambas aspiram ao verossímil por vias diferentes, seja por finalidade ou por veridicção [...]. As características típicas da memória (seleção, finalismo, presentismo, verossimilhança, representação) encontram-se no trabalho historiográfico (CATROGA, 2009, p. 33).

²⁵ Em linhas gerais, podemos dizer que o tempo para este pensador é cosmológico, atributo do mundo externo. O tempo é registrado pela mudança dos fenômenos. A organização do caos pelo cosmos. Os eventos são sequenciais e o tempo é medido pela existência de padrões objetivos (THOMAS, 1996).

Os indivíduos das sociedades modernas estão com expectativas de vida bem maiores que seus antepassados. Neste sentido, a sua relação com o passado também é diferente. Conforme o tempo passa, aumenta o distanciamento dos acontecimentos da lembrança pessoal, e estas passam para o âmbito da história. Eric Hobsbawm (1972, apud LE GOFF, 1994) entendeu o passado como um período anterior às lembranças diretas do indivíduo. Os eventos que ultrapassaram o domínio da oralidade passam a ter outras formas de acesso: relíquias, artefatos, monumentos, fotografias, imprensa, filmes são instrumentos de recordação da modernidade para ver, preservar e aproximar o passado dando sentido ao presente (LOWENTHAL, 1998).

O desenvolvimento dos instrumentos de medição do tempo pelo homem separou o tempo social, que por sua vez ganhou mais autonomia em relação ao tempo físico. Mas, não houve uma ruptura por completo, esta relação continuou de forma indireta. Os conceitos temporais utilizados pelo homem são de representações simbólicas, a partir de associações ou de sínteses aprendidas, porém representam sínteses diferentes uma da outra. Podem ser divididos de duas maneiras temporais, segundo Elias (1998): aqueles estruturais, como “mais cedo”, “mais tarde”, “ano”, “mês” ou “hora”, que exprimem a aplicação causal dos termos, de caráter mecânico daquilo que vem antes e depois do caráter evolutivo, “o que se fez mais cedo sempre será mais cedo e nunca depois”. E aqueles símbolos conceituais relativos e não causais, embora também estabeleçam a relação do antes, do depois e do porvir dos acontecimentos. “Passado”, “presente”, “futuro” não se aplicam ao nível do físico, da natureza, somente quando os seres humanos se relacionam neste plano. O passado, o presente e o futuro também designam o antes, o depois e o por vir dos acontecimentos.

Como dissemos, o presente é aquilo que pode ser imediatamente experimentado, o passado é o que pode ser lembrado, e o futuro é a incógnita que talvez ocorra, algum dia. Voltemo-nos em pensamento para os anos de 1500 e 3000 d. C., que representam, respectivamente, o passado e o futuro. Entre essas datas encontram-se anos que dizemos estarem ocorrendo "agora", ou encarnarem o "presente". Mas, eles recebem esse caráter de presente no contexto da experiência de um passado e um futuro. Não encontramos nenhuma segmentação desse tipo no fluxo em si do devir. O que constitui o passado funde-se sem ruptura com o presente, assim como este se funde com o futuro. Podemos ver isso com clareza quando o futuro, transformado em presente, transforma-se, por sua vez, em passado. E somente na experiência humana que se encontram essas grandes linhas demarcatórias entre "hoje", "ontem" e "amanhã" (ELIAS, 1998, p. 68).

Na perspectiva da psicanálise, conhecemos um passado reconstruído em função do presente e não o conhecimento direto da realidade passada, assim, como o presente é conhecido e explicado pelo passado. O historiador Marc Bloch propôs compreender o presente pelo

passado, e o passado pelo presente, num duplo movimento. “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas é talvez igualmente inútil esgotar-se a compreender o passado, se nada se souber do presente” (1941-42, p. 47, apud LE GOFF, 1994, p. 223).

A História atende questões do presente. É do presente que se faz uma pergunta ao passado, iniciando uma investigação que pretende respondê-la. Marrou também assente de que todo o problema histórico é “um drama que se desenrola na consciência de um homem de hoje”: é uma questão que o historiador formula a si próprio (MARROU, 1978, p. 165, apud COSNTANTINO, 2004, p. 43).

O futuro assim como o passado é motivo de atenção e preocupação na contemporaneidade. Le Goff (1994) já apresentava preocupação nas últimas décadas do século XX sobre a História e o Tempo. Atentava para o distanciamento do historiador em relação ao passado, a fim de evitar o anacronismo, mesmo tendo ele a consciência da longa duração do passado. Fernando Catroga (2009) lembra que cada momento é também o esquecimento do instante que o precedeu, levando a pensar na existência do passado ainda no agora. Neste sentido, Pierre Nora (1978, apud LE GOFF, 1994) acrescenta que é necessário fazer nascer uma História do tempo presente que coexista com a História do passado. O hábito da periodização histórica nos leva a privilegiar regimes políticos, revoluções, acontecimento. A História do presente estabeleceria novas relações entre o passado e o presente.

Poderíamos continuar discutindo esta relação entre História, Tempo e Memória, no entanto, as considerações são complexas e muitas ainda estão em aberto quanto às questões epistemológicas. A ideia de traçarmos aqui uma discussão sobre isso foi de, justamente, “colocar mais caroço neste angu”, como se diz no ditado popular, quando queremos continuar a mexer naquilo que não está pronto (e talvez não chegue a ficar pronto, por questões subjetivas de escolha teórico-metodológica). Queríamos pensar na temporalidade sem o pavor do anacronismo, sobretudo, naquilo que diz respeito aos objetos, às imagens, aos lugares, artefatos em geral que carregam ao mesmo tempo, a história do objeto, a história do dono do objeto e do lugar a que pertenciam. Pois, estando no presente, estes artefatos, monumentos, vestígios presentificam e contextualizam com as histórias do passado, numa interação do histórico com o moderno, onde as demarcações do tempo não existem. Estamos nos ocupando da relação com o tempo na perspectiva da consciência humana de estar e se organizar no mundo, no tempo e no espaço, como algo contextualizado para assim construírem a realidade em que vivem (ELIAS, 1998).

3.1 A LITURGIA DA MEMÓRIA III: A LINGUAGEM E A HISTÓRIA ORAL

Como já vimos, a memória necessita de instrumentos para lembrar, recapitular e dar sentido às lembranças no tempo presente. A comunicação faz parte deste conjunto de estratégias para recordar. Verbalizar e escrever sobre o passado é uma forma de compartilhar o passado. A linguagem passa a ser um elemento fundamental para organizar e sedimentar a memória coletiva (ABREU, 1986 apud TEDESCO, 2011). Por meio da linguagem, podemos estabelecer relações e nos apropriar de símbolos e de memórias coletivas. O coletivo se alimenta constantemente da repetição pelo coletivo. Daí a importância dos ritos, festejos e dos símbolos gerados pela manifestação coletiva (BOSI, 1987). A linguagem cristaliza as imagens que significam e remetem às experiências, selecionando e organizando os acontecimentos conforme o sentido que se quer dar. Esta cristalização é comum a todos os tipos de narrativa.

Segundo Lowenthal, a linguagem dos relatos históricos é reestruturas do passado, porque o historiador traduz suas impressões em palavras, assim como o leitor, para absorver as informações, precisa recorrer às suas percepções, que nem sempre convergem com as do historiador.

Qualquer distância – no tempo, no espaço, na cultura, no ponto de vista – alarga a distância entre o narrador e seu público. E toda linguagem impõe suas próprias convenções na percepção de passado daqueles que a utilizam, convenções que transformam seu entendimento ou o registro original (LOWENTHAL, 1998, p. 114).

Para começar, o trabalho com as fontes orais consiste na gravação de áudio, ou áudio-visual de testemunhas, sujeitos históricos de acontecimentos, de movimentos sociais, de instituições, modos de vida da história contemporânea. As experiências vividas pelo entrevistado são transformadas em linguagem. É certo que esta forma de se conhecer mais de uma determinada realidade não está condicionada apenas a dar luzes ao passado, mas, sobretudo, ao presente, como vem mostrando a longa experiência das Ciências Sociais. A História se faz com documentos escritos, mas, na falta deles, pode e deve se fazer sem eles. Já é sabido que os documentos históricos foram ampliados da escrita para outros tipos de vestígios do passado. As fontes orais, assim como as fontes escritas não são uma janela para o passado. Elas dão pistas para o mesmo, pois, independente das suas existências, o passado existiu. Elas podem apresentar uma ou várias realidades, e isto não quer dizer que algumas são verdadeiras e outras não. Todas devem ser consideradas sem julgamentos.

Ao longo deste trabalho, viemos traçando uma discussão entre memória e História, apontando suas semelhanças e distinções. Vimos que as sociedades orais também têm história e que os documentos escritos podem ser tão falsificados quanto as fontes orais. Relembramos que há uma série de documentos escritos produzidos a partir da oralidade, como, por exemplo, reuniões de parlamentares, conselhos políticos, documentação/testemunho policial/jurídico. É a transcrição da oralidade institucionalizada como documentos que servem de fontes para o historiador e, que muitos deles que as utilizam dizem desconfiar da fonte oral (FRASER, 1993). Os documentos passam a se monumentalizar, na medida em que edificam a narrativa tanto no sentido moral como social. Le Goff (1992) já havia alertado sobre isso, todo documento traz invenções, contorções, mentiras sobre o passado, cabe ao historiador não ser ingênuo quanto a isso.

Desde Heródoto até Michelet a historiografia não só utilizava fontes orais, como apreciava o testemunho como a fonte primária. Já é do senso comum que tudo mudou a partir do pensamento rankeano e comteano. A partir da década de 1960, a fonte oral volta a ser discutida buscando sua credibilidade, de acordo com os novos interesses históricos-metodológicos. A desconfiança no uso da oralidade recai sobre a memória e nos equívocos que ela pode provocar. Eric Hobsbawm foi um dos historiadores a manifestar a falta de confiabilidade na memória. Por outro lado, Alessandro Portelli destacou-se com o uso da oralidade, procurando responder às questões referentes aos equívocos que a memória pode causar na consciência coletiva de uma comunidade, e o que estes equívocos podem representar.²⁶ É certo que os problemas na narrativa oral existem, como temos mostrado, nos silêncios, na repressão, nas falsificações, na transposição de memórias, e os historiadores que se propõem a trabalhar com fontes orais devem estar conscientes disto.

Verena Alberti (2003), procurando dar mais atenção ao trabalho da linguagem com as chamadas fontes orais, estabeleceu uma possibilidade para ir além do conhecimento de mais uma versão do passado. Alberti está preocupada com a compreensão da realidade que a narrativa pode nos dar, quando ela transcende o caso particular. A autora aponta para a especificidade da fonte. Muitas vezes, senão geralmente, os entrevistados estão diante de pessoas desconhecidas para contar suas vidas. Ainda por cima, precisam falar para o gravador

²⁶ Portelli evidenciou que muitos documentos escritos institucionalizados traziam informações incompletas e até mesmo com erros, como, por exemplo, o próprio nome do trabalhador que morreu ao invés de Luigi, nos documentos estava conhecido como Álvaro. Apresenta no texto o que a morte de Trastulli representou para o grupo de trabalhadores numa perspectiva simbólica, psicológica e formal do ato (PORTELLI, 1989, p. 5-32).

e/ou outras parafernalias tecnológicas. Em alguns casos, o entrevistado nunca sentou para contar com tantos detalhes sua biografia, ou determinado fato, nem para seus familiares. O que entra em cena, neste momento, é o ato de transformar os eventos, as trajetórias em linguagens. “Os conhecimentos e ideias tornam-se realidade à medida que, e porque, se fala. O sentido se constrói na própria narrativa, por isso se diz que ela constitui (no sentido de produzir) racionalidades” (ALBERTI, 2003, p. 2).

Na discussão que a autora faz com os teóricos da literatura destaca André Jolles, que fala sobre a utilização de palavras-chaves que encerram e dão sentido à história narrada. Ele pondera que “esses ‘gestos verbais’ são resultados do trabalho da linguagem em selecionar no plano dos acontecimentos, aqueles que encerram o sentido que a atividade mental lhes quer imprimir” (apud ALBERTI, 2003, p. 3). A linguagem produz, fabrica e significa, independente do escritor ou poeta.

Quando a relação entre o acontecimento e o sentido se cristaliza em acontecimento-chave, em “gestos verbais”, a entrevista enfim nos forneceu algo a mais sobre aquela realidade. Muitas vezes, enquanto pesquisadores, nos apegamos na justaposição dos fatos “históricos” no meio da narrativa. Isto ocorre de fato, mas, às vezes, esta condição surge apenas para mostrar que a periodização do tempo é insignificante. Verena Alberti chama atenção para outro ponto que se deve relevar, a observação das mudanças conceituais na organização da narrativa: Quando o narrador releva ao máximo um plano de acontecimentos que está carregado de sentidos, quando um morto passa a ter vida na narrativa...

A fonte oral pode representar, mas não é uma simples representação. Ronald Fraser (1993) lembra que a forma narrativa aponta para subjetividade e para autorrepresentação. O autor procurou em seu artigo, descentralizar a desconfiança sobre a fidedignidade das fontes orais, que remetem apenas às questões da memória e da representação. Quanto a esta subjetividade que fala, Portelli nos dá uma definição

“por subjetividade quiero decir la investigacion de las formas culturales y los procesos mediante los cuales los individuos expresan su sentido de sí mismos en la historia. Desde esta perspectiva, la subjetividade tiene sus propias leyes objetivas, sus estructuras, sus mapas” Y añade: “sólo si el investigador reconoce la subjetividade como tal, y la separa de forma metodológica de la información factual y formas intermedias, puede apreciarse la condición conosctiva de la subjetividade” (PORTELLI, apud FRASER, 1993, p. 132).

Quando falamos em autorrepresentação, não queremos dizer que mentimos quando falamos de nós mesmos, mas queremos dizer que apresentamos minimamente uma coerência entre aquilo que pensamos, falamos e fazemos.

Cada individuo busca representarse como um ser *coerente* precisamente porque no há podido serlo. No há podido serlo porque los resultados de sus acciones en el pasado no podían saberse hasta el momento en que el futuro se hiciera presente, e incluso pasado. Esto explicaria la tendencia observada por Passerini de representarse al otro como teniendo unas características básicas fijas: “siempre he sido así, nací así, etc (FRASER, 1993, p. 133).

É importante atentar para autorrepresentação que quase sempre é feita por estereótipos ou mitos. Os estereótipos interiorizados pelas pessoas e vividos como naturais, são parte da subjetividade. E eles surgem na narrativa, seja para dar coerência de si mesmo no tempo ou para comunicar-se no sentido das representações sociais. No nosso caso, poderíamos pensar nos estereótipos do colono imigrante que não foi a mesma realidade para todos, devido às próprias diferenças motivacionais de emigração e períodos distintos.

A história oral para alguns autores é um método de criar novas fontes históricas quando são insuficientes ou inexistentes os documentos escritos. Neste sentido, Fraser (1993) acredita que a denominação, “história oral”, foi dada de forma errônea. Para este autor, fonte oral se elabora a partir dos interesses particulares do investigador e do entrevistado. No encontro dos dois entram em cena o passado e o presente em meio aos compromissos e agenda a ser cumprida da rotina, suas personalidades e subjetividades. A historicidade existe somente no ato do narrador contar suas origens e na presença do historiador como parte dela.

Quanto à denominação da metodologia ainda existe uma discussão em aberto, e muitos autores, entre estrangeiros e nacionais, desaprovam a nomenclatura por considerarem que ela não mostra com clareza o que a metodologia é. Para citar alguns: Alessandro Portelli, Luisa Passerini, Marieta Ferreira e João Carlos Bom Meihy. Mas isso não influenciou em nosso entendimento quanto ao uso e a produção das fontes orais numa perspectiva de metodologia qualitativa ao trabalho, uma metodologia reabilitada e com características inovadoras em tempos recentes. Núncia Consatantino (2004) reflete sobre as transformações teórico-metodológicas da História no decorrer do século XIX e XX, inferindo o processo de reabilitação da História Oral como resultado deste processo.

O caráter renovador do uso da oralidade, e aquilo que a diferencia da narrativa oral que foi apresentada anteriormente, é justamente a recuperação da memória num trabalho

sistemático e com o uso das tecnologias de áudio/visual. Outra questão importante diz respeito ao armazenamento das fontes. A possibilidade de armazená-las em instituições encarregadas, como o Laboratório de História Oral da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, as fontes podem ser preservadas e acessadas por outros pesquisadores.

Marieta Ferreira (2002) discute em seu texto, o estudo da história recente junto ao uso da história oral. No século XIX este objeto de pesquisa foi visto como algo problemático, o que acarretou nas desconfianças do século XX. Numa proposta de apontar caminhos para o estudo do século XX, a autora trata dos problemas teórico-metodológicos da história oral acompanhada de uma reflexão para a abordagem da história do presente. A incorporação do estudo da história do tempo presente à disciplina da História com o uso das fontes orais é demasiadamente recente e não tem unanimidade no meio acadêmico, o que acarreta sempre desconfiança e desqualificação tanto do estudo do presente, quanto ao uso da oralidade. Para entender este processo, precisa-se voltar no ponto de partida. A institucionalização da História como disciplina acadêmica e sua definição foi baseada na ruptura do passado com o presente. À História foi atribuída a interpretação do passado, e poderia ser exercida somente por indivíduos com formação especializada. Até a década de 1880 na França, a História era uma disciplina sem autonomia real. Era subordinada ao jogo político e dominada pelos literatos e filósofos. A ausência de uma formação específica explica a grande heterogeneidade da prática de “contar história”.

Os historiadores no mundo rural francês eram os membros da Igreja e da nobreza, enquanto na cidade eram os profissionais liberais. Este modelo da história foi interrompido somente no início da III República, quando as novas elites republicanas preocuparam-se com o conservadorismo e a utilização política daqueles que faziam história. Segundo Ferreira, foi neste momento que se colocou uma condição indispensável para fazer uma história científica. A visão retrospectiva e a objetividade na prática de análise documental, o que implicou também no distanciamento em relação aos problemas do tempo presente. Desta forma, determinou-se o trabalho do historiador a partir do momento que não existisse mais testemunhas vivas do mundo estudado, e só ele poderia interpretar os traços, vestígios do passado. Estes vestígios deveriam estar arquivados para que pudessem ser trabalho do historiador profissional e acadêmico. Com critérios rígidos e a ausência deste profissional no estudo da história contemporânea, separava-se a história literária, feita por amadores, da história científica.

Nascia aí o desprezo dos historiadores universitários aos testemunhos diretos e à história recente. Para Ferreira, uma das explicações para tal desprezo era a falta de erudição dos historiadores amadores. O próprio período recente de análise não exigia grandes conhecimentos de cultura clássica, nem o controle metodológico erudito dos historiadores especializados em Antiguidade e Idade Média. Aqueles que se interessavam pela pesquisa recente, a viam como um caminho para a ação política. A história contemporânea passou ser vista com caráter pedagógico com o intuito de formar cidadãos. Para os historiadores republicanos profissionais, as regras básicas da metodologia científica eram impossíveis de ser praticadas pelos profissionais recentes, pela proximidade dos eventos e pela impossibilidade de separá-los da política.

Novos debates teórico-metodológicos foram travados no início do século XX com a *École des Annales* e durante todo o século XX. A partir da década de 1980, transformações significativas ocorreram no campo da pesquisa histórica. Para citar algumas, a revalorização da análise qualitativa e o estudo do político com impulso da história cultural, incorporando-se assim o estudo do contemporâneo. A história oral iniciada na década de 1940, com o jornalista Alain Nevins, o qual nomeou o método, estava preocupada neste primeiro ciclo, pelo estudo das elites e grupos dominantes, preenchendo lacunas dos documentos escritos. Continuou assim até a década de 1970 quando sua expansão foi verdadeiramente constituída. Uma nova preocupação emergia, o método passou a dar voz aos excluídos e a recuperar as trajetórias dos grupos dominados, por conta das lutas civis travadas pelas minorias: negros, mulheres, imigrantes (FERREIRA, 2002).. Este novo modelo não bem aceito na academia, pela característica de militância política. No entanto, Paul Thompson (1978) reforça esta ideia de militância e radicaliza, afirmando que a história oral promovia a democratização da História.

A história do tempo presente, como é definida por alguns, dá a condição de conviver com os testemunhos vivos, e de certa maneira este fato condiciona o trabalho do historiador. Isto faz com que se focalize a atenção aos depoimentos orais e impulsiona novamente a revisão do papel das fontes na pesquisa historiográfica. As desconfianças não dizem respeito apenas à questão de memória e História, mas à própria nomenclatura, como já citamos, e à dificuldade de acesso e preservação dos documentos orais produzidos. Cada vez mais, historiadores que trabalham com a história oral estão cientes das dificuldades que envolvem seu estudo, inclusive, utilizando a própria subjetividade e as deformações do depoimento

como mais um recurso para compreender o imaginário social, a visão de mundo do entrevistado. Além disso, estamos num crescendo de núcleos de documentação e laboratórios orais nas universidades brasileiras com o propósito de salvaguardar estes documentos.

3.2 A NARRATIVA: LEMBRANÇAS COMPARTILHADAS

O projeto de história oral aqui executado foi elaborado a partir das considerações de Meihy e Holanda (2007), a fim definirmos melhor quem seria nosso entrevistado. Este projeto foi enviado com antecedência para aqueles que solicitaram uma apresentação mais formal do trabalho desenvolvido. Por ser um período de muitos eventos, afora as responsabilidades do dia-a-dia, demoramos em concretizar as entrevistas, por conta da dificuldade nas agendas dos dirigentes. Além disso, havia as “distâncias”: a primeira referente ao não conhecimento entre a pesquisadora e as partes, devendo inicialmente ocorrer às apresentações necessárias para a aproximação e concretização das entrevistas. A segunda foi a “distância” étnico-cultural. Não que essas distâncias fossem intransponíveis. Mas de fato, elas existiram.

Antes de continuar a discussão, preciso abrir um parêntese para explicar porque coloquei estes “distanciamentos”. Durante estes dois anos de pesquisa, eu, Alba Cristina, precisei, obviamente, me deslocar para a cidade de Nova Petrópolis. Não foi difícil evidenciar a surpresa das pessoas que me recebiam e que havíamos conversado apenas por telefone ou trocando alguns e-mails. A primeira pergunta foi inevitável e sempre partia do entrevistado: como você chegou a este tema de estudo, você já conhece Nova Petrópolis? Eu explicava o tema da minha pesquisa, conversava sobre o projeto de história que havia elaborado e, assim, iniciávamos a “contação de história”. Mas acho pertinente explicar o porquê destas perguntas. Já sabemos que se trata de uma região de imigração alemã, e, aparentemente, não tenho nada que lembre sua descendência. A curiosidade foi um ponto em comum, afinal de contas, qual o interesse de uma afro-brasileira sobre um tema que envolve a germanidade da serra gaúcha? Aguçava mais ainda pelo significado do meu nome: “Alba”! Até onde eu sei, vem de origem latina, e significa “alvo”, “muito branco”. Muitas pessoas sabem disso, principalmente os mais velhos. Bem, quando me conheciam pela primeira vez minha presença tornava-se mais uma surpresa. Então, quero dizer que, a surpresa era dúbia pelas duas questões, também perguntavam, quem escolheu seu nome? É interessante pensar nesta diferença cultural entre o pesquisador e o narrador e o que elas podem representar ou influenciar na produção do conhecimento oral. “A ‘entre/vista’, afinal, é uma troca de olhares. E bem mais do que outras

formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo” (PORTELLI, 2010, p. 20).

Sobre este primeiro contato e a relação das diferenças culturais nas entrevistas, Alessandro Portelli (2010) discorre no artigo “Sempre existe uma barreira: A arte multivocal da história oral”. Destaco uma passagem em que fala exatamente sobre isso, sobre a linha imaginária que separa o entrevistador do entrevistado. A barreira do território, implícita ou explícita do dar-se a ver. O entrevistado de certa forma sente-se invadido no seu mundo, e, por isso, é decisão dele deixar ou não o entrevistado entrar. Somado a isso, ainda existe a “linha” da classe, a do gênero, a étnica. O autor afirma que esta relação entre a linha, a barreira se insere desde a preparação do projeto de história oral, até a escrita dos resultados.

Contudo, quando este “contar a história” oral é dialógico é transferido para a textualidade monológica e estável da escrita histórica e literária, essa fluida barreira “oral” se converte em uma separação exata. Minha escritura tem precisamente a função de distanciar as palavras daqueles que as pronunciaram e, assim, de tirá-las de seu controle (PORTELLI, 2010, p. 35).

Retomando a escrita sobre o método, realizamos a História Oral Temática, ou seja, estávamos preocupados com o testemunho de um assunto específico. “O testemunho é usado como qualquer outro documento, é equiparado ao código escrito, com preciso recorte temático. Busca-se principalmente a informação do depoente” (MEIHY, 1994, apud CONSTANTINO, 2004), neste caso, as marcas de Theodor Amstad na instituição enquanto uma associação fundada pelo mesmo. Neste sentido, as lembranças que o próprio entrevistado tinha sobre a história da instituição, e a visão dele como associado e morador da cidade também fizeram parte do intuito. Não tínhamos perguntas formuladas, apenas alguns tópicos, temas a serem abordados. A ideia foi deixar o entrevistado falar sobre sua vida associativa e cooperativa e as relações que eles faziam com os valores e os ideais do fundador, com a menor intervenção possível, já que sabiam o motivo da entrevista.

Entrevistamos cinco pessoas, entre dirigentes e ex-dirigentes da Associação Theodor Amstad, da SICREDI Pioneira e da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul. Definimos este grupo por duas razões: a primeira diz respeito ao envolvimento pessoal dos entrevistados tendo membros familiares associados desde o início das atividades nas instituições ou no decorrer dos anos de existência das mesmas. Quatro deles possuem estes vínculos: Werno Neumann, Renato Seibt, João Mallmann e Vergílio Perius. Apenas um deles, e por sinal o mais jovem, Márcio Port não possui uma tradição familiar cooperada. A segunda

razão diz respeito ao envolvimento de todos com a administração das cooperativas por processos diferentes de escolha. Estiveram em contato com os cursos de formação que era a princípio nosso foco quando montamos o projeto de História Oral, a formação cooperativa como fonte principal de difusão dos princípios e do legado de Amstad.

Por isso, a ideia da subjetividade estar muito presente em nossa análise. Nossos sujeitos são mais que participantes, são envolvidos emocionalmente com o tema e com a questão cooperativa /associativa. Renato Seibt, João Mallmann e Vergílio Perius são professores, mais precisamente de História os dois primeiros, e de Direito este último. Werno Neumann e Márcio Port são da área administrativa. Todos engajados e empenhados no desenvolvimento e na proposta cooperativa. Os senhores, Neumann e Seibt sendo os mais velhos, com 77 anos, trazem informações nos relatos bem pessoais, da família, da transmissão cultural de geração para geração. Os outros senhores também trazem conhecimento de causa, mas também, conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, daquilo que se lembra e se fala nos núcleos cooperativos sobre Theodor Amstad.

Para a análise destas entrevistas e dos documentos primários que encontramos (imprensa e relatórios), utilizamos a análise textual discursiva como uma forma de interpretação que nos auxiliou na compreensão qualitativamente. Procuramos desconstruir os discursos a fim de dar-lhes uma nova organização reunindo elementos semelhantes e construir um texto com as novas fontes e teorias norteadoras. Diante desta reconstrução, agrupamos os assuntos recorrentes e os dividimos em cinco categorias, a saber: 1) eventos comemorativos; 2) A visão macro da economia; 3) Valores culturais e a religiosidade; 4) Ser cooperado; e, 5) o legado de Amstad.

1) Eventos comemorativos

Sobre os ventos, iniciamos pelo primeiro ato público em homenagem ao padre Theodor Amstad, quatro anos após sua morte. Este primeiro movimento tão recente à sua morte evidencia para nós o esforço das caixas rurais fundadas por ele e da então Sociedade União Popular, que sediava a Central das Caixas Rurais, o desejo de perenizar seu fundador e resguardar sua memória. Neste dia, aconteceria o 20º *Katholikentag*. Mas aconteceram muitos imprevistos e confusões por conta da política de nacionalização que estava em seu ápice, coordenado pelo interventor Cordeiro de Farias. Sobre estas questões de organização para o

congresso católico que aconteceria em Nova Petrópolis, o senhor Renato Urbano Seibt²⁷ nos conta com riqueza de detalhes a preparação e o cenário político da época, levando em consideração sua formação acadêmica em História junto às suas lembranças.

Alba dos Santos: Em 1942 como foi feito o monumento?

Renato Seibt: É. Era para ser justamente o 20º congresso católico, era para ser este. Justamente na época, o décimo nono foi lá no Cerro Azul, que se dizia antigamente, Cerro Largo hoje. Então o vigésimo, que era de dois em e dois anos, era para ser aqui. Então os colonos fizeram aquela praça. A praça que tem lá. Melhoram a estrada lá do Pinhal Alto,(...). Eles ainda esperavam três, quatro mil pessoas, e naquela época fizeram um pavilhão muito grande, uma propriedade muito bonita lá atrás da igreja, estava tudo pronto. Ai chegou a proibição da língua alemã. O que fazer? Não tem o que fazer! Aqui, o governador do estado era o Cordeiro de farias, general Cordeiro de Farias. O prefeito do Cai, nós éramos distrito, né, também não queria se incomodar com o Getúlio o presidente da República. Aí eles fizeram mais de quinhentas assinaturas e levaram lá para o rio e apresentaram ao presidente. O presidente mandou estudar o caso e aí veio a resposta: “Podem fazer as coisas em alemão, façam em Português e depois repitam em Alemão.” Fica um pouco mais demorado, (risos) quem entendia as duas línguas, mas tá, tá tudo certo. Vai sair o congresso.

Chegou quarenta e um, os diabos dos japoneses me atacam os americanos e os Estados Unidos entra na Guerra, e o Getúlio já estava na pressão do Roosevelt (...) Daí o Japão me ataca lá aquela, Pearl Harbor, e agora claro, todo o espetáculo estava armado, para levar o próprio Estados Unidos para a Guerra né. E aí o Brasil, quando os Estados Unidos entrou, a pressão sob o Brasil foi muito grande. Então, diz o Osvaldo Aranha, que era ministro das relações exteriores me parece, ou era embaixador dos Estados Unidos, ele disse que: “Olha eles estão prontos para invadir o Brasil, se continuar esta, nós não podíamos nem ficar de fora que nem os Argentinos, neutros, nem isso nós podíamos ficar. (...)!”. Aí o Getúlio rompeu as relações e logo declarou a guerra. E nós estávamos ali na Linha Imperial para fazer o tal de congresso, em 1942, em fevereiro de 42.

O prefeito de Novo Hamburgo, o de Caí, disse: “olha, falar em alemão agora não dá mais, estão de guerra!”. Inclusive o próprio governo do Estado com muita razão, ele entendeu que se fizesse o congresso em língua alemã, podia dar muitos distúrbios. As pessoas exaltadas, por exemplo, destruíram em Porto Alegre, saqueavam carros de alemães, lojas, vinham até São Leopoldo, queriam saquear São Leopoldo. O prefeito de São Leopoldo, Clodomiro Martins, pediu isto, senão poderia dar um problema muito sério. Facilmente podiam chegar grupos, chegarem aqui (e quem iria) naquele tempo não havia força policial para defender, se desse uma desordem muito grande. Então não podia falar em alemão. Aí então, mais adiante, o pessoal queria se movimentar, mas não entendia mesmo, porque não teve ninguém que ensinou eles o Português, queriam escola, né, eles não receberam e o resultado estava aí. Mas não podiam usar a língua alemã. Aí pediram ao cardeal, aliás, cardeal não, ao arcebispo Dom João Becker que ele obrigasse o pessoal a fazer o congresso. Afinal católicos tem que obedecer o bispo, se ele puxar as orelhas tem que obedecer. Não é que esta turma se reuniu e o padre Teobald que era o vigário, disse: “Olha, sinto muito, mas eu tenho aqui uma carta de D. João Becker que exige que o congresso saia, que se fale então só em Português, então vamos reunir para decidir o que fazer?” Toda turma encarregada reunida, o que se vai fazer. E eles então decidiram votar unanimamente que não poderiam realizar o congresso, apesar da sua autoridade religiosa ter feito uma ordem, “tu tem que fazer”.

²⁷ Os discursos não estão na íntegra, embora sejam extensos. Achamos pertinente inserir no trabalho o cenário construído pelo narrador para contar sua história.

Era programado a inauguração do monumento ao padre Amstad, estava prontinho na praça, era para ser inaugurado. E o que fizeram? Foram oito dias demolindo todo o pavilhão que eles tinham construído onde ia ser o congresso. Tudo, tudo desmanchado, porque os colonos, um deu tábuas, outro deu as telhas... Cada um recolheu o que tinha dado e não tinha mais pavilhão onde reunir. Então ficou sendo no dia uma festinha! Obrigaram as escolas ir lá, quando tem uma coisa dessas, se pega as escolas (risos). Tem fotografias disso aí. (...). Os pobres aluninhos parados e uns grupinhos de gente lá. Ao invés de milhares de pessoas foi inaugurado o monumento, depois teve o churrasco. Quem pagou o churrasco foi os próprios convidados e aí terminou o grande congresso. Chamavam sempre “o congresso católico detonado de Nova Petrópolis” (risos) (2012).

Seibt também destaca sua vivência familiar, ao relembrar desta data, e nos conta a experiência do seu pai nos preparativos.

Inclusive meu pai e o sócio dele criaram a empresa Canelense que fazia a Linha Nova Petrópolis e Porto Alegre e depois foi vendida e incorporada nesta que tem hoje aí. E eles tinham comprado ônibus novo, fechados, porque os ônibus todos eram abertos, né. Então, vamos comprar uns modernos para poder transportar as pessoas. Eu me lembro, que a caixa emprestou 36 contos de réis para eles, para poder comprar ônibus. A caixa rural, né. Eu me lembro que eu, nós era guri, estava numa mesa de cozinha grande, aí meu pai e o sócio amontoaram todo o dinheiro lá: “vem cá olhar Renato, que tu nunca mais na vida vai vê tanto dinheiro junto!” Era um monte de dinheiro (risos)! Eles fizeram o ônibus novo e tudo. Não adiantou, não tinha como!

(...). Eles tinham ônibus! Eles tinham aqueles outros. Mas pelo menos um tinha que ser um pouco mais moderno. Eles tinham prometido para eles então. E Aí esta foi... (risos). E aí os hoteleiros. O hotel dos Schoeler existe até hoje, mas hoje já é outra família. Ele tinha açougue, então se tinha acordo com os fazendeiros, com os campos de cima da serra, dar casa para o pessoal, né. Seriam carneados os bois e vinham dos campos os melhores cortes, tudo vinha para cá. Então se comprou para carnear, assim, conforme, não se tinha geladeira, não tinha nada, se matava pouco, então se matava, dois, três, conforme, se dava um jeito, conforme a necessidade. Este foi um prejuízo grande também.

Era para ser um grande evento, e toda a cidade se preparava para a homenagem “ao iniciador do cooperativismo no Brasil”, mas, de acordo com o relato acima, o que aconteceu foi apenas a inauguração do monumento, deixando para a cidade um prejuízo grande quanto aos gastos e ao empenho investido para a organização do congresso. No segundo capítulo deste trabalho, apresentamos as fotos deste momento, e, pelas fotos, podemos pensar realmente nesta pouca quantidade de pessoas.

No ano de 1942, foi oportuno homenagear ao padre fundador, pois a cooperativa pioneira de Nova Petrópolis estava completando 40 anos de existência, em pleno exercício. No relatório da Central das Caixas Rurais do ano social de 1942, apresentado em assembleia no ano seguinte, consta a iniciativa da caixa pioneira em arrecadar fundos para promover a

homenagem ao seu fundador, entre todas as caixas da região, destaque para a participação do Banco Agrícola Mercantil Ltda, e Banco Popular de Lageado, ambos nasceram como caixas rurais criadas por Amstad. O documento estende a homenagem à Companhia de Jesus, e destaca a sua participação na zona colonial, “quer seja na pregação, ou no âmbito educacional, quer mesmo no terreno nas conquistas sociais, com grande expressão na esfera econômica, (...) em toda parte vemos entre nós a eficiente e indispensável cooperação do jesuíta” (RELATÓRIO, 1943, p. 6). A celebração coincidiu com o 4º centenário da presença jesuítica no Brasil. Assim, a homenagem para Amstad foi um sinal de gratidão dos colonos a um filho da ordem.

O monumento foi construído em 1942 quando a cooperativa de crédito, caixa rural, completou 40 anos. Quem construiu quem pagou a instalação deste monumento foi o sistema da época, o sistema *Raiffeisen* das caixas rurais. O sistema estava festejando 40 anos porque é a primeira cooperativa que surgiu em 1902, então em 1942 foi construído este monumento em homenagem ao iniciador do movimento que é o padre Amstad (NEUMANN, 2012).

O momento do traslado dos restos mortais do padre Theodor Amstad, em 1988, em lembrança aos 50 anos de morte de Amstad, também caracterizou-se por um evento. O primeiro trecho ilustrado destacou o processo, o outro destaca a necessidade das pessoas de ter algo para reverenciar e reviver. Podemos evidenciar também, nos trechos a seguir, a lembrança do evento associada com um acontecimento, que demonstrava, naquele momento, a perda de um bem cultural comum a todos.

Conversando com a diretoria dos jesuítas, o provincial, conseguimos o consentimento para trazer os restos para localidade onde ele foi o primeiro vigário, ele fundou a primeira cooperativa. Ele foi enterrado do lado da torre da igreja onde hoje se encontra uma placa enorme com todos os feitos, todas as obras dele (NEUMANN, História dos cem anos – vídeo, 2012).

É que quando se transferiu os restos mortais do padre Amstad de lá para cá, aí então circulou a notícia que naquele ano, iriam terminar com a revista *Paulusblatt*. (...), tinha um que era encarregado da revista. Ele era cunhado do presidente, já era um senhor de idade, muitos anos, já não tinha mais paciência para ... Não é fácil isso aí, cuidar de uma coisa dessas. Então ele disse: “olha eu não posso mais!” Não achava ninguém, aí então anunciaram que iria terminar. Primeiro então seria suspenso temporariamente. E, no dia da missa solene que teve o bispo Boaventura que era bispo de Novo Hamburgo, ele presidiu e ele disse no sermão: “a revista não pode desaparecer, temos que fazer uma força!” Então a turma foi, eu também participei (SEIBT, 2012).

Veio pra cá, depois desenterrado, ele estava em Porto Alegre, não, em São Leopoldo, no cemitério dos jesuítas. Eles, por exemplo, o padre Rick, também os ossos dele foram para aquelas colônias lá de Santa Catarina, e lá ele tá também, e eles fazem isso. Vivem dos ossos (risos), e as pessoas ficam... Então aquilo fica, né, com a memória preservada (SEIBT, 2012).

Falar sobre os monumentos fazia parte do nosso roteiro. Uns responderam mais à vontade que outros. Talvez ficassem até se perguntando: para que responder sobre isso se é algo visível na cidade? De todo modo, as respostas iam ao encontro da importância de Amstad, atribuindo a ele todos os feitos da associação e da cooperativa. Márcio Port nos fala de todos os monumentos como um todo indivisível na lembrança ao “pai dos colonos”.

Se a gente olhar aquele monumento que tem na Linha Imperial, os símbolos, os monumentos que nós temos aqui em Nova Petrópolis, temos mais de um. Temos o monumento na Linha Imperial que foi inaugurado em 1942. Foram quatro anos depois do falecimento do padre e já estava inaugurado o monumento, logo as pessoas já se deram conta da importância dele. Neste monumento da Linha Imperial nas placas laterais está às cooperativas criadas por ele, cada um dos municípios (das cooperativas) que foram criadas por ele... Monumento em homenagem ao padre “iniciador do Cooperativismo de Crédito no Brasil”. Temos também no Parque do Imigrante um museu que é uma réplica da primeira sede da cooperativa, ele foi inaugurado em 1988. Temos o museu na Linha Imperial também foi a primeira sede própria da cooperativa que foi inaugurada em 1951 e, temos ainda o prédio da sede e o monumento na praça. Então nós temos vários pontos do município que contam a história do cooperativismo... (PORT, 2012).

Encontramos no jornal “*A nação*” um discurso do então deputado estadual Nestor Pereira, em função do Centenário de nascimento de Theodor Amstad e o cinquentenário da Caixa Rural pioneira, em 1952. O centenário de Amstad foi comemorado em dois momentos. O primeiro, no final do ano de 1951, no cemitério jesuítico, em São Leopoldo, com participantes do Banco Agrícola Mercantil Ltda, professores e co-irmãos da Companhia de Jesus. O segundo foi em Nova Petrópolis, na Linha Imperial, junto à assembleia geral que ocorreu no mesmo dia. Destacamos alguns pontos do discurso deste último evento, que está na íntegra no jornal e que foi proferido pelo deputado em homenagem aos aniversariantes.

As comemorações que hoje aqui nos reúnem, como vemos fazem transcender o significado de meros festejos de aniversários. O que se está aqui verificando são os bons frutos de uma organização modelar, uma obra verdadeiramente social que realmente auxilia o agricultor.

Quero deixar aqui expresso o meu aplauso aos dirigentes da gloriosa Caixa Rural aniversariante. Meus cumprimentos dirigem-se também, de modo especial, à direção da Central das Caixas Rurais União Popular na pessoa do seu diretor-gerente, sr. Victor Affonso Hafner, cuja ação quase apostolar pelo nosso *hinterland*, quando inspetor desta mesma organização de crédito agrícola, é por todos assaz conhecida para que seja mister aqui realçá-la. Enfim eu felicito a todo este povo da Linha Imperial, que por seu trabalho progressista faz jus a honra de ser o berço das beneméritas Caixas Rurais (*A NAÇÃO*, 2/4/1954).

Estes ritos enunciados aqui, afóra os outros que não foram citados, mas que foram localizados através de outros vestígios, evidenciaram para nós um esforço contínuo de não deixar cair no esquecimento o fundador do cooperativismo. O comemorar como um ato de

pretexto para lembrar, não se concretiza nestes eventos. Quando perguntados sobre a presença dos monumentos na cidade, sentimos um desconforto dos mais velhos em falar deles. Preferiam responder de maneira sintética e objetiva, deixando claro que não são comemorações de alguém já esquecido, e sim recordações de alguém que fez e faz parte deste sistema cooperativo. Vergílio Perius simplificou, dizendo que o ser humano é emoção e razão, e que Amstad faz parte deste cenário emotivo.

Ele na verdade se concretiza com os monumentos (...). O ser humano é emoção e razão. E esta parte emotiva ele explorou muito. Claro, a fé e a razão (tem um livro a fé a razão, não é?!). Uma vez que os ataques sobre a fé e a razão, dizem que elas se excluem. Não! Para mim elas não se excluem, elas se complementam. E o Amstad deixou isso bem claro (2011).

2) A visão macro da economia

O aspecto econômico e a visão ampla da coletividade são vistos por muitos como sendo a grande intervenção de Theodor Amstad na colônia, atraindo a comunidade para a vida associativa e cooperativa. Segundo Perius, a importância de uma visão macro da economia refere-se não somente ao pioneirismo das cooperativas de crédito, mas também das agropecuárias, vitalizando a economia dos agricultores e colonos da região. Em Nova Petrópolis havia um clima favorável para a formação de cooperativa com o intuito de aglutinar os agricultores para autodefesa, física e comercial. Estes novos colonos tinham mais informação que os de outrora. Ressalta que sua importância vai além da fundação de cooperativas, mas da sua perspicácia e de seu conhecimento de mercado. Para Perius, Amstad deu o primeiro grito de guerra contra a chamada “exploração da globalização”.

Cooperativismo: as marcas de Amstad no Rio Grande do Sul (citando o título do projeto em história oral entregue a ele dias antes, e que estava a sua frente). É... As marcas de Amstad no Rio Grande do Sul são marcas muito indelévels. Uma é forte e bem característica que é a fundação da cooperativa de crédito lá na linha imperial em 1902 (28 de dezembro de 1902). Depois de várias tentativas de reuniões frustradas, um grupo de agricultores então sensibilizados pelo Padre Amstad forma essa cooperativa de crédito que, na verdade, não era só de crédito (entusiasmo!).

É lógico. A razão era a organização econômica. Mas, a emoção era de as pessoas se organizarem espiritualmente para cumprirem objetivos coletivos. Portanto, isto não é mecânico, não é automático, isto funciona como uma válvula em que, ao mesmo tempo, tu tens uma ideia intelectual e emotiva para melhorar a vida da sociedade. Mas tu não te omites na forma econômica e tu não propõe uma forma econômica irracional. Ele propôs uma forma econômica racional. De seres humanos iguais e de luta de distribuição de suas riquezas coletivas de acordo com o trabalho de cada um, que é a proposta cooperativa. E isto ele sistematizou num projeto cooperativo. Então, ele foi muito além do crédito. Ele foi à agricultura, ele foi ao consumo. Ele alcançou com estas ideias o consumidor também.

O grito dele não foi à falta de mercado no Brasil (saturação dos mercados, problemas de postos, exportação). Não! Não era esse o problema! O problema era o mercado mundial, preponderando os países mais fortes em relação aos países em emergência e, o Brasil estava nessa situação. Então ele teve uma visão muito forte. E acho que é isto que devemos destacar em Amstad, a visão macro da economia do mundo inteiro (PERIUS, 2011)!

O destaque para primeira fundação cooperativa foi o que mais caracterizou a visão econômica de Amstad, sobretudo, porque hoje já se sabe que a SICREDI Pioneira é a primeira cooperativa de crédito da América Latina.

Este padre na época era o vigário aqui na localidade chamada Linha Imperial. É uma vila distante daqui, uns 6, 7 km em direção a Gramado. Então lá surgia a primeira cooperativa de crédito, em 1902, fundada por este padre, né. Este padre trouxe o conhecimento do funcionamento de uma cooperativa de crédito lá da Europa, porque o cooperativismo de crédito surgiu lá na Europa na Alemanha em 1942, ou 47, não me lembro bem. E da Alemanha se expandiu para outros países, Alemanha, Itália, Espanha (...) até na Suíça. Este padre era suíço. Este padre já tinha conhecimento do cooperativismo de crédito e ele trouxe estas ideias porque aqui não tinha banco no interior. Porque estas cooperativas de crédito se criaram, se fundamentaram em pequenas comunidades do interior, onde não tinha. (...). Ele sentiu necessidade porque os imigrantes que ele deu assistência religiosa, ele prometeu aos imigrantes (descendentes de alemães) precisavam de um instrumento, vamos dizer assim, para guardar suas economias, tomar crédito quando precisassem, para suas atividades de agricultura e esse movimento se expandiu bem rapidamente aqui de Nova Petrópolis. (...). O padre teve uma grande atuação, foi ele que mexeu, animou o pessoal, daquelas comunidades onde não tinham banco, ele que fez um movimento com as lideranças. Lá ele que fomentou, ele que fez o movimento com as lideranças para a criação destas caixas rurais (NEUMANN, 2012).

Ele não podia simplesmente rezar missa aqui e fingir que toda essa pobreza não existia, toda esta dificuldade... Ele não podia fingir que isso não existia. Então ele passou a inserir o discurso dele nas prédicas, o associativismo e o cooperativismo e dizia: nós precisamos nos juntar, precisamos trabalhar de uma forma cooperativa, tanto que ele usou uma frase, a frase dizia que *“se 20 pessoas quisessem passar e houvesse uma pedra no caminho, não conseguiriam individualmente. Mas se fizesse força ao mesmo tempo conseguiriam mover a pedra e abrir caminho para todos”*. Esta frase ele usou na Feliz em 25 de fevereiro de 1900. Esta frase a gente não sabe se é coincidência ou não, mas o número 20, 20 pessoas é o que é até hoje é o número mínimo pra se constituir uma cooperativa. Então várias falas do padre lá daquela época de 1900 que se a gente olhar hoje são falas atuais. Ele diz: precisamos exportar mais e importar menos senão vamos nos endividar cada vez mais. Há 110 anos! Então mostra que o padre tinha uma visão econômica muito boa, não só religiosa, mas de economia. Então ele passa a fomentar o associativismo, o cooperativismo naquela época. Então criado um sindicato agrícola o *Bauernverein* que é associação de agricultores (PORT, 2012, grifo nosso).

Eles começaram a discutir isso procurando soluções. Este trabalho a própria história da cooperativa Santa Clara ouve um fomento pra criação de cooperativas agropecuárias e ali surge a cooperativa de Santa Clara também, não foi necessariamente o padre Amstad, mas as ideias dele, que ele semeou fez com que algumas pessoas comessem a estudar o modelo cooperativo agropecuário. Bem interessante neste sentido. Então o padre cria a primeira cooperativa em Nova Petrópolis em 1902 e a partir daí nos anos seguintes várias outras cooperativas são criadas. Sempre brinco, que tem muitas pessoas que acham que foi só em Nova Petrópolis que o padre criou cooperativas, mas, no total foram trinta e oito cooperativas pelo estado todas algumas delas pessoalmente como é o caso de Cerro Largo. Cerro Largo, agora, em 2013, completa 100 anos, o ano que vem. E o padre

esteve três vezes lá para ajudar, para incentivar o pessoal a constituir cooperativa. Cerro Largo fica mais ou menos 700 km daqui. O que se tem que imaginar é o seguinte, há 100 anos atrás como era ir de mula (não de cavalo, era uma mula), como ir de mula a Cerro Largo? Então o padre era realmente uma pessoa empreendedora e persistente e com uma grande capacidade de mobilização. Ele fundou até Santa Maria (...). Então realmente mostra que o padre além da religião começou a tratar de outros assuntos vamos nos organizar, vamos trabalhar de forma comunitária mesmo (PORT, 2012)!

Em geral, os entrevistados destacaram o entendimento de Amstad naquilo que estava fazendo, nada era por acaso, as coisas estavam acontecendo exatamente como tinham de acontecer. No discurso de Amstad do início do século XX já se percebe um conhecimento ímpar sobre a economia deste personagem filho de comerciante. Ele realmente discorre, como já referido no primeiro capítulo deste trabalho, sobre o protecionismo de mercadorias e a preocupação com a entrada de produtos alimentícios que poderiam ser produzidos no Brasil. As dificuldades das colônias com o escoamento das mercadorias era um dos principais problemas naquela ocasião. A organização em cooperativas era para Amstad a saída para tais problemas. E é neste sentido que Perius destacou.

O Amstad via muito o consumidor, porque o consumidor paga essa conta quando tem mercados desequilibrados entre a oferta e procura. Nós temos excelente oferta e procura agrícola, péssimo consumo por falta de acesso, e temos ainda os produtos estrangeiros que vieram a nos prejudicar no mercado. Então com isto Amstad teve uma visão clara e disse: “só resta uma alternativa, vamos organizar as pessoas para se autoprotegerem em processos econômicos”. [...] Ele foi um cooperativista apregoado para os cidadãos brasileiros. Cidadãos do mundo! Sem consumidor e produtor não há economia de mercado. Ambos têm que se ajudar e ambos têm que se integrar via cooperativa. Este é o grande processo de integração que ele fez entre produtor e consumidor (PERIUS, 2011).

Um fator curioso foi pensado por Renato Seibt, ao relatar o desafio de Theodor Amstad na nova colônia, com seus ideais associativista. Isto porque, ao chegar ao Brasil, o jesuíta desembarcou em Porto Alegre, e seguiu para a cidade de São Leopoldo. Não encontramos registros se ele tentou iniciar os trabalhos já em São Leopoldo, mas o senhor Seibt fez uma reflexão bem pertinente ao tema, como segue.

Mas, eu suponho, não posso garantir. Eu fico admirado que mandaram uma pessoa com tanta capacidade para um lugar como Nova Petrópolis que era uma colônia provincial que começava, mas era muito abandonada, muito isolada. Como que esse homem foi mandado para lá? E até lhe deram a mão aberta, vamos dizer, podia fazer o que quisesse, não dependia de obedecer este ou aquele. Até o bispo de Porto Alegre, chamava ele de bispo de Nova Petrópolis. Assim podia fazer, e não teve dúvida! Eu suponho que ele tenha falado de cooperativismo em São Leopoldo, e os jesuítas na época localizados lá e os grandes comerciantes, já em São Leopoldo na época, já tinha um comércio muito bom, já havia até fortuna entre os imigrantes primeiros, né. E agora, alguém vem falar de cooperativismo é uma coisa assim meio perigosa, porque havia o Socialismo e o Capitalismo e já na mesma época também

aquela história do Karl Marx, aquele manifesto e outras coisas. E, tem um padre aí que tá com essas ideias na cabeça, de maneira que uns mandaram para um lugar bem longe que ali ele pode pregar suas ideias, sem dúvida. Não mandaram ele nem como vigário, mandaram como coadjutor de um padre de São José do Hortêncio, uma colônia antiga e teve lá também coadjutor em São Sebastião do Caí, como coadjutor, atuou nos dois lugares. Como coadjutor ele resolveu cuidar de todos os colonos, visitar todos os colonos à margem do rio Caí subindo até a nascente, dando a volta onde hoje está Gramado e Canela, até lá ele ia. Dava a volta e percorria tudo aquilo, né. Não tinha uma residência fixa. Ficava nas casa dos colonos. Passava às vezes um mês fora, da igreja dele, da paróquia. Percorria aqui.

Claro que, logo ele fez uma observação, que a situação dos colonos não era boa. Inclusive, o apelido de Nova Petrópolis era de “Nova Tribulação” em alemão quer dizer *Neu Betrübnis*, ao invés de Petrópolis porque eles foram abandonados no começo e, não tinham estradas, não tinham escolas e tinham que fazer tudo mesmo.

Mas o padre Amstad então viu que a solução seria que todos se unissem e trabalhassem em conjunto com espírito cooperativista. Ia lá, fazia as reuniões e dizia: “*olha gente, se uma pedra rola no caminho de vocês, se um sozinho não consegue remover a pedra, não adianta, dois ou três também não conseguem. Mas se vinte homens pegassem juntos sob um comando, então certamente vão poder rolar a pedra*”. Isto quer dizer que, se as dificuldades são grandes, mas se as vinte pessoas se unirem formando uma união sob o comando de um, de uma diretoria no caso, então eles conseguem solucionar os problemas. E essa ideia semeou não só para os católicos, mas também para os protestantes. Todo o interior. Mas demorou anos para isso. Quando chegou o ano de 1899, eles faziam sempre congressos (os padres jesuítas) (grifo nosso).

No discurso de Albano Volkmer, lá em 1942, enquanto diretor-gerente das Caixas Rurais “tipo *Raiffeisen*” União Popular, acreditava, naquele momento, que muitas cooperativas deveriam agradecer pelo ensejo e visão econômica de Amstad.

Generalizando-se a instituição do cooperativismo que passou a ser regido por leis especiais, com favores apreciáveis as cooperativas de crédito, foram fundadas numerosas Caixas Rurais pelo Revmo. Padre Amstad. Aquelas que não o tem o incentivador direto, agradecem-lhe, entretanto, ou à União Popular, que foi fundação sua, a constituição ou sua instalação (1943 p. 22).

É interessante observar a utilização da frase que Theodor Amstad falou na conferência proferida em Santa Clara da Feliz, em 1899, quando foi pensado e organizado o estatuto da associação *Bauernverein*. “Assim se quiserem mover uma grande pedra e estiverem presentes vinte homens, e cada um isoladamente tenta removê-la, nada conseguirá. Se, porém, os vinte homens agarrarem em conjunto, obedecendo a um comando, fizerem força ao mesmo tempo, levantarão com facilidade a pesada carga”. Esta frase foi atualizada e utilizada em muitos momentos do cooperativismo e do associativismo. E quando as pessoas falam e repetem esta frase, ela vem de várias maneiras, mas preserva o sentido de união e ajuda mútua. Parece até, que Amstad falava isto o tempo todo, em cada prédica, em cada visita... E talvez falasse. O fato é que ela se perenizou e consagrou um dos principais princípios do associativismo, ou seja, unir-se em defesa dos direitos em comum. Esta frase de Amstad tornou-se símbolo do

cooperativismo de crédito gaúcho estendendo-se a todas as formas de cooperar, também pode ser entendida como “gestos verbais”, a palavra-chave que caracteriza a cooperação.

3) Valores culturais e a religiosidade

Os valores culturais aqui referidos dizem respeito aos princípios cooperativos inspirados nas obras dos pensadores socialistas, no sistema de crédito *Raiffeisen*, e na experiência das normas rochdaleanas²⁸ ficou assim dividido em dois grupos: a) Princípios gerais, de inspiração democrática: 1. Adesão livre; 2. Controle democrático; 3. Neutralidade política, religiosa e étnica; 4. Desenvolvimento do ensino. b) Princípios especiais: 1. Vendas segundo o justo preço; 2. Retorno pro rata das compras; 3. Vendas a dinheiro e a vista; 4. Juros limitados ao capital (Schneider, 1994, p. 11).

A doutrina rochdaleana, ao longo do processo de formação do sistema cooperativo, sofreu algumas alterações, mas não na sua essência, mantendo sua originalidade, conforme os Pioneiros de Rochdale. São princípios que fazem parte de um sistema, e são inseparáveis. O primeiro sistematizador da doutrina foi Charles Gide, professor de economia política, um dos fundadores da escola de Nîmes, na França. Para ele, uma cooperativa é um agrupamento de pessoas, procurando fins econômicos, sociais e educativos em comum, através de uma empresa comercial.

No artigo 8º do Estatuto da Aliança Cooperativa Internacional – ACI consta que será considerada como sociedade cooperativa, qualquer que seja sua estrutura legal toda a associação de pessoas ou de sociedades que tenha por objetivo a melhoria econômica e social de seus membros, por meio da ajuda mútua e nos princípios cooperativos tal como foram estabelecidos pelos Pioneiros de Rochdale e reformulados pelo 23º Congresso da ACI em Viena, 1966. As modificações ocorreram para uma melhor adequação às peculiaridades da época. 1. Princípios de adesão voluntária e consciente e do livre acesso; 2. Princípio da gestão e do controle democrático; 3. Pagamento de juro limitado de capital; 4. Distribuição do excedente líquido na proporção das operações; 5. Educação cooperativa; 6. A integração e a cooperação intercooperativa (este princípio foi elevado como tal 23º Congresso); 7. Expansão cooperativa (SCHNEIDER, 1994, p. 11). Uma versão mais atual destes princípios, revisada pela ACI, em 1995: 1. Adesão voluntária e livre; 2. Gestão democrática pelos membros; 3.

²⁸ Referimo-nos às normas estabelecidas pelos Pioneiros de Rochdale, na constituição da cooperativa de consumo, na Inglaterra, em 1848 (SCHNEIDER, 1994).

Participação econômica dos membros; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, formação e informação; 6. Intercooperação; 7. Compromisso com a comunidade.

Para ilustrar o fomento destes princípios, em convergência com os ensinamentos de Theodor Amstad, consideramos todos os valores de cunho cultural e religioso, ideais que permaneceram nas comunidades, por conta da própria confissão de fé do personagem. Os ensinamentos de responsabilidade social, amor e respeito ao próximo, valorização do trabalho e o auxílio comunitário são características que vieram como sendo valores deixados por Amstad. No entanto, estes valores coincidem perfeitamente com os princípios cooperativos.

O legado de Amstad é invisível! E, de certo modo ele se torna visível a partir do momento que cria, pontualmente, algumas cooperativas. Mas se tornou invisível porque os princípios cooperativos são valores culturais. E esses valores culturais são perpassados pela forma oral principalmente, e não da forma escrita; não é um decreto, um manual, uma lei a dizer: - Olha! As cooperativas têm que seguir os princípios cooperativos. Não é por decreto! Isso vem da cultura (PERIUS, 201)!

Pela revista (*Paulusblatt*) não só preservar a cultura alemã, mas ali nós sempre tentamos refletir um pouco sobre os ideais de Amstad. Os ideais do cooperativismo, do solidarismo, da justiça social da promoção humana, porque esses foram os grandes ideais. Eu agora recentemente fui a Itapiranga tinha uma comemoração de uma agência bancária, na verdade não é uma agência é um grupo que lida com o crédito assim como nós temos aqui o SICREDI (...). Eles estavam comemorando 80 anos e nós fomos lá porque ali, esta cidade, Porto Novo, hoje Itapiranga, ela foi fundada por nossa entidade. Então eu vi o brilho dessas pessoas, principalmente nas pessoas de mais idade que conviveram com este período. Que diziam: “olha se na época não tivesse havido o Volksverein (...) certamente hoje nós não estaríamos aqui”. O trabalho que o padre Amstad junto com as lideranças fizeram na época em prol da colonização de novas terras, em prol da educação, em prol da saúde, em prol da própria cultura é algo assim impressionante. Por todas as dificuldades que tiveram, eles conseguiram congregar colonos, agricultores, famílias, comunidades, para o verdadeiro espírito da união, da conjugação de esforços, para que eles pudessem hoje estar onde estão (...). Eles se sentem orgulhosos pelo nosso trabalho, o trabalho da entidade e não das pessoas. Claro que o grande líder foi o padre Amstad, depois o padre Rick (MALLMANN, 2012).

Eu lembro que eu vivi isso aí, porque eu fiz meu primeiro grau praticamente numa escola comunitária, e a gente percebe... Não tô dizendo com isso que a escola pública não é boa, não ela é boa! Mas o espírito que está no meio de uma escola comunitária parece que ele vem muito ao encontro. Não é a escola. Hoje se vê assim: a escola pública é escola do governo. Não! A escola comunitária é a escola, é a minha escola, porque eu faço parte dela, ela precisa de mim, e me parece que isso a entidade, a Associação Theodor Amstad conseguiu levar para as pessoas, que aquilo não é meu, aquilo não é teu, é nosso e a gente precisa trabalhar para que isso prospere para que isso frutifique. (...) Eu recebo e eu devo compartilhar! O espírito de que eu sou responsável, todos nós somos responsáveis por aquilo que nos envolvemos. Parece-me que este espírito se perdeu um pouco na escola pública, no geral. Eu me lembro (...), muitas professoras que tinha ali eram leigas, não tinham ainda formação, mas o espírito que elas conseguiam levar para o aluno, da responsabilidade, da participação, em limpar... Hoje a gente vai para as escolas e a grande maioria das escolas perderam isso. Eu não tenho mais compromisso de deixar meu lugar limpo, de ajudar na limpeza da escola, de um bom ambiente escolar. Parece que tudo ficou renegado, mas isso é formação humana não é só... Parece que hoje é só informação intelectual, mas não é isso, a pessoa precisa muito

mais que a formação intelectual. Ela precisa também de todo um convívio comunitário e de responsabilidade (MALLMANN, 2012).

A forte presença da escola comunitária e a importância dela na comunidade são ações realizadas desde 1888 pela Companhia de Jesus. A Associação de Professores, também criada em um *katholikentag*, tinha como missão formar professores católicos para serem líderes comunitários. Atuavam também, como auxiliares de padre, o que chamamos hoje de ministros. Os professores eram exemplos de vida cristã e comunitária.²⁹

Quando questionados sobre como estes princípios são passados para seus associados destacaram a formação nos cursos e treinamento e, na circulação da revista *Paulusblatt*.

A tua pergunta é bem objetiva. E estes princípios como eles se enraizaram na nossa cultura rio-grandense? Enraizaram-se naturalmente, com motivação religiosa, motivação cultural, foi se alicerçando e a cooperativa tinha que ser (pausa) a imagem do que Amstad nos pregava, o que ele dizia: - a cooperativa tem que ser eficiente; tem que distribuir o resultado; as pessoas têm que ser iguais; as pessoas têm que ter a liberdade; ninguém pode ser coagido a participar do processo; e as cooperativas têm que decidir democraticamente (PEIRUS, 2011).

Quando você pega a tradição histórica do grupo de Nova Petrópolis em que os sucessores têm a mesma filosofia, e nós já estamos na décima geração em Nova Petrópolis, e eles continuam com a mesma ideia consolidada a ponto de hoje querer criar (estão criando) uma Casa do Cooperativismo em Nova Petrópolis, o que é isso? É por decreto? Não! Isto vem da tradição oral. Olha! Amstad criou uma cooperativa; ajudou-nos a organizar nossos antepassados para se defender; isso é uma ideia boa e nós temos que persegui-la; e nós vamos dar continuidade para as futuras gerações; é o que está acontecendo hoje. Então: - esta espiritualização do projeto cooperativo que ele fez, espiritualizou o cooperativismo com base e fundamentos ideológicos, bíblicos e não meramente sob uma filosofia (até eu tenho que ser bem claro), sob uma filosofia Marxista que também teve inspiração na Europa (PERIUS, 2011).

Este padre foi fundador do sindicato, do *Bauernverein* o primeiro sindicato do Brasil. O *Volksverein* edita aquela revista, a *Paulusblatt*, é criação do padre. A revista completou 100 anos de circulação este ano (...). É uma revista que praticamente há 60 anos atrás, 50 anos atrás, todos os colonos, agricultores tinham assinatura. Era assim, uma revista eu lembro, com orientação das atividades da agricultura, até assim na parte religiosa... Uma revista onde o produtor tomava conhecimento da atualidade da época, das novidades, das novas técnicas da agricultura e assim por diante. O padre, além disso aí, criou asilos, o leprosário de Porto Alegre. O leprosário de Porto Alegre é da ideia dele também, aquilo lá dentro da Sociedade União Popular–*Volksverein*. Inclusive este *Volksverein* fez colonizações, uma espécie de reforma agrária (NEUMANN, 2012).

Alba dos Santos: Tinha cursos, palestras?

Renato Seibt: Cursos, tinham. Por exemplo, havia justamente neste *Katholikentag*, nestes três dias de comemorações havia muito disso. Por exemplo, o trabalho desta associação só na questão da mortalidade infantil que era muito grande, eles conseguiram baixar com esses cursos e assistência às parturientes, por exemplo, às parteiras, eram feitos cursos para as parteiras, com os médicos. Por exemplo, um dos

²⁹ Ver mais: RAMBO, Arthur Blásio. **A escola teuto-brasileira católica**. São Leopoldo. Ed. UNISINOS, 1994 (SÉRIE Estudos Teuto-Brasileiros, 1).

líderes era o doutor Metzler. Era famoso, o Wolfran Metzler, ele era médico ele era um dos que estavam metidos nesta parte.

Junto ao valor cultural, perguntamos como tomaram conhecimento da figura de Amstad, e percebemos diferença, conforme a idade do entrevistado. Para os mais velhos, esta pergunta soou um tanto quanto ofensiva, vamos dizer assim. Como não conhecer a história da nossa cooperativa! A história e o envolvimento associativo vieram de casa desde crianças. Enquanto o mais jovem relata outra experiência, num conhecimento muito mais recente dos feitos do padre Amstad. Isto não quer dizer que havia um desconhecimento total da história, sempre que se ouvia falar de uma forma ou de outra. Isto tem a ver também, com o afastamento do grupo de convívio. Muitos dos filhos dos agricultores e pequenos produtores foram estudar em outra cidade, e até viver em outra. Este fato implica na falta de manutenção das lembranças passadas pelos pais, familiares e o próprio grupo que pode ser a cidade comum todo.

Falando do padre Amstad, você fez uma pergunta bem interessante, porque, acho que faz um ano mais ou menos, que eu questionei vários colaboradores da cooperativa, colaboradores antigos, perguntando, quando eles ouviram falar a primeira vez o que era uma cooperativa na prática, sobre o padre Amstad, da história, né. Hoje nós contamos muito a história, mas eu não recordo de quando eu entrei se isso era tão valorizada, a história. Aí eu perguntei para vários colaboradores que entraram em 97, 98, uns quinze anos atrás, e eles também, dizem que quando ingressaram, não se falava tanto da história. Uma história de fato, ao que tudo indica, nós passamos a contá-la com mais intensidade de 2002 para cá, que foi o ano do centenário. Foi quando a cooperativa completou 100 anos. Nós tivemos aqui um grande evento, reunimos várias pessoas de todo país e tínhamos que contar a história, alguma coisa. O que nós estamos comemorando afinal? Como aconteceu? E aí começou realmente a contação da história da cooperativa. Então praticamente de dez anos para cá que se fala, do cooperativismo, do padre Amstad e de Linha Imperial (PORT, 2012).

Nós sempre, desde pequeno, nós sempre ouvimos falar, os pais eram sócios. Avós eram sócios. A revista Paulusblatt sempre tinha lá em casa, né (SEIBT, 2012).

Não se tinha um livro sobre isso, mas se tinha informações através de jornais, através de atas de reuniões, de outras anotações e assim por diante. Eu por exemplo, desde que me lembro, já tinha conhecimento da vida do padre Amstad. Claro não os detalhes, porque lá com seus 10, 12 anos a gente não tem lá grande interesse por essas coisas. Mas por exemplo, o meu pai que foi gerente em 1921 ele conviveu com o padre, ele era o gerente do SICREDI na época. Meu pai trabalhou em torno de 50 anos na cooperativa (NEUMANN, 2012).

A partir destes valores culturais e o modo como a cooperativa foi sendo administrada, confere a ela atualmente um status de exemplo e de modelo a ser seguido, como ressalta Márcio Port. Em 1951, este sentimento de prosperidade da cooperativa pioneira teve lugar no discurso de Nestor Pereira.

Hoje, se o padre Amstad viesse rever sua obra, ficaria por certo contentíssimo, porque realmente ela conseguiu realizar a união dos agricultores, que ele se havia traçado como finalidade necessária. O padre Amstad verificaria que suas Caixas Rurais, iniciadas com esta que hoje comemora seu Cinquentenário, auxiliam efetivamente os agricultores. Veria também o jesuíta, que os seus queridos colonos guardaram a sua palavra, mantendo-se unidos na fé no amor e à terra (*A NAÇÃO*, 2/4/1952).

Nós somos a quinta maior entre as 1250, somos grandes. Mostra como Somos dinâmicos e como crescemos bastante. Costumo dizer que nós temos uma história muito rica, muito interessante, encantadora, porque não dizer assim, uma história encantadora, que a gente adora contar ela. Boa parte dos colaboradores da cooperativa, são apaixonados pela história. E junto com a história nós temos ótimos números para mostrar e, isso faz com que nós sejamos muito procurados, tanto por cooperativas do Brasil, como também, já tivemos visitas dos Estados Unidos, Argentina, Peru, Portugal... Temos vários países, a gente sempre se perde um pouco nos cálculos... Da África já tivemos visita também, pessoas que vem para cá para conhecer a história e ao mesmo tempo, como a cooperativa consegue ser tão grande e eficaz (PORT, 2012).

Alba dos Santos: seguir o exemplo?

Márcio Port: exatamente. Exemplo na história e exemplo nos números. Nós temos as duas coisas fortes. Então esse é o novo modelo, o novo desafio de um presidente de cooperativa é realmente saber do negócio.

Arelado ao valor cultural, temos ainda o sentimento religioso cristão. E não seria diferente, já que se trata das ações de um padre. Os entrevistados colocaram a questão religiosa como algo intrínseco ao valor cultural. Para muitos indivíduos, de diversas regiões, a religião é parte inerente à construção do ser humano e já está incutido este sentimento no cotidiano das pessoas, na sua visão de mundo. Nas áreas de colonização alemã aquilo que predominava no início do século XX era o protestantismo. Theodor Amstad lidava muito bem com estas diferenças religiosas, realizando cultos ecumênicos aos católicos e protestantes da região. Este fato, talvez o favoreceu muito para angariar adeptos, no início do cooperativismo, e levar à consolidação do mesmo. Considerando também as diferenças que os teuto-católicos e teuto-protestantes tinham, no início do século XX, estavam aprendendo a conviver.

Ele sempre tentou uni-los e deu esta grande lição para todos de que no trabalho comunitário não pode haver divisão se eu tenho uma confissão religiosa, mas não é por causa dessa minha confissão religiosa que eu preciso ver agora a pessoa diferente no trabalho, nas atividades. O espírito de melhorias no social ou de convivência... Nós como entidade, nós sempre preservamos, tanto que na revista alemã hoje, padres, pastores escrevem, não há: Ah! A revista é voltada para católicos, ou a revista é voltada para os evangélicos. Não! Ela é ecumênica. Nós sempre preservamos, tanto que nossas assembleias, sempre na medida do possível, nós queremos que esteja sempre presente o padre e o pastor. Justamente para fortalecer este espírito que o padre Amstad lançou lá 1902, 12 (MALLMANN, 2012).

Sobre a interconfessionalidade. A partir de 1912 o *Volksverein* continua com o papel de criação de cooperativas. A maior quantidade de cooperativas foram criadas a partir de 1912. Das 38, só cinco são do período de 1902 a 1912. As demais, todas são de 1912 em diante. Neste período a gente tem relatos que vão ir no livro da

história da pioneira, que as reuniões das cooperativas aconteciam normalmente organizadas pela Igreja Católica, então era a igreja que convocava os gerentes e os presidentes, por exemplo: “ mês que vem temos reuniões”! A igreja que conduzia isto, até, praticamente 1925, quando é criada uma central de cooperativas, e aí deixa de ser a igreja a organizar as cooperativas, e passa a ser uma entidade criada com esta finalidade, uma cooperativa de segundo grau, é uma central. Não dá para dizer que era totalmente interconfessional porque era a igreja com a mão forte conduzindo. Isto foi muito importante porque daí nós tínhamos o aval da igreja, os padres falavam nas suas missas sobre as cooperativas de crédito e dava um apoio. Isto é muito importante dá crédito e dava um apoio, isto é muito importante, num período em que a igreja teve um papel importante (PORT, 2012).

Oficialmente. Acontece que iniciou ecumênico antes de ser a Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul. E depois, acontece que foi o seguinte. A turma transformou em sindicato esta associação e nem católicos e nem evangélicos queriam saber de sindicato. Então quando aconteceu isso, a associação *Volkverein* e aí para não perder isso tudo, fundaram os evangélicos, a religião evangélica, né, *(referente a uma associação também fundada por eles)* e os católicos a associação União Popular (SEIBT, 2012, grifo nosso).

Rendo esta homenagem, também aos colonos que integram a comunidade rural do Rio Grande do Sul. Eles lembram e guardam os ensinamentos do Revmo. Pe. Teodoro Amstad, que lhes pregou o Evangelho do amor, do espírito do trabalho, do espírito de ordem, dos sentimentos de profunda religiosidade. Apesar de muitas vezes perseguidos, injustamente pela nossa policia, apesar de castigados por crimes que não cometeram, apesar de se ter atirado sobre todo o seu grupo a pecha infamante de inimigos do Brasil, apesar de tudo isso eles continuam, os mesmos homens denodados, acostumados a tirar os recursos do próprio meio, procurando dar ao seu esforço o maior resultado possível (*A NAÇÃO*, 2/4/1952).

Esta compreensão global da igualdade é principalmente, religiosa (pausa, construindo o pensamento). Acho que foi Amstad o primeiro padre, vigário do Brasil (isto tem dados já) que fez cultos ecumênicos. Nova Petrópolis, tinha católicos, e tinha a preponderância de evangélicos. Apesar de ser sacerdote católico, ele fazia culto ecumênico com pastor evangélico, e nesse campo foi o primeiro no Brasil. Isto também a história nos diz. Então significa que, transpondo essa prática cultural que ele tinha na área da religiosidade para com a cooperativa, ele aplicou os princípios cooperativos e estes preceitos tornaram-se valores culturais de continuidade oral, sem estar escrito em nenhum lugar: - que nós temos que respeitar a todos; que nós temos o voto igual; que temos que ter liberdade na cooperativa; que nós temos que, fraternamente, dividir o pão, que é o resultado da cooperativa quando é gerado coletivamente (PERIUS, 2011).

Não! Isto vem da tradição oral. Olha! Amstad criou uma cooperativa; ajudou-nos a organizar nossos antepassados para se defender; isso é uma idéia boa e nós temos que persegui-la; e nós vamos dar continuidade para as futuras gerações; é o que está acontecendo hoje. Então: - esta espiritualização do projeto cooperativo que ele fez, espiritualizou o cooperativismo com base e fundamentos ideológicos, bíblicos e não meramente sob uma filosofia (até eu tenho que ser bem claro), sob uma filosofia Marxista que também teve inspiração na Europa. Nós temos inspirações dos pioneiros do cooperativismo. Louis Blanc teve inspiração estatal; o Gide teve inspiração muito mais religiosa. Agora tu vais para Alemanha ver os inspiradores lá. O Raiffeisen era pastor evangélico, e o sucessor dele – Schulze-Delitz já era um profissional liberal, advogado. Este se inspirava muito mais pelas economias de mercado como liberal que ele foi, inspiração para que os mais fracos se unissem. Raiffeisen, na Alemanha, também tinha inspiração religiosa, ele achava que o povo, as ovelhas não poderiam ficar perdidas; tinham de estar unidas num retiro e serem conduzidas por líderes que apontassem saídas para elas, porque sozinhas elas seriam destruídas. Agora, juntas, poderiam se defender (PERIUS, 2011).

Essa inspiração religiosa era inspiração do Amstad. E o Amstad era um religioso antes de tudo. E isto é espiritual, isto não é visível, isto não é decreto, isto não é lei objetiva. E os princípios cooperativos foram se alicerçando no país de tal forma, muito forte hoje, que temos convencimento que a verdadeira cooperativa não é aquela que formalmente apresenta observância às leis, às normas (PERIUS, 2011).

Esta é a história invisível do Amstad! Que existe, mas não se vê. Como o ar! Nós sabemos que o ar existe, mas não o vemos. Assim era o trabalho de Amstad. Ele deixou seus princípios básicos impregnados na nossa cultura, em nossas mentes, e, principalmente, nos corações dos gaúchos! Porque são valores que se escrevem como racionalistas, mas são valores com emotividade religiosa, por isso que eles nascem do coração, da emoção (PERIUS, 2011).

Considerando o cooperativismo um movimento social que envolve não somente relações de trabalho, mas também, um lugar em que se desenvolvem relações sócio-educativas e culturais. O cooperativismo pode ser definido como um movimento social com características próprias, que procura fortalecer uma estrutura sócio-econômica construída de baixo para cima. Os precursores do cooperativismo moderno lutavam contra as desigualdades sociais, e destacavam a idéia de associação e de organização cooperativa de toda a economia baseada na democracia, na equidade e solidariedade (PINHO, 1965).

Neste contexto, acrescentamos como outra contribuição do líder Amstad o desenvolvimento religioso nas caminhadas que fazia, disseminando a doutrina cooperativa, e, propagando seus princípios cristãos. Em muitos de seus discursos, são flagradas mensagens parafraseadas de evangelistas, fomentando assim a solidariedade. Vergílio Perius destaca esta religiosidade assim:

O discurso dele não era ideológico. Não era político. O sentimento dele era religioso! Com base nisso, o fundamento dos princípios cooperativos: da colaboração; da integração; da autoparticipação; da democratização do poder; tem fundamentos bíblicos. E de certa maneira, a passagem do mar vermelho dos muitos anos das dificuldades das pessoas (...) e aí eles chegam na Terra Prometida. Quando o povo chega à Terra Prometida é porque ele organizou uma cooperativa. Este é o fundamento do pensamento dele. E aí ele escolhe também, “renova suas lideranças” (ele fala muito desta questão das lideranças na cooperativa). O próprio Moisés foi substituído quando chegou à Terra Prometida, ele se achava cansado. Dizia: vamos colocar novas lideranças. Um cooperativismo que se renova. Isto ele pregava muito! É uma organização econômica com fins sociais. Mas ela tem que ser uma organização econômica para dar resultado social na cooperativa e, com isto (se organizando economicamente) o equilíbrio social vem ao natural, porque nós não vamos mais apropriar todo o lucro, todo o ganho de uma atividade econômica para quem detém o capital desta atividade, mas premiar pelo cooperativismo quem tem trabalho nesta atividade, quem tem a produção - tem a atividade econômica. [...]. O equilíbrio social e o equilíbrio político, portanto, se dão pela organização cooperativa que ele pregava. Tinha claramente isto, ele tinha uma noção muito bem clara de tudo que ele escreveu. É a visão filosófica que ele tinha da cooperativa: da organização econômica de fins sociais (tem que socializar o resultado) e, inclusive as tecnologias também tem que ser socializadas. [...]. Por que ele queria com inspiração religiosa ter a igualdade das pessoas (todos somos irmãos!). Somos irmãos, temos o mesmo pai, que nos deu o mundo para nós civilizá-lo, aperfeiçoar

este mundo. Mas o mundo não pode ser aperfeiçoado pelo monopólio do capital, ele tem que ser aperfeiçoado pelo monopólio do trabalho. Então a prevalência do trabalho sobre o capital está bem claro nessa filosofia, está bem de origem bíblica, de motivação doutrinária. E não de inspiração de qualquer outra doutrina que na época estava dominante no mundo inteiro.

Volkmer configurou em seu discurso os valores religiosos no sucesso da cooperativa que festejava os 40 anos de existência da pioneira, em 1942. “Porque não resta a menor dúvida de que são a consequência da ação catequisadora do Padre Amstad, nesses centros rurais em que suas ideias vicejam, existem, bastando que se desperte no seio da população agradecida” (1943, p. 22-23).

O habilíssimo padre soube captar, de entrada, como mérito absoluto de ação, a confiança de sua grei. Despertou-lhe o interesse pelo lado da economia, de começo, quando minguavam outros argumentos, e, aos poucos foi levando sua gente para o caminho da religião. Antes da missa, quando aparecia na Linha Imperial, assentava-se à sombra da árvore frondosa, justamente onde está o monumento, e reunia em torno de si os homens, os pais de família, e falava-lhes de seu árduo trabalho, dos apoucados ganhos, das dificuldades de toda ordem, para, em breve, conhecendo-lhes a inclinação, já dóceis ao seu insinuante modo de expor as coisas, acenar-lhes com a defesa econômica, que dependia de cada um, de todos, com tanto que tivesse a vontade de agir. [...]. Incutia-lhes tal confiança, que se viam em exaltação, e, então levava-os à igreja, predispostos como os deixara para a piedade, no doce devaneio das esperanças que aproximam a Deus. E fazia-a num remate de encenação dramatizada. Em sua doutrinação de cooperativismo não atinava com as horas (VOLKMER, 1943 p. 20).

Estes valores culturais estão espiritualizados no cooperativismo como são vivenciados, sentidos, sem explicação teórico-científica, como bem esclarece Perius. Podemos perceber nestes trechos ilustrado que, há sim, confusões de datas, justaposições de tempos e distorções quando confrontados com a bibliografia. Um exemplo, diz respeito à própria interconfessionalidade. O *Bauernverein* foi a associação que nasceu como interconfessional e o *Volksverein* como confessional católica. Qual o problema nisso? Não vimos nenhum, se considerarmos que ambas as associações foram fundadas por Amstad e seus membros possuem a consciência da confessionalidade. De acordo com Bosi (2003, apud TEDESCO, 2011, p. 20), a recordação se faz necessária na medida em que responde a interesses de indivíduos e/ou grupos. Dessa forma, as lembranças do passado são reinterpretadas de modo congruente com os valores e as perspectivas cognitivas dos sujeitos de seu tempo. Cada um à sua maneira quer mostrar a importância e a inovação do ato ecumênico, ao mesmo tempo em que assumem a cristandade. Neste sentido, é importante lembrar que “a recordação também necessita de mediação, assim como ela mesma também necessita de mediação entre tempos, fatos, e características dos sujeitos que a personificam” (TEDESCO, 2011, p. 15).

No entanto, gostaríamos de refletir sobre estas confusões de mímese. Em primeiro lugar, a inexistência, nos dias de hoje, do Bauernverein faz com que todas as referências julgadas como boas se remetam àquela que ainda existe e está presente no meio social, ou seja, o *Volkverein*, Associação Theodor Amstad. Em segundo lugar, chamamos a atenção para este ecumenismo exercido nas associações. Tanto a SICREDI Pioneira quanto a Associação Theodor Amstad, sempre mantiveram a presença de um pastor e de um padre em suas assembleias, e com participação ativa nas entidades. Este é o ecumenismo praticado, entre duas igrejas cristãs que já aprenderam a conviver muito bem e a compartilhar o mesmo espaço.

O *Volkverein* teve um período em que não foi confessional, leigo no estatuto, entre a década de 1940-1960, mas isto não quer dizer que não havia a presença eclesiástica. Os padres jesuítas sempre tiveram presença e ação na associação. Lembrando que neste período a Central das Caixas Rurais funcionava no mesmo prédio em Porto Alegre. A partir de 1961, quando Dom Vicente Scherer assume como arcebispo de Porto Alegre, ela passa a ser confessional novamente, com a presença do clero, agora como assistente eclesiástico. A língua alemã deixou de ser a oficial da entidade e passa a ser a língua portuguesa.

Scherer tinha grandes planos para o campo, impulsionado pela Doutrina Social Cristã e pela nova encíclica *Mater et Magistra*, o primeiro documento da Igreja que tratou especificamente da necessidade de se atender as zonas rurais e realizar possíveis reformas. Atribui-se a ênfase desta encíclica ao passado rural do papa João XXIII. Publicada em 1961, estabelece a crítica da Igreja ao desenvolvimento social, diante da expansão do capitalismo. durante a década de 50.

A Igreja se fez presente em campanhas de conscientização da população e transformações sociais. Apontando para reformas pertinentes, a instituição estava na raiz da criação das entidades como SUDAM, SUDENE e SUPRA, entre outras, apontando assim para a união de forças no processo de reformas. Neste caso, o Estado entraria com a assistência técnica e até mesmo financeira, enquanto a comunidade eclesial entraria com a sensibilização e mobilização da população, bem como o desenvolvimento da mística e da moral (LUSTOSA, 1991, p. 65).

A associação estava empenhada, pois vinha de um momento obscuro, um cenário de controle estatal contínuo, primeiro por conta da nacionalização e depois por conta da Segunda

Guerra Mundial. Projetos como a modernização do campo estavam na pauta do dia, com o apoio do arcebispo.

Tamanha religiosidade da associação, que encontramos em uma pequena bibliografia, a partir do início do século XXI, referindo-se à mística do movimento e do seu grande entusiasta, como o exemplo que segue de Valdemar Bösing S. J. “Se hoje o Rio Grande do Sul é um dos Estados agrícolas mais desenvolvidos da União e se hoje os agricultores gaúchos levam o progresso a quase todo o Brasil, deve-se isto em grande parte ao Padre Amstad. Daí o entusiasmo incipiente do movimento pró-beatificação de tão eminente jesuíta” (Bösing, 2001, p. 115). Sobre este movimento de beatificação, o senhor Renato Seibt atribuiu as ações realizadas, e, principalmente, por ter sido o primeiro padre da localidade de Nova Petrópolis, e mesmo assim, atendia outras localidades, divulgando a associação e pregando o Evangelho, considerando as distâncias que, naquele tempo, eram muito maiores, ainda mais em cima de uma mula.

Basta dizer que tem uma corrente que quer transformar ele santo. Não sei se seria oportuno. Sinal que ele deixou assim uma memória boa do seu trabalho. Ele era muito esforçado. Por exemplo, assim ele passou aqui em Nova Petrópolis, lá na Linha Imperial era lá que era a sede da igreja. Ali ele, já tinha fundado a Caixa Rural em 1902, e a igreja, não é esta que tem agora, é a outra que já foi, e foi tudo construído com a torre tudo bonitinho. Aí perguntaram: “mas o que a gente poderia fazer para ter um padre aqui”? Aí ele disse: “o que se constrói quando se quer pegar um passarinho? Tem que se fazer uma gaiola para ele.” Então construíram aquela casa paroquial que tem lá, aquela de enxaimel, que inclusive foi tombada, e fizeram lá, e pronto. Ele foi o primeiro padre e ficou aqui até 1908. Então ele saiu e foi para aquela região do Taquari, atender aquelas pessoas. Ele lá então, em 1912, a fundação da entidade. Ele era o secretário geral? E em 38 ele morreu (SEIBT, 2012).

No discurso de 1951, já parecia que Amstad era santo, pois a fala inspira uma oração: “Que o espírito do padre Teodoro Amstad, cujo Centenário de Nascimento comemoramos, continue espargindo pelos tempos em fora a sua luz sobre a Terra de Santa Cruz e inspire nossos administradores para que se encontre para o Brasil o seu verdadeiro caminho!” (*A NAÇÃO*, 2/04/ 1952).

É claro que os princípios de solidariedade mútua não foram inventos de Amstad, mas, de certa forma, ele espiritualizou este movimento aqui no sul do país, e talvez seja essa a grande diferença do cooperativismo gaúcho, esta forma de unir as pessoas com uma pitada (talvez um punhado) de cristandade. Não obstante, as experiências e o conhecimento dos imigrantes alemães e italianos no estado, em relação às práticas associativas, auxiliaram e

favoreceu o crescimento do mesmo, um terreno muito favorável para o cultivo dos ideais e a permanência deles.

4) Ser cooperado

Este tema já sugere a vivência de uma cultura cooperativista entre seus cooperados. O sujeito não é cooperado apenas por estar no sistema, mas precisa senti-lo, vivenciá-lo coletivamente, filosoficamente. Em vários momentos das entrevistas, os entrevistados demonstraram uma preocupação em explicar a forma de trabalho das cooperativas, caracterizando-as como associações de pessoas, e não meramente uma empresa, o que exige uma compreensão maior do sistema cooperativo. Seguir o que Amstad pregava é seguir os princípios, como sublinha o senhor Vergílio Perius, em relação à democracia, “e a democracia se dá pelo voto. Pelo ser e não pelo ter. Ser uma pessoa, ser um voto! Ter seria, ter mais capital; e o voto aí seria proporcional ao ter, ao capital. E na cooperativa não! É pelo ser! A pessoa é! (ênfatisando com a voz, entonação) E não o que ela tem (pausa)”!

Os princípios, a doutrina cooperativa torna o cooperativismo diferente de uma cooperação, qualquer, pois a cooperação sempre existiu nas sociedades primitivas até os dias de hoje. Do ponto de vista sociológico, é uma forma de integração social que pode ser entendida como uma ação conjugada de ajuda mútua, de modo formal ou informal para alcançar os objetivos. Assim, para se sentir cooperado nestes moldes filosóficos, além de se apropriar dos princípios. Existe um trabalho constante de treinamento técnico e filosófico. Para Perius, os princípios já fazem parte da realidade das cooperativas como segue.

E os princípios cooperativos foram se alicerçando no país de tal forma, muito forte hoje, que temos convencimento que a verdadeira cooperativa não é aquela que formalmente apresenta observância às leis, às normas. Esta é a aparência da cooperativa. A verdadeira cooperativa é aquela que observa por dentro os princípios cooperativos, que são fundamentais: o princípio de liberdade (ingresso na cooperativa e de saída); o princípio de tratamento igualitário para as pessoas de tal forma que não haja influências partidárias, religiosas, étnicas e, principalmente, hoje, uma influência de gênero. Esta compreensão global da igualdade é principalmente, religiosa (pausa, construindo o pensamento) (PERIUS, 2011).

Eu digo o seguinte, o que se leva é aquela velha verdade: se tu queres fazer ou queres ter alguma coisa, tens que fazer mesmo. Cada um tem que ser o artífice do seu próprio destino. As comunidades tem que ser, e as pessoas também. Se a gente vive e quer esperar que tudo caia do céu, as coisas não acontecem, né. Então é isto! Em todos os municípios em que esta associação atuou, eram colônias pequenas, antigamente. Hoje todas são municípios, pequenas cidadezinhas, prósperas, os colonos também conseguiram superar as dificuldades, e é uma coisa que surgiu deste trabalho. Este trabalho devia de continuar, porque nós temos no Brasil, muita politicagem em movimentos sociais importantes, como por exemplo, o MST, quero citar como exemplo, né. Não é uma maneira de se conseguir fazer as coisas. Esta associação tem tanto exemplo de como se faz uma frente hábil, uma frente agrícola,

onde, como se começa, o pequeno proprietário, o pequeno agricultor consegue fazer suas coisas. Por que não se pega: “olha como é que vocês fizeram, como é que fizeram”? Não se faz uso disso, para se ver como isso foi feito, né. Mas não, simplesmente (...), não se faz. Foi uma experiência muito boa! E que hoje ela valeria como exemplo, claro com adaptações, que sempre tem que se pensar nisso, mas poderia ser então estudada a experiência. Inclusive, todo nosso arquivo histórico, está tudo na UNISINOS (SEIBT, 2012).

Neste contexto, os ensinamentos de Amstad, enquanto história, não eram necessariamente recontados o tempo todo, e até foi possível perceber um longo período de silenciamento quanto à transmissão em massa da história do líder e das associações. Isto foi reavivado nas últimas décadas, com o teor histórico em busca das suas origens. Mas voltamos a dizer que isso não significa a falta de transmissão dos conhecimentos de geração para geração. Não se tinha livros, nem preocupação de salvar os documentos, no entanto, as comemorações e a construção de lugares de memória nunca deixaram de existir, o que estabelece uma relação com o tempo e o espaço diferente entre as gerações mais antigas e as do presente. Enquanto os mais novos estavam aprendendo, os mais velhos estavam revivendo, rememorando, recontando.

A gente realmente conta a história...

Nós sabemos a história do padre Amstad. Eu não digo que todos os colaboradores sabem contar ela, mas as principais pessoas da cooperativa sabem contar a história do Amstad com orgulho ainda né. Revivendo! Então, muitos países não pregam mais a história a gente faz questão de recontar ela aqui. Muitas pessoas dizem que vem para Nova Petrópolis “beber da fonte”, eles usam esta expressão, se revitalizar em termos de filosofia de ânimo, e eles vem pra cá para escutar a história de novo e isto é bem interessante (PORT, 2012)!

Este foi construído pela nossa SICREDI e o Banco SICREDI de Porto Alegre, o Banco SICREDI é um banco das cooperativas e está a disposição do sistema SICREDI. Então quando do centenário, foi construído este monumento em homenagem a força cooperativista. E aquelas sete pessoas que estão lá, segurando a pedra, representam os sete princípios do cooperativismo e a pedra simboliza a união faz a força. A união destas pessoas ou da comunidade é que faz a força, que tem força vamos dizer assim. Inclusive, o padre chamava muito atenção ou doutrinava as pessoas na época com um exemplo. Ele dizia: *“que 20 pessoas isoladamente dificilmente conseguem remover a pedra, mas quando estas 20 pessoas em conjunto fizerem força vão conseguir remover esta pedra e deixar o caminho livre para as pessoas”*. Quer dizer, a união das pessoas faz a força para remover os obstáculos. Isso simboliza o cooperativismo, esta pedra. Está no livro do padre, é um pouco diferente, mas é mais ou menos isso ai (NEUMANN, 2012, grifo nosso).

Na bibliografia analisada, encontramos um fomento maior a partir da década de 1980, com ênfase na década de 1990. Em meio a tantas possibilidades de explicar esta volta o passado, está a própria reabertura política. A nova constituição brasileira (1988) assegurou, no artigo 5º, a liberdade das cooperativas e vedou a intervenção estatal no seu funcionamento. A mesma Carta Magna normatizou as cooperativas de crédito, passando a ser, a partir de então, fiscalizadas pelo Banco Central. Isto significou praticamente uma carta de alforria às

cooperativas de crédito. E, a partir de 1989, as cooperativas que eram tidas como rurais passaram a atingir o mundo urbano e a se expandir. Bom, porque estamos falando disso? Porque a Caixa Rural pioneira era, neste período, basicamente rural, e permaneceu assim até pelo menos mais uns dez anos. Precisou investir em novas estratégias para angariar novos associados, novos meios de atrair o associado. Arriscamos em dizer que dessas estratégias tenha decorrido este retorno ao passado, às relíquias. O passado precisava estar mais visível do que concretizado. Para as pessoas do mundo rural, a história de Amstad já era algo inerente, estava clara sua importância, sobretudo porque as pessoas sempre moraram ali. Mas a cidade, tendo um maior fluxo de deslocamentos e renovação, ela tem que precisa saber e conhecer a história, para interessar-se pelo cooperativismo.

A gente começou este resgate e tínhamos que ter “várias” histórias para as visitas que vieram. E neste ano também, mais ou menos por ali, a Associação Amstad traduziu o livro do padre Amstad, o livro de memórias biográficas dele, que foi traduzido do alemão para o português. Então foi lido o livro, foram lidas as atas, as atas antigas para entender um pouquinho da história. E foi feito também um teatro, um teatro para contar como foi a fundação da cooperativa. É coisa bem simples assim. A cooperativa foi fundada na primeira reunião, na segunda, na terceira, como foi, foi difícil, não foi? E aí deste teatro, depois nós fizemos um vídeo, então tem um vídeo que conta a história da cooperativa e tem aproximadamente 17 minutos e fala do padre Amstad, da chegada ao Brasil, como ele via o cooperativismo, o trabalho que ele começou a fazer em creches, de criação de escolas, asilos, hospitais, cooperativas, sindicatos. É bem interessante, isto tudo aqui naquele período de 2002 e de lá pra cá a gente só intensificou isso. Começamos a contar para nossos associados, assembleias (...) (PORT, 2012).

O indivíduo cooperado foi mudando ao longo do tempo. Estão cada vez mais jovens e profissionalizados, administradores com conhecimentos técnicos e de mercado financeiro foram sendo necessários. Mas as vivências compartilhadas em torno da doutrina cooperativa e do valor da família vão sendo encontrados, na fala de cada um, por entrelinhas. O conceito de memória é bem-vindo, porque histórias vividas e adquiridas auxiliam na construção de uma identidade cooperada, no sentido de pertença ao grupo, ao grupo pioneiro.

Desde o princípio, identificamos uma consciência identitária nos grupos envolvidos. A identidade não existe para si e nem em si, mas em relação aos outros, ou seja, identidade e alteridade são ligadas numa relação dialética. Ela se constrói e reconstrói constantemente no interior das relações sociais. A identidade torna-se complexa na definição e na delimitação, mas também é flexível porque conhece variações e permite reformulações chegando até à manipulações. “A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas” (CUCHE, 1999, p. 182).

Desta forma, a construção de “ser um cooperado” pode ser considerada uma construção de identidade cooperativa que vai além da diferenciação da região Nova Petrópolis, a partir de Theodor Amstad o cooperativismo e o associativismo são modelos a serem seguidos, e pioneira na América Latina. A identidade inclui os membros idênticos de um grupo sob um determinado ponto de vista, e exclui, da mesma forma, membros que são diferentes do mesmo ponto de vista. Assim, a identidade cultural distingue “nós/ eles”, baseando-se na diferença cultural. Para Denis Cuche (1999), a identidade não é um dado, é uma construção social, e é neste contexto que se pode explicar quando ela é afirmada ou reprimida.

5) O legado de Amstad

O legado dos ideais associativos é uma memória viva que vem se refazendo e se recriando em torno da imagem do padre fundador. Nestas memórias observa-se uma forte preocupação em manter a identidade do grupo, se fazendo necessário a manutenção daquilo em que se acredita, através da salvaguarda de uma memória em comum, especificamente aqui configurada em Amstad. “Ao mesmo tempo que vincula a memória coletiva ao grupo, estabelece uma visão dinâmica e processual tanto do grupo como da memória, ao procurar relativizar a memória coletiva e também a individual através dos conceitos de tempo e espaço” (BARROS, 1989, p. 33).

Fundou a primeira cooperativa em 1902, sem deixar de ir como nós sabemos claramente em outras colônias como a Cerro Largo, aonde se andava 14, 15 dias em cima, no lombo do seu burro que ele escrevia em seu diário diariamente, seus pensamentos, sobre a cooperativa, sobre integração dos produtores, sobre a sua plataforma agrícola que ele ia lançar lá em Feliz bem mais tarde, mas foi um grande trabalho que ele fez. E nessas passagens aí eu tenho uma informação muito importante que eu recebi agora, em Ibirubá na cooperativa Cotribá quando ela fez 100 anos, (pensando e gesticulando bastante com as mãos) eu questionava a seguinte questão, será que o Amstad não passou por Ibirubá? Por que essa cooperativa de Ibirubá tem 100 anos, festejou exatamente 100 anos este ano então foi, portanto, em 1910. Constitui-se hoje em Ibirubá a única cooperativa brasileira e a mais antiga cooperativa brasileira ainda em funcionamento, portanto, ela é também pioneira no setor agrário (cooperativa agrícola) (PERIUS, 2011).

Albano Volkmer também fala desta importância de Amstad no atendimento às necessidades dos imigrantes, ele se refere a isto no momento em que descreve “o pastor conhecendo o seu rebanho” (1943, p. 18).

Para conseguir os elementos que não existem, visita no decorrer dos anos todas as famílias, estabelecendo largo círculo de amizades que muito lhe facilitam a tarefa, pela veneração com que o recebem no seio da população. Conhecer das necessidades dos colonos sobre isso constrói a base de suas expectativas posteriores, de caráter

cooperativistas, para a defesa econômica de seus tutelados (...). A sua memória nos será sempre cara, e nos servirá de exemplo, como tão grata nos é a oportunidade de mais uma vez poder enaltecer, de público, a nossa grande admiração, por esse santo sacerdote, pelos Revmo padres da Companhia de Jesus, a quem muito devem os nossos agricultores, a quem todos nós devemos, pois foram nossos preceptores e mestres (VOLKMER, 1943, p. 24).

Outros ressaltaram os valores deixados por Amstad, refletindo sobre o futuro das associações e da visibilidade que estes valores deram para a cidade de Nova Petrópolis. Permanecer com os ideais, também se tornou um ato desafiador para os dirigentes.

As obras de Theodor Amstad são importantes para Nova Petrópolis, tanto que isso resultou hoje, inclusive, nós somos a Capital Internacional do Cooperativismo (SIGFRIEND, ex-prefeito de Nova Petrópolis, História dos 100 anos: Associação Theodor Amstad, 2012)

Nos diferentes momentos desta história percebe-se de forma muito nítida, a doação, o espírito de solidariedade, fraternidade, de religiosidade e de justiça. E este é o grande desafio para todos nós e para as futuras gerações para dar continuidade a esta valorização da cultura alemã e na difusão do espírito da solidariedade e da fraternidade cristã. Aquilo que o padre Amstad fez, nossas comunidades do interior continuam a fazer de certa forma. Se organizando numa igreja, nas escolas, nas comunidades, quer dizer, o trabalho comunitário, a participação, talvez não sejam, tão assim vivenciados e dito: olha isso já era praticado assim na época e hoje nós praticamos assim. Claro que a gente sabe que os novos tempos trazem as suas dificuldades (...). Os ideais estão presentes, eu acho que eles estão presentes, talvez, de outra forma, sendo compartilhado e refletido (MALMANN, 2012).

Alba dos Santos: Sobre o legado do padre Theodor Amstad? Qual é a principal experiência que o senhor acha que ficou nesta associação como memória dele, como ensinamentos dele?

Renato Seibr: Olha! É aquela ideia do cooperativismo. Do cooperativismo puro. Que tem muita coisa agora que eles chamam de cooperativismo e não é mais, né. Aproveita-se o nome, algumas coisas, mas assim, não tem mais o princípio do que se queria. Mas este sistema servia muito bem para nós aqui do Brasil, afinal de contas um país tão grande com tantas necessidades... O cooperativismo, o sistema cooperativista ele consegue ele mesmo resolver os problemas. Não pedir tudo para o governo, por exemplo, nós aqui da colônia, meu avô que sempre dizia: “quanto menos o governo vem, melhor é”, de medo do governo. Quanto mais se mete... Era muito de... É um problema! Quando deixava o pessoal fazer as coisas mesmo, desta sociedade, de tudo o que os colonos faziam, eram as comunidades religiosas, era a sociedade cultural, era a escola, era o cemitério, era o hospital, tudo, tudo, era feito mesmo.

Quando o padre criou as primeiras cooperativas há cem anos, havia um momento econômico bem diferente no país. Os produtores quando queriam fazer um empréstimo, aplicar seus recursos, iam a bancos em Porto Alegre ou em São Sebastião do Caí. Não havia bancos na região, na região havia agiotas exploradores, mas não haviam bancos,. Então o padre criou um modelo econômico para que as comunidades fossem autossuficientes. Este discurso ainda vinga muito hoje, porque o modelo existe. Apesar de que nós temos bancos hoje (em tudo qualquer canto tem um banco hoje, uma agência bancária), mas existe uma grande diferença entre o modelo bancário e o modelo do cooperativismo. Os bancos, nós temos uma estatística do banco central que mostra que sempre que o banco capta recursos em uma localidade, ele tende a emprestar esses recursos fora da localidade. Uma cooperativa, por exemplo, a cooperativa faz os recursos girarem no próprio município (...) nós temos um modelo que não é concentração de renda. Os bancos tem um modelo concentrador de renda fortalecem cada vez mais a região que lhes

interessa que é a região sudeste.... Ao modelo que o padre Amstad criou as cooperativas, há 110 anos, para fortalecer a região isto está muito presente ainda. Claro que a concorrência é muito maior... A proposta do Amstad está viva, ainda hoje, quando a gente olha este cenário dos bancos levando dinheiro embora, eu diria que o cooperativismo está bastante moderno, temos visto isso no Ano Internacional do Cooperativismo. Falar em cooperativismo é uma coisa moderna, tem tudo a ver com os tempos de hoje (PORT, 2012).

Ele fundou até Santa Maria (...). Então realmente mostra que o padre, além da religião, começou a tratar de outros assuntos: “vamos nos organizar, vamos trabalhar de forma comunitária mesmo”. Legítimo empreendedor! Se a gente for olhar para trás, quando a gente fala em legado do padre Amstad, tem cooperativas de crédito, cooperativa agropecuária, escola, asilo hospitalares, os primeiros sindicatos rurais do país foram criados por ele também. É bem interessante, é uma história bem rica. Por isso, que a gente, agora no livro da história da cooperativa, a gente acaba ampliando muito o leque porque foram muitas coisas que ele criou (PORT, 2012).

Ficou muito claro que a percepção de legado entre os entrevistados volta-se para as ações de solidariedade e de ação enquanto cidadãos. Outra questão foi a vontade e o esforço aparente de manter a revista *Paulusblatt* circulando, com todas as dificuldades e perseguições, em língua alemã. Mas a própria revista já era um símbolo de não deixar morrer os ideais. Algo interessante de se pensar nestas memórias foram as poucas menções à ordem jesuíta como um todo. Muitas das obras que foram citadas como sendo de Amstad não foi ele quem efetivamente as colocou em prática, como, por exemplo, o hospital de São Sebastião do Caí, o leprosário de Itapuã, a intensificação das frentes agrícolas, a colonização de Porto Novo em Santa Catarina, hoje Itapiranga, a criação da Central das Caixas Rurais, a fundação da Escola Normal. Estas obras não foram concretizadas sob a liderança de Theodor Amstad, e, sim, pelo padre Johannes Rick S. J. A época em a União Popular mais vicejou foi no período de Rick, entre 1923-1940. É claro que neste período Amstad estava vivo e participando de todas as ações, mas deixara de ser a figura central por conta da sua impossibilidade de viajar (após sua queda da mula, ficou enfermo do fêmur).

No entanto, o mérito de Amstad vem da sagacidade, lá em 1899, da sua visão ampla e consistente de economia, dos seus cálculos meticulosos, da sua perspicácia associativa, da amizade do “cura de almas”, e da sua boa oratória para conseguir concretizar as duas instituições que hoje lembram e compartilham com afeto.

Os grupos associativos em questão, levam em consideração o espaço e o tempo em suas memórias. Na medida em que se remetem ao passado, a primeira lembrança é o fato da cidade de Nova Petrópolis ser o marco fundador do sistema, no estado no período inicial da colônia. A figura de Theodor Amstad é, sem dúvida, imprescindível nestas memórias, ele apareceu nas datas de aniversário, nos ideais, na religiosidade, enfim. Amstad aparece com

vários sentidos, mas que convergem para uma imagem: “salvador-das- almas”, “salvador-da-colônia”.

3.3 SICREDI PIONEIRA E ASSOCIAÇÃO THEODOR AMSTAD: A MANUTENÇÃO IDENTITÁRIA JUNTO ÀS MUDANÇAS INTERNAS

As duas instituições sofreram transformações internas, no seu funcionamento gestacional e nas relações sociais entre gestores e associados. Além disso, as mudanças do próprio tempo, econômicas, políticas e sociais de um mundo cada vez mais globalizado e, ao mesmo tempo, caminhando para a individualização, fizeram com que, para a sobrevivência se desenvolvessem estratégias de continuidade. A velha colônia de Nova Petrópolis, fundada em setembro de 1858, apresentava outros problemas a serem focados, e não mais a construção de estradas e acessos a novas picadas, ou ainda, a falta de solução para o escoamento dos produtos agrícolas. O pequeno município crescia, e a zona urbana se popularizava como curso natural da cidade moderna. Neste sentido, houve um movimento bem parecido das instituições em direção à construção ou afirmação de uma identidade cultural dos grupos, e, por que não dizer, da comunidade neopetropolitana, com o envolvimento da municipalidade.

E tudo começou pelo Sistema Cooperativo de Crédito, SICREDI, de acordo com o estudo feito por Raquel Busanello (2006) sobre as mudanças e transformações na gestão e na relação entre os gestores e os associados. A partir de 1980, é que o SICREDI se constituiu como tal, como um sistema financeiro competitivo no mercado financeiro. Se no início as caixas rurais tinham como missão a assistência financeira ao pequeno produtor e às regiões rurais, a partir deste momento, o sistema não atendeu mais somente este público, em busca de um espaço, tornou-se mais preparada frente às outras instituições financeiras, enfrentando concorrência e atuando como concorrente. Esta nova realidade trouxe para o associado uma visão muito similar a um banco “real”, e muitos não conseguiam ver diferença entre a cooperativa e os bancos em geral, mesmo que os ideais do cooperativismo fossem repassados constantemente. Em 1995, o Conselho Monetário Nacional autorizou o SICREDI a realizar serviços e oferecer produtos bancários, constituindo-se como um banco cooperativo privado brasileiro, BANSICREDI.

Estas mudanças não alteraram a essência da cooperativa, que continuou tendo como modelo o sistema *Raiffeisen*, nem tampouco seus princípios cooperativos. No entanto, a relação com o associado deveria continuar a ser na forma democrática, mesmo na organização

de um banco. Mas hoje é o sistema como um todo, confederação e centrais, que toma as decisões baseadas no mercado financeiro. Isto implica na preservação dos princípios e na identificação do associado com suas origens. No final da década de 1990, o SICREDI propôs um modelo de gestão para as relações sociais, a Organização do Quadro Social. As relações sociais são aquilo que dá a sustentação associativa ao cooperativismo. Uma das propostas do programa é a própria formação técnica dos dirigentes, com vistas ao mercado empresarial. Procurou-se por gestores preparados para as estratégias de mercado junto à ideologia cooperativa, e não mais pelo líder carismático da comunidade. Outra proposta do programa foi a própria informação ao associado quanto ao cooperativismo e sua filosofia, atentando para seus direitos e deveres, sobretudo, o comprometimento de cada associado enquanto “donos” da mesma.

De maneira geral, o Programa de Organização do Quadro Social foi incluído na busca de uma qualidade nas cooperativas enquanto associação-empresa, numa estratégia de “cooperativa-padrão”, a partir do planejamento de 2002, para o triênio seguinte. O sistema traz a seguinte definição em seu material explicativo:

É o associado à razão de ser do SISTEMA e o seu atendimento integral deve ser objetivo, como forma de desenvolver e perpetuar o SICREDI. Nesse sentido, deve a cooperativa buscar maximizar o aproveitamento de seu mercado alvo, ampliando, qualificando e prestando o melhor serviço ao seu quadro associativo. A partir desse diferencial competitivo a cooperativa tem a possibilidade de divulgar o cooperativismo e conquistar o comprometimento de seus associados, fidelizando a ideia do seu duplo papel: dono e cliente da sociedade (BUSANELLEO, 2007, p. 48).

Nesta perspectiva de nova organização, insistiu-se que a SICREDI Pioneira não aderiu este novo modelo, neste período, a SICREDI, enquanto sistema, abrangia 19 unidades na região de Caxias do Sul, Vale do Sinos e Serra gaúcha, sendo Nova Petrópolis a cidade com maior porcentagem do PIB rural, 42%. A cooperativa realizava a reunião de integração com os associados, a partir das observações de assembleias gerais e mini assembleias, que ocorreram no período do seu estudo. A explicação de Busanello para a não adesão ao programa, entre outras características analisadas como a gestão e autogestão democrática, está na relação de confiança da comunidade com a cooperativa e as formas como se dá esta relação. A pesquisadora evidenciou a presença de casais e filhos, padres e um pastor participando da reunião, como um evento na cidade. As relações sociais estabelecidas na família, na igreja e na identidade étnica formam-se num capital social concreto, tornando a cooperativa bem sucedida.

Em relação à Sociedade União Popular também evidenciamos algumas mudanças nas últimas décadas. A proibição da língua e das publicações em alemão, durante a nacionalização, romperam os laços culturais da associação, que ficou fragilizada por décadas após a Segunda Guerra Mundial. As atividades comunitárias que a associação promovia já estavam começando a ser realizadas pelo poder público. A comunidade começou a se questionar, por que se esforçar para manter a educação comunitária, os hospitais, o asilo, enfim, as ações que fizera no passado, se o governo poderia fazer de graça? As relações ficaram mais enfraquecidas com a não publicação da revista que mais unia os associados, o *Sankt Paulusblatt*.

Em seis de novembro de 1988, durante uma missa solene que reverenciava a obra de padre Theodor Amstad, o então bispo da diocese de Novo Hamburgo, Boaventura Kloppenburg, destacou a importância da revista na comunidade unindo as famílias, e salientou que ela não poderia desaparecer. No mesmo dia, sob a liderança do professor Walter Seger, um pequeno grupo decidiu editar a revista em Nova Petrópolis, com autorização do *Volksverein* (SEIBT, 2012). Assim, foi criada a Fundação Theodor Amstad, como filial do *Volksverein*, que tinha sede em Porto Alegre. Na assembleia de abril de 1989, definiram-se as responsabilidades de cada uma. Em maio do mesmo ano, a revista voltou a circular, com manifestações de autoridades eclesiásticas e civis, que destacaram o aspecto agora ecumênico da mesma.

Na década de 1990, mais uma modificação na associação. Em 1991, a filial de Nova Petrópolis e a de Porto Alegre fundiram-se em uma só. Para tanto, realizaram-se assembleias gerais extraordinárias no mês de outubro, no parque Aldeia do Imigrante, em Nova Petrópolis. Com horários diferentes, seguida uma da outra, para que as duas associações pudessem discutir como ordem do dia a incorporação das mesmas. Resultou na fusão com sede em Nova Petrópolis, e a associação passou a se chamar Sociedade União Popular Theodor Amstad. A principal demanda, no momento, era o fortalecimento da revista como elo principal entre associação e associados. Em 1993, a associação passou a ter gráfica própria, no distrito de Pinhal Alto, da mesma cidade. Num acordo firmado com a Comunidade Católica, ocupou-se um prédio já existente. A modernização gráfica inspirou novas expectativas e renovou o entusiasmo dos associados. Passou-se a prestar serviços para terceiros, publicando livros em português e alemão. A Editora Amstad marcou uma nova etapa da associação, auferindo rendimentos necessários para manutenção da mesma.

Como podemos observar, as mudanças ocorreram no mesmo período, e mexeram nas estruturas das associações. Como permanecer com o espírito associativo vivo? Como não deixar esmorecer as relações sociais que são o principal objetivo de uma associação, na busca e defesa dos seus direitos e representatividade social? Ambas fizeram o mesmo movimento em relação ao conhecimento do passado e à valorização do mesmo, ou seja, estreitar os laços com os associados, reavivando as experiências passadas. Uma com a continuidade da tradição em suas assembleias, a outra no retorno da publicação do principal órgão de comunicação entre os associados.

Em tempo de globalização, e a forte insegurança e fragilidade identitária em todos os sentidos, vimos em Nova Petrópolis dois movimentos que confirmam o sentimento das associações em busca do passado e valorização deste. A memória passou a ser tomada como a própria história “da cidade”, multiplicando os lugares de memória.

São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (NORA, 1993, p. 21).

Existem seis museus na cidade constituídos nas últimas décadas do século XX, sendo que dois se dedicam ao tema cooperativismo. Percebe-se o envolvimento da municipalidade, sobretudo na proximidade e preparação da comemoração ao centenário da primeira cooperativa de crédito do Brasil. A municipalidade participa ativamente da comemoração, deixando registrada sua homenagem na placa alusiva do monumento “Força Cooperativa”. A SICREDI Pioneira serve também como incentivo e exemplo de sucesso para outras que surgiram ou irão surgir na cidade. Podemos pensar na própria cidade como exemplo, já que é o berço do cooperativismo e pioneira na América Latina.

Nas últimas décadas, os museus e o próprio distrito Linha Imperial estão incluídos no roteiro turístico da cidade, intitulado “roteiro do cooperativismo”, o que dá ainda mais visibilidade ao tema, e importância para a cidade. Não temos os dados de criação deste roteiro, mas, quando falamos em turismo, pensamos na própria Rota Romântica, embora não estamos nos ocupando deste assunto, mas demonstra mais um movimento rumo à preservação de identidade. De acordo com Roswithia Weber (2006, p. 158), o projeto da Rota Romântica foi “concebido a partir de 1994, foi proposto inicialmente por Nova Petrópolis e aceito pelos

demais municípios”. Assim, lembramos que Nova Petrópolis faz parte da Associação dos Municípios da Rota Romântica, fundada em abril de 1996.³⁰

O Projeto Rota Romântica assume a ideia de germanicidade como elemento identitários que (re)liga os municípios associados na perspectiva do turismo. Para validar essa compreensão, materializações culturais (tais como as expressões arquitetônicas, as festividades e a gastronomia) que apresentam traços/características reconhecidos como sendo manifestações da cultura alemã – dos antepassados vindos da Alemanha e/ou de seus descendentes – são identificados e tornados públicos, isto é, passam a ser divulgados, explorados promocionalmente (BALDISSERA,; ZOTTIS, 2007, p. 4).

No entanto, acreditamos que o roteiro turístico do cooperativismo na cidade vai muito mais ao encontro da identidade cooperativa e do fato da cidade ser o berço do cooperativismo, institucionalizado com a Lei Municipal 06/2007, a Lei Estadual 13.077/2008 e a mais recente Lei Federal 12.205/2010 que elevou a cidade à Capital Nacional do Cooperativismo, em janeiro de 2010, por conta da ação ininterrupta das cooperativas de crédito. O título se justifica também pela quantidade de cooperativas numa cidade com 19.058 habitantes (censo IBGE 2010). São nove cooperativas, dentre elas a centenária SICREDI e a PIÁ, com quase meio século de vida, ambas com âmbito interestadual.

Neste contexto de busca pelo coletivo, ao inverso do caminho para o individualismo, com as transformações da sociedade contemporânea, achamos pertinente trazer algumas reflexões teóricas quanto a esta relação. Recorremos a Norbert Elias (1994), a fim de complementar nossa discussão, a partir do entendimento conceitual do termo “indivíduo” e “sociedade”. Elias, ao tratar da formação histórica do conceito de sociedade, parte das mais antigas formas de relacionamento grupal, no seio familiar, até a formação do Estado, e a superação do próprio Estado pela globalização das fronteiras sócio-políticas.

Nas sociedades antigas, a necessidade de interdependência entre os Estados, como por exemplo, de alimentos, levava a uma organização econômica desde a produção, estoque, distribuição e consumo, formando regularidades sociais que não podiam ser explicadas biologicamente (a partir do indivíduo). O “habitus social” constituía uma “força propulsora elementar”, cujo impulso de longo prazo levava ao desejo de acúmulo de propriedade, o que gerava, por sua vez, tensões de pólos em oposição na divisão das funções. “Todas essas mudanças têm origem, não na natureza dos indivíduos, mas na estrutura da vida conjunta de

³⁰ “Cabe ressaltar que a Rota Romântica surge a partir da máquina pública. Os representantes dos municípios que a integram, em geral, responsáveis pelo turismo local, é que vão buscar as articulações com a comunidade” (WEBER, 2006, p. 160). Sobre este assunto ver mais em: WEBER, 2006.

muitos. A história é sempre a história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994, p. 45).

Ao tratar das mudanças sociais, Elias destaca a mobilidade espacial certamente como uma destas mudanças. Na Pré-História, o viver em família, em tribos, em grupos era algo necessário para a sobrevivência, ou seja, em grupo era mais fácil defender-se das presas e não virar uma delas, de escapar e sobreviver às adversidades. Embora a vida grupal consistisse em momentos de conflitos, cooperação e alegrias, neste momento era vista muito mais pelo caráter de segurança que este modelo oferecia. Para tratar de exemplos mais próximos de nós, compara as sociedades mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas. Compara a diferença no valor da família nestas sociedades. A sociedade menos desenvolvida possui indivíduos mais ligados à família. E esta família pode ser alargada, não pelos parentes, mas também pela própria tribo, cidade e os pontos mais antigos da “identidade-nós” pessoal dos indivíduos. Já as sociedades com maior desenvolvimento oferecem também maior competitividade, dando maior ênfase a “identidade-eu”, a pessoa isolada e o desligamento desta pessoa dos grupos tradicionais. Este processo de devir do desenvolvimento das sociedades favorecem a individualização (ELIAS, 1994).

No conceito atual do termo “indivíduo”, há uma supervalorização da identidade-eu contrapondo-se à identidade-nós. Nos Estados romanos e atenienses, prevalecia a identidade-nós, ou seja, o sentimento de pertença a um grupo, família, tribo, ou Estado (o coletivo). A identidade-nós de cada pessoa isolada prevalecia mais do que hoje, se colocarmos na balança o nós /eu. Na antiguidade, era inexistente um termo que designasse a generalização de uma pessoa independente e singular. Não que gregos e romanos não tivessem consciência de que o Cezar era diferente de Alexandre, mas não era necessário expressar linguisticamente. A identidade-nós, a relação eu e eles era importante demais para gerar tal necessidade (ELIAS, 1994).

No medievo, a palavra indivíduo era usada para referir-se ao indivisível no nível mais baixo de síntese. Tudo era indivisível, aquilo que estava acontecendo ali e agora não estava em nenhum outro lugar. A filosofia escolástica foi responsável por uma síntese maior, relacionando o indivisível somente ao humano, a partir do século XVII. A partir deste período, também iniciou um processo de diferenciação, primeiro com os puritanos ingleses diferenciando o fazer coletivo do fazer individual. Somente no século XIX, com os movimentos sócio-políticos antitéticos, individualismo versus socialismo ou coletivismo,

bem como indivíduo diferente de sociedade evidenciou-se a necessidade social de equivalentes lingüísticos.

Neste sentido, retomamos a identidade-nós que integra o habitus social, um sentimento de pertencimento à uma realidade exterior a sua compreensão individual, que pressupõe uma sequência de estágios anteriores que, em continuidade sequencial, chega à formação de uma identidade-eu entrelaçada à continuidade da memória, um instrumento tipicamente humano.

Todas as sociedades elaboram um sistema de ideias e imagens de representação coletiva, que constrói sua identidade e favorece a invenção de tradições e ritualismos. Hobsbawn (apud TEDESCO, 2004, p. 28) fala em uma “tradição inventada”, práticas reguladas, silenciosa ou abertamente, como rituais ou simbólicas, que apontam valores e normas de comportamento repetidas automaticamente, desde o passado. A tradição solidificada através de uma memória coletiva transforma-se em instrumento de poder pelo domínio da lembrança, um retorno ao passado para servir ao presente. A tradição possui valores que são transmitidos de geração para geração, que se alteram (reduzem) em virtude das transformações da sociedade. Paradoxalmente, impõem-se a persistência da continuidade do passado: manipulando a memória, manipula-se a história.

Identificamos nesta busca ao passado, das origens coletivas, um movimento que Elias identificou nas sociedades menos desenvolvidas, a identidade-nós. Como explicar esta identidade numa sociedade bem desenvolvida? O alargamento familiar de que o autor nos fala podemos encontrar na cidade de Nova Petrópolis, em grande medida. Isto porque muitas famílias nunca saíram da cidade. Seus filhos e netos são os primeiros a sair da cidade para estudar fora e a grande maioria retorna. Além disso, é cidade pequena com costumes tradicionais. Estas são questões que devemos formular, sobretudo, quando pesquisamos grupos étnicos e imigrantes que buscam constantemente a coesão e autoafirmação do grupo.

Evidenciamos, ainda, que as representações compartilhadas em Nova Petrópolis foram sistematizadas a partir das atitudes mentais, emocionais, visão de mundo e identidade cultural. As datas comemorativas coordenavam e publicisavam as ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As marcas de Theodor Amstad S. J. para Associação Theodor Amstad e o Sistema Cooperativo de Crédito, SICREDI Pioneira, estão identificadas nos feitos e nas ideias coletivas de promoção humana. O acontecimento histórico, o fato ocorrido, as ações de Amstad ocorreram de fato, como vimos no primeiro capítulo, no entanto, o tempo poderia varrer estas lembranças, e ele não passaria de mais um líder-herói descrito na História, ou seria esquecido. Para que isso não acontecesse, e permanecesse viva a memória dentre os associados e a extensão destes, como nos círculos familiares, se fez necessário a constituição de instrumentos para lembrar. Foi um conjunto de ações que se materializaram, através da narrativa pela solidariedade mútua. Falar em Amstad é lembrar de “tudo para todos”.

Em ações sistematizadas, de líderes do associativismo e autoridades políticas, procurou-se deixar, às futuras gerações, relíquias, lugares, imagens, símbolos que lembrassem e contassem a história do associativismo, do cooperativismo, e conseqüentemente, da própria cidade de Nova Petrópolis como berço destes modelos. Os vestígios físicos iluminam o passado quando já sabemos de onde eles provem ou a quem pertenciam, eles passam a fazer sentido. Os monumentos ligam-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntariamente, dos grupos coletivos (NORA, 1993). Este conjunto imagético de artefatos e rastros do passado são legados de memória compartilhada. Os monumentos tem a função de personificação, de sacralização e de eternização.

Os atos comemorativos nestes lugares, sobretudo na Linha Imperial, mostram a manutenção da ritualidade, personificando Amstad nestes lugares e reavivando seus ensinamentos. O lugar em que se encontra o primeiro monumento, na Praça Theodor Amstad, de 1942, era um antigo banhado, que foi aterrado porque se descobriu que ali, em frente à igreja, Amstad sentava-se debaixo de uma árvore e conversava com os fiéis. É a repetição de ações e de lembranças que fazem o indivíduo guardar melhor e lembrar, sempre que são evocadas. A personificação nestes lugares é representada não só na pessoa de Amstad, mas também, no espírito da época. As recordações de Amstad foram repetidas ao longo do tempo em direção a salvaguardar sua memória como o salvador da colônia e líder carismático visionário. Neste mesmo contexto, Amstad aparece como figura-chave para a superação dos problemas e grande motivador social

Como se não bastasse, sua importância enquanto cidadão imigrante, agregado a isso, está a forte presença de um sacerdote nas comunidades rurais. Vimos ao longo deste trabalho que, de fato, Theodor Amstad foi um sujeito muito inteligente e sagaz. Com os deslocamentos culturais que fizera, conseguiu, de forma eficaz, apropriar os modelos já conhecidos de associativismo e cooperativismo em terras brasileiras, adaptando à realidade que encontrara. No entanto, vimos, também, que suas ações não foram motivações individuais. É preciso lembrar que ele pertencia a um grupo e a uma instituição. Sendo um sacerdote jesuíta, tinha uma missão a cumprir, e o envolvimento com a vida dos fiéis fazia parte dos “planos” eclesiais daquele momento. A “igreja da imigração” tinha um projeto a ser concretizado. A vida dos fiéis católicos estava desamparada e em desacordo com os ideais destes novos sacerdotes, recém chegados para a cura das almas. A ideia de coordenar todos os aspectos da vida do indivíduo tinha muito a ver com a filosofia da Igreja e as associações servindo como forma de arregimentação, bem como a formação dos professores nas comunidades. Era a segurança de se ter e manter uma vida sacramentada na doutrina cristã católica. Theodor Amstad é lembrado e comemorado, com mais frequência, como figura central do sucesso do associativismo, e esquecemos que, de certa forma, nada era por acaso. Muitas das atividades atribuídas a ele não foram realizadas no período em que ele atuava com mais afinco, mas as lembranças referem-se basicamente ao fato da ideia, do ato de fundar as associações. Talvez, por isso, as lembranças não atentem para os acontecimentos posteriores, se era ele ou não o principal líder isso não é de interesse. O importante é que ele ainda estava ali, auxiliando, atuando, e as instituições prosperavam junto à comunidade. Mesmo na presença de outros líderes jesuítas, o mérito real de Amstad, pelo trabalho na colônia, não enfraqueceu.

Ao discutirmos sobre a formação do eu e as memórias, pensamos na relação temporal que isto implica, sobretudo quando falamos da autobiografia de Amstad. Esta publicação foi de suma importância para manutenção da memória sobre ele e sobre o passado da região de colonização. Ela foi publicada em momentos comemorativos também em português, em 1981, como aparece em nosso segundo capítulo, e, no período de 2000, como aparece nas entrevistas. Muito daquilo que se sabe hoje, das associações e da região do vale do Caí, do Sinos, do Jacuí e do Taquari foi pesquisado em suas memórias junto a outras bibliografias. Inclusive, Amstad foi um bom escritor e estatístico, estava organizando as famílias de descendência alemã, a partir de seus sobrenomes, montava árvores genealógicas. Contudo, as memórias partem da realidade, mas não é a realidade, e, por isso, não podem ser tidas como uma janela para o passado.

Enquanto a psicanálise reconhece o presente e o passado um no outro, a História os coloca ao lado um do outro. “Mas ambas buscam princípios e critérios para compreender as diferenças ou assegurar as continuidades entre a organização do atual e das configurações antigas” (CERTEAU, 1998, p. 78-79, apud CONSTANTINO, 20004, p. 54). Neste sentido, o uso da psicanálise bem como de outras Ciências Sociais foi de grande valor no sentido interdisciplinar para o entendimento da relação com o eu e o sistema de ideias envolvido neste trabalho.

A memória coletiva de Halbwachs não traz seu significado na vivência de um indivíduo, mas de um grupo que significa e compartilha as experiências do passado. Elas podem até ser sentidas individualmente, mas com pontos em comuns, são reconstruídas conforme sentidas no tempo presente. Conseguimos identificar estes pontos em comum, sobretudo, na visão macro da economia e com a frase que tem a simbologia da pedra. Esta simbologia é tão forte que a própria pedra transformou-se em símbolo concreto.

O esforço dos grupos para se impor no futuro com uma determinada imagem de si próprio faz com que busquem constantemente suas raízes, procurando valorizar tradições étnicas, religiosas e culturais. Procuramos desconstruir a roupagem dos monumentos aqui apresentados, e analisamos também suas condições de produção. A produção esteve sempre ligada a uma data concreta de homenagem, tanto ao sistema cooperativo quanto do próprio padre Amstad. Enquanto a História tem a ideia de universalidade, a memória se enraíza no concreto, nas imagens, nas relíquias de um grupo, e está ligada às continuidades temporais. A memória será sempre absoluta, ela não relativiza, ela é feita pelo grupo e para o grupo.

A busca pelo seu próprio passado diante da fugacidade do fenômeno da globalização, líderes associativos começaram um movimento de reescrever a história, seja pela via virtual, seja pela via impressa. Voltando às origens e reforçando a identidade, em tempos de insegurança e fragilidade das fronteiras tradicionais, os indivíduos assumiram o papel de *history maker* (FERREIRA, 2002), procurando dar sentido à realidade do presente. Estabelece-se aí novamente uma confusão entre História e memória, e entre a profissão de historiador. Os depoimentos e a publicação dos mesmos passam a ter um fim em si mesmos, sem a análise crítica da investigação histórica. No entanto, aqueles que estão reescrevendo sua história e do seu grupo afetivo não estão preocupados com os métodos historiográficos, mas sim, com a salvaguarda de suas memórias e tradições.

Este conjunto de monumentos e museus, concentrados, em sua maioria, na Linha Imperial, exercem um poder político de quem lembra e para quem lembra, assim como o direito de ter lugares de memória. Estas ações, ao mesmo tempo, que identificam, legitimam o grupo frente aos outros. O apoio da municipalidade reforça a diferenciação e reafirma a identidade cultural, não só entre os grupos, mas entre localidades, fazendo inclusive uso destes elementos na visibilidade da cidade.

A subjetividade dos entrevistados e das fontes colhidas serviu para nós como um recurso também de compreensão do imaginário e visão de mundo deste(s) grupo(s), utilizando seu passado e suas lembranças como uma estratégia de união e identificação cultural. Sabíamos que deveríamos considerar a vivência associativa dos entrevistados, tendo em vista que todos tiveram alguém da família associada, ou no SICREDI Pioneira, ou na Associação Theodor Amstad, com maior ou menor escala de envolvimento, a referência foram, em grande medida, seus próprios pais. Portanto, mesmo sem conhecer pessoalmente Amstad, eles o conheciam através das memórias dos pais e dos mais velhos da comunidade. Cresceram, ouvindo suas histórias. A revista *Sankt Paulusblatt* circulava em casa e liam junto na família, em alemão. São estes conhecimentos que a História Oral nos proporciona, as vivências compartilhadas. As distorções existiram, um exemplo disso, foi a crença na interconfessionalidade das associações como algo contínuo, ou após 1912, com o *Volksverein*. A Sociedade União Popular foi fundada exatamente nos moldes associativos alemães, inclusive com a confessionalidade católica. Outro exemplo, ainda, diz respeito à aceitação de Amstad aos sindicatos. Com o crescente interesse dos associados ao sindicalismo, na primeira experiência associativa, o *Bauernverein*, alguns líderes, inclusive Amstad, se afastaram da associação, como mostramos no primeiro capítulo.

Para além das justaposições de tempos e confusões com datas, descobrimos que há uma memória coletiva em torno de Amstad, e que ela se fundamenta na frase que julgam melhor representar o cooperativismo. Entre o entrevistado mais jovem, Márcio Port, e os mais velhos, Werno Neumann e Renato Seibt, são quase quarenta anos de diferença. E a distância temporal aumenta ainda mais com os discursos de Albano Volkmer, 1942, e o deputado estadual Nestor Pereira, 1951. Mesmo com estas distâncias, vimos que os discursos convergem a uma imagem comum de Amstad, predominantemente religiosa, que sacraliza suas ações.

Sabemos também que o passado pode ser inventado, idealizado, e isto pode ocorrer a partir de dados reais voluntária ou involuntariamente. O que se pode perceber é que houve uma manutenção desta memória, sobre Theodor Amstad, como padre fundador e mestre numa mistura de religiosidade e liderança civil, que nunca se deixou esquecer. Alimentou-se e fomentou-se cada vez mais o espírito associativo, através da reapresentação de Amstad, seja pelas imagens ou pelo discurso. Uma memória simbólica representando a superação através do esforço em comum de toda a comunidade. E formal porque se mistura com a História da imigração e com a periodização da mesma, engrandecidas com o imaginário e motivações do presente, ritualizando e valorizando a família, a religião, a etnia e o associativismo, na figura de Amstad. Os lugares de memória sinalizam o indivíduo no mundo e reafirmam sua identidade enquanto pertencente a um grupo. A memória é vida e repetição, e pelo que vimos aqui, estão completos os ingredientes para uma história compartilhada.

Ficamos tentados a seguir pesquisando sobre, por exemplo, a influência da Igreja católica, a partir de 1961, a partir da personalidade conservadora de Dom Vicente Scherer. Ou ainda, sobre a resistência da associação antes e depois da Guerra, quais estratégias utilizaram para manter as atividades associativas. Possibilidades de estudo frente a algumas lacunas que não conseguimos preencher, e que, por hora consideramos oportuno não abordar no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: Simpósio Nacional de História [22: João Pessoa, PB}. **Anais eletrônicos**. João Pessoa, PB: ANPUH – PB], 2003, 10p.
- AMARAL, Deivison Gonçalves. Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). **Horizonte**: Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 56-74, jun. 2007.
- AMSTAD, Teodoro. **Memórias autobiográficas**. Tradução de Arthur Rabuske. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.
- ARENDRT, Isabel C.; RAMBO, Arthur B. (Orgs.). **Cooperar para prosperar: a terceira via**. Porto Alegre: SESCOOP/ RS, 2012.
- BALDISSERA, Rudimar; ZOTTIS, Alexandra M. Comunicação Turística: Marcas de Germanicidade na Folheteria da Rota Romântica – RS. In: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Santos, São Paulo. 2007. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0860-2.pdf> >. Acesso em: 3 jan. 2012.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da USP, 1987.
- BÖSING, Ir. Valdemar. Movimento cooperativista poderá ter um santo. In: **Livro da Família**. Livraria Editora Padre Réus, 2001, p. 112-115.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002, p. 11-37.
- BRUNEAU, Thomás. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- BUSANELLO, Raquel Bohnen. **Processo de mudança em uma organização cooperativa: o caso do sistema de crédito Cooperativo, SICREDI**. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**. Memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina. 2009.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro. Teoria da História e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **A aventura (auto) biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 37-74.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999, caps. 1, 5 e 6.

DEBRAY, Regis. **Vida y muerte de la imagen**. Historia de la mirada en occidente. Barcelona. Paidós, 1992, p. 19-63.

DIDI-HUBERMAN, Georges. La historia del arte como disciplina anacrônica. In: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ante el tiempo**. Historia del arte y anacronismo de las imágenes. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008, p. 29-97.

DREHER, Martin Norberto. Rostos da Igreja no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998, p.9-33.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FALCON, Francisco J, C. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000, p. 41-63.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**. Rio de Janeiro, Dezembro/2002, p. 314-332. Disponível: <www.scribd.com>. Acesso em: 10 set. 2012.

FRASER, Ronald. História Oral, História Social. **História Social**, n. 17, otoño/1993, p. 131-139. Disponível: <www.jstor.org/stable/40340350>. Acesso em: 31 mai. 2011.

GERTZ, René E. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: A União Popular. **Veritas**, Porto Alegre, v. 37, n. 148, p. 553-579, Dez / 1992.

_____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2004.

HARRES, Marluza Marques. Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória. **História UNISINOS**. Programa de Pós Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 8, n. 10, p. 143-156. São Leopoldo, Jul/Dez, 2004.

_____. Trabalhando com lembranças. Memória e história da reforma agrária do Banhado do Colégio: Camaquã, RS, Brasil – 1962-1972. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 127-141, Jun/2008.

HERNANDO, Almudena. **Arqueologia de la identidad**. Madrid: Ed. AKAL, 2002.

HISTÓRIA dos 100 anos. **Associação Theodor Amstad “Volksverein”**. DVD, 2012.

HISTÓRIA do surgimento da 1ª cooperativa de crédito da América Latina. Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul/Brasil. DVD, 2002.

IMAGENS. Disponível: < www.cooperativismodecredito.com.br>. Acesso em: 20/05/2011.

IMAGENS. **Comemoração do Centenário de Amstad**. Cemitério Jesuíta, São Leopoldo. Fundo Balduino Rambo S. J. Variados. Acervo de Documentação e Pesquisa – Memorial Jesuítico / UNISINOS, ALR 23, cód. 1.4.1.8. São Leopoldo.

IZQUIERDO, Iván. **A arte de esquecer**. Cérebro e memória. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2010.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem, historiografia, memória e tempo. **ArtCultura**, 12, n. 21, p. 9-21, jul–dez. 2010. Disponível em: < www.artcultura.inhis.ufu.br>. Acesso em: 05 mai. 2011.

KORTZ, C. O. **Relatório de atividades da central das Caixas Rurais “tipo raiffeisen” da União Popular do RS**, mar/1946. Fundo Balduino Rambo S.J. Acervo de Documentação e Pesquisa – Memorial Jesuítico / UNISINOS. Cód. 1.4.1.6. SUP 24, 17-42. São Leopoldo.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LAUSCHNER S. J, Roque; LENS S. J, Martinho. Associativismo no contexto da reforma agrária do Rio Grande do Sul. In: **Semana Social do Rio Grande do Sul**. Semanas Sociais do Rio Grande do Sul. Anais da Semana Social do Rio Grande do Sul, 4. Porto Alegre: ISCRE, 1969, p. 169-232.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 1990.

LIMBERGER, Milagres de Amstad. In: **Livro da família**. Porto Alegre: Livraria e Editora Padre Réus, 2003, p. 38-39.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. Tradução Patrícia Chittoni R. Reuillard. In: SCHMIDT, Benito Bisso & GOMES, Ângela de Castro (Orgs.). **Memórias e narrativas (auto) biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, cap. 1.

LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo, vol. 17, p. 63-201, nov/1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de. A invenção da Paulistaneidade: de “A cidade que mais cresce no mundo” a “Um só coração” (São Paulo – 1954 e 2004). In: LOPES, Antonio Herculano et al (Orgs.). **História e linguagem: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 337-349.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. Projeto de história oral. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 43-62.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 23, n. 45, jul/ 2003. Disponível em: < www.scielo.com.br>. Acesso em 27 jun.2011.

_____. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP**. São Paulo, vol. 34, p, 9-24, 1992.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução KHOURY, Yara Aun. **Projeto História**. São Paulo, vol. 10, p. 7-28, dez de 1993.

O cinquentenário da Caixa Rural de Nova Petrópolis. **A NAÇÃO**, Porto Alegre, ano 5, 2 de abril de 1952. Fundo Balduino Rambo S. J. Variados. Acervo de Documentação e Pesquisa – Memorial Jesuítico / UNISINOS. Cód. 1.4.1.6., SUP 53, 51-81, São Leopoldo.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. Suas modificações e sua utilidade. 2º ed. rev. e ampliada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli. **Historia y Fuente Oral**, Barcelona, España, n. 1, p. 5-32, 1989.

_____. Sempre existe uma barreira: A arte multivocal da história oral. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 19-35.

RABUSKE, Arthur. Nova fisionomia da Igreja no Rio Grande do Sul, a partir de 1850 (visão geral desde o imigrante teuto e seus descendentes). **Revista Pesquisas. História**, n. 25, p. 53-67, 1986.

_____. Eles se empenharam pelo erguimento do bem estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. **Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, 1974, p. 31-53.

RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). **Populações Rio-grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998, 147-162.

_____. Theodor Amstad. **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, vol. 35, n. 47, p. 5-37, 2000.

_____. A Igreja dos Imigrantes. In: DREHER, Martin N. (Org.). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: Edições EST, 2002, p. 57-73.

_____. **Somando forças: o projeto social dos jesuítas do sul do Brasil**. São Leopoldo, RS: Ed: UNISINOS, 2011.

RAMBO, Balduino. Pe. Teodoro Amstad S. J. **Um homem do povo de veste talar**. Fundo Balduino Rambo S. J. Acervo Documental e de Pesquisa - Memorial Jesuítico / UNISINOS Código 1.4.1.8. ALR-9. São Leopoldo, s/d.

_____. A imigração alemã no Rio Grande do Sul (1824-1914). In: **Separata da Enciclopédia Rio-Grandense. O Rio Grande Antigo**. v. I, S/d.. Fundo Balduino Rambo S. J. Acervo de Documentação e Pesquisa – Memorial Jesuítico / UNISINOS. Cód. 1.4.1.6. SUP, 17-42. São Leopoldo.

RELATÓRIO de atividades da central das caixas rurais “tipo *Raiffeisen*” da União Popular do RS. Ano social - 1942. Fundo Balduino Rambo S. J. Acervo de Documentação e Pesquisa/ Memorial Jesuítico - UNISINOS, mar/ 1943. Cód. 1.4.1.6. SUP 24, 17-42. São Leopoldo.

RELATÓRIO de atividades da central das caixas rurais “tipo *Raiffeisen*” da União Popular do RS. Ano social - 1941. Fundo Balduino Rambo S. J. Acervo de Documentação e Pesquisa/ Memorial Jesuítico - UNISINOS, mar/ 1942. Cód. 1.4.1.6. SUP 24, 17-42. São Leopoldo.

RELATÓRIO de atividades da central das caixas rurais “tipo *Raiffeisen*” da União Popular do RS. Ano social - 1951. Fundo Balduino Rambo S. J. Acervo de Documentação e Pesquisa/ Memorial Jesuítico - UNISINOS, mar/ 1952. Cód. 1.4.1.6. SUP, 24, 17-42. São Leopoldo.

RELATÓRIO de atividades da central das caixas rurais “tipo *Raiffeisen*” da União Popular do RS. Ano social - 1952. Fundo Balduino Rambo S. J. Acervo de Documentação e Pesquisa/ Memorial Jesuítico - UNISINOS, mar/ 1953. Cód. 1.4.1.6. SUP, 53-58. São Leopoldo.

SANTOS, Alba Cristina Couto dos. **O estado e a Igreja na construção de uma cultura cooperativa**. UNISINOS, 2007. Monografia (Licenciatura em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009.

SANTOS, Alba Cristina Couto dos. A viagem... A chegada. Memórias autobiográficas de Teodoro Amstad. **Anais do VII Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. História, Literatura e Mito: Viajantes Europeus na América do Sul**. PUCRS: Porto Alegre, 2011.

SCHAFF, Adam. A objetividade da verdade história. In: SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Tradução Maria Paula Duarte. Revisão Carlos Roberto F. Nogueira. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 1987, cap. 4.

SCHALLENBERGER, Erneldo & SCHALLENBERGER, Clair T. A. Em nome de Amstad. In: ARENDT, Isabel C. & RAMBO, Arthur B. (Orgs.). **Cooperar para prosperar: a terceira via**. Porto Alegre: SESCOOP/ RS, 2012, p. 13-48.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário – imigração e produção social do espaço colonial no Sul do Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2009, cap. 1.

_____. Igreja e Estado na Construção Social Sul - Brasileira: Transformação da Liga das Uniões Coloniais Riograndenses em Federação Estadual dos Consórcios

Profissionais – Cooperativos de Agricultores. In: DREHER, Martin N. et al (org). **Imigração e imprensa**. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: IHSL, 2004, p. 254-312.

SCHMITT, Jean-Claude. O historiador e as imagens. In: SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Tradução: José Rivair Macedo. Bauru: EDUSC, 2007, p. 25-54.

SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais. In: A cooperação para as organizações populares. **Cadernos CEDOPE. Série Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano**, v. 6, n. 12, p. 7-23, 1994.

SILVA, V. M. T. Lendo sobre a velhice: resenha. **Revista da UFG**, Goiânia, v. 5, n. 2, dez 2003. Disponível em: < www.proec.ufg.br >. Acesso em: 20 jul.2011

SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da morte**: Fotografia e memória. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, André Ricardo de. As mudanças na intervenção social do catolicismo brasileiro. In: **Estudos de Sociologia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 13, n. 1, p. 131-160, 2007.

TAMBARA, Elomar. **Rio Grande do Sul**. Modernização e crise na agricultura. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1983.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces**. Introdução a uma análise sócio-histórico da memória. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Porto Alegre: Suliani, Letra & Vida, 2011.

_____. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. **Psicologia USP**, São Paulo, vol. 14, n. 1, 2003. Disponível em: < www.scielo.com.br >. Acesso em: 23 mar. 2009.

THOMAS, Julian. Time and the subject. In: THOMAS, Julian. **Time, culture and identity**: an interpretative archeology. London: Routledge, 1996, cap. 1.

VILCHES, Lorenzo. **Teoría de la imagen periódica**. 2. reimp. Barcelona: Paidós, 1997, p. 19-77.

VOLKMER, Albano. Discurso. **Relatório de atividades da Central das Caixas Rurais “tipo Raiffeisen” da União Popular do RS. Ano social - 1942**. Acervo de Documentação e Pesquisa/ Memorial Jesuítico - UNISINOS, mar/ 1943. Fundo Balduino Rambo S. J. Cód. 1.4.1.6. SUP 24, 17-42. São Leopoldo.

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitário**: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese (Doutorado em História) -

Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

WERLE, André Carlos. Discussões acerca da imprensa nos congressos católicos organizados pelos jesuítas alemães (1898 a 1940). In: DREHER, Martin N. et al (Orgs.). **Imigração e Imprensa**. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo. IHSL, 2004, p, 123-138.

FONTE ORAL:

João Luiz Mallmann. Menos de 60. Presidente da Associação Theodor Amstad. Nova Petrópolis, Laboratório de História Oral/ PUCRS, 12/12/2012.

Márcio Port, menos de 50 anos. Presidente do Sistema de Crédito Cooperativo, SICREDI Pioneira. Nova Petrópolis, Laboratório de História Oral/ PUCRS, 25/10/2012.

Renato Seibt, mais de 70 anos. Vice-secretário da Associação Theodor Amstad. Nova Petrópolis, Laboratório de História Oral/ PUCRS, 30/04/2012.

Vergílio Perius, mais de 60 anos. Presidente da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS). Porto Alegre, Laboratório de História Oral/ PUCRS, 18/05/ 2011.

Werno Blásio Neumann, mais de 70. Associado e ex-presidente do Sistema de Crédito Cooperativo, SICREDI Pioneira. Nova Petrópolis. Laboratório de História Oral/ PUCRS, 25/10/2012.

APÊNDICE – PROJETO DE HISTÓRIA ORAL



**Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Prof^a Dra. Núncia Santoro de Constantino**

Alba Cristina Couto dos Santos

COOPERATIVISMO: AS MARCAS DE AMSTAD NO RIO GRANDE DO SUL

Projeto de Pesquisa em História Oral

Porto Alegre, 25 de abril de 2011.

1) TEMA:

História Oral temática a partir de comemorações e memórias de uma importante liderança no cooperativismo, Pe. Theodor Amstad, visando as formas pelas quais se atualiza o legado de Amstad no que diz respeito ao movimento cooperativista.

2) SINOPSE / PROBLEMATIZAÇÃO DO PROJETO:

O padre Theodor Amstad foi uma personalidade notável que marcou a História do Rio Grande do Sul e do cooperativismo no início do século XX. Ele foi o fundador do sistema Raiffeisen, caixas de crédito, no estado do Rio Grande do Sul e o pioneiro no país. Por conta disto, e do comprometimento que este padre suíço teve com a região de colonização alemã, através da Associação Rio-Grandense de Agricultores fundada em 1899, e mais ainda, por perceber a influência dos ensinamentos deste líder até os dias de hoje, no que diz respeito ao associativismo /cooperativismo gaúcho, é que resolvi trabalhar este tema, diga-se: motivada por uma “curiosidade epistemológica”.³¹

Para transmitir o conhecimento e divulgar o ideal associativista, Amstad criou duas publicações entre 1900-1912. O Jornal-Revista “Der Bauernfreund” (O amigo dos Colonos) e a Revista “SKT. Paulusblatt”, a qual redigiu por 25 anos. Esta última ainda é publicada na região de Nova Petrópolis /RS, divulgando e atualizando os ideais de Amstad.

Existe na Linha Imperial da cidade de Nova Petrópolis um monumento enaltecendo a memória do Pe. Theodor Amstad e, há também, um movimento pró-beatificação registrado na revista “Livro da Família”, periódico da Igreja (mas precisamente da Congregação Jesuíta), reafirmando assim a importância que teve (e ainda tem) a figura do jesuíta no estado, principalmente na vida das comunidades rurais, associativista e/ ou cooperativistas.

Diante destes fatos, penso ser relevante estudar quais motivações levam ainda hoje um grupo ou toda uma região a compartilhar e lembrar dos ideais de Amstad? Neste sentido, pretendo perceber e analisar o significado e/ ou a resignificação dos ensinamentos deixados por Amstad aos colonos e aos cooperativados a partir dos estudos de memória coletiva no estado, essencialmente na região onde ele viveu e desenvolveu firmemente o trabalho de divulgação dos princípios solidários e da ajuda mútua.

³¹ FREIRE, Paulo, 1996, p. 29. É o transitar de uma curiosidade ingênua para a exigência de uma curiosidade metodicamente rigorosa.

Halbwachs compara a memória coletiva à história vivida e, afirma que a memória desenvolvida nos grupos, age mais diretamente sobre a vida cotidiana e o pensamento de seus membros. De acordo com este pensamento, podemos pensar no grupo de colonos, principalmente aqueles cooperativados, que fazem a memória de Amstad estar tão viva e presente nos dias atuais enaltecendo não só o grupo, mas também sua localidade. Se neste caso estudado houver uma preocupação em manter a identidade do grupo, se faz necessário a manutenção daquilo que se acredita ser a essência desta identidade, através da salvaguarda de uma memória em comum, especificamente aqui configurada em Amstad.

Ao mesmo tempo que vincula a memória coletiva ao grupo, estabelece uma visão dinâmica e processual tanto do grupo como da memória, ao procurar relativizar a memória coletiva e também a individual através dos conceitos de tempo e espaço (BARROS, 1989, p. 33)

Entendemos que o próprio sistema cooperativista seja o elo de união entre o grupo em que Amstad estava inserido, e talvez o grande motivador das suscitações de lembranças. Considerando o cooperativismo um movimento social que envolve não somente relações de trabalho, mas também um lugar onde se desenvolvem relações sócio-educativas e culturais podemos dizer que, Amstad participou e colaborou intensamente, na disseminação da doutrina cooperativa, propagando também princípios cristãos, pois em muitos de seus discursos são flagradas mensagens parafraseadas, de evangelistas fomentando assim a solidariedade.

As experiências e o conhecimento dos imigrantes alemães e italianos no estado, em relação às práticas associativas, auxiliaram e favoreceram o crescimento do cooperativismo. O sistema de crédito Raiffeisen organizou-se na Alemanha no período de 1847-48 destinado a atender as necessidades dos agricultores, baseado essencialmente, no princípio cristão de “amor ao próximo” (PINHO, 1965, p. 45), o que justifica seu caráter confessional nos seus primeiros anos.

Lauschner (1969) e Tambara (1983) concordam a respeito da figura do Pe. Theodoro Amstad sendo o personagem que mais se dedicou na propagação do cooperativismo nesta região de colonização alemã. Amstad viveu 53 anos no país. Recebeu o nome “Colonorum Pater”, ou seja, “Pai dos Colonos”, por incentivar e fazer florescer o associativismo, atuando incansavelmente na promoção da sociabilidade na zona alemã. Redigiu durante 22 anos duas publicações: Sankt Paulusblatt e Familienfreud. Através destas publicações procurou manter uma mentalidade cooperativista e associativista na comunidade e nos associados.

A partir destas premissas sobre a importância da presença do padre Theodor Amstad no estado, é possível perceber a construção de uma memória, carinhosa lembrança, em torno de sua imagem e ensinamentos. Uma memória bastante atual que se reacende principalmente nas festividades relacionadas com a imigração e com o cooperativismo.

3) OBJETIVO / JUSTIFICATIVA:

Este projeto busca entender como o movimento cooperativista tem constituído uma memória a partir da liderança do Pe. Theodor Amstad no Rio Grande do Sul. A realização de uma entrevista se faz necessário nesta pesquisa para elucidar algumas questões que os documentos escritos não respondem, como, por exemplo, como se deu a difusão da doutrina cooperativa rememorando os ensinamentos de Amstad e o próprio sentido do movimento. A entrevista nos auxiliará a preencher lacunas na análise feita em relação a estas memórias, e que estratégias foram utilizadas para serem construídas desde a década de 1950 as décadas de 1990.

4) COMUNIDADE DE DESTINO:

Todos aqueles que participaram e/ ou estiveram envolvidos de alguma forma com o movimento cooperativo rural no respectivo período de estudo poderiam ser entrevistados para este projeto.

5) DEFINIÇÃO DA COLÔNIA

Essencialmente os associados das cooperativas que participaram ativamente das comemorações, cursos, eventos em geral do movimento ajudando a difundir a Doutrina do Cooperativismo no estado.

5) A REDE

Neste momento, os elementos selecionados para a entrevista, caracterizados aqui como peças-chave para entender a difusão da memória dos ensinamentos de Amstad seriam: Os dirigentes da Associação Theodor Amstad e da SICREDI Pioneira, de Nova Petrópolis, Serra/RS), bem como, da OCERGS - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul .

6) ASSUNTOS ABORDADOS

- 1) Sobre o ingresso (convite/ amigos/ publicidade - anúncios) no sistema cooperativo e permanência.
- 2) Participação nos eventos promovidos pela sua cooperativa.
- 3) Sobre a importância do cooperativismo para os seus associados.
- 4) Fale um pouco sobre as estratégias de divulgação da doutrina cooperativa para seus associados
- 5) E sobre a Amstad.
- 6) Comente sobre os cursos/ palestra.
- 7) Sobre os ensinamentos deixados por Amstad, o que se falava nas últimas décadas.
- 8) Quanto às homenagens públicas prestadas ao fundador do cooperativismo, Pe Theodor Amstad, unindo-as com as comemorações feitas ao próprio movimento.
- 9) Participação das mulheres
- 10) Infância, família, vivencia na cooperativa/associação

7) RECURSOS MATERIAIS:

- 1 Gravador
2. Pilhas
3. Câmera digital

8) RECURSOS HUMANOS:

Se necessário for e o entrevistado permitir a imagem, a colega Diéle Schneider acompanhará a entrevista.

BIBLIOGRAFIA:

BOM MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. Projeto de história oral. In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e Terra: edição 31, 1996.

HARRES, Marluza Marques. Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória. **História UNISINOS**. Programa de Pós Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vol. 8, n. 10. São Leopoldo, Jul/ Dez, 2004, p. 143-156.

LAUSCHNER S. J, Roque; LENS S. J, Martinho. Associativismo no contexto da reforma agrária do Rio Grande do Sul. In: **Semana Social do Rio Grande do Sul. Semanas Sociais do Rio Grande do Sul**. Anais da Semana Social do Rio Grande do Sul, 4. Porto Alegre: ISCRE, 1969, p. 169-232.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista. Suas modificações e sua utilidade.** Livraria Pioneira Editora: São Paulo. 2º edição revista e ampliada, 1965.

RAMBO, Arthur Blásio. **Theodor Amstad.** In: Revista Perspectiva Econômica. Série Cooperativismo, vol. 35, n. 47, 2000, p. 5 - 37.

SCHNEIDER, José Odelso. **Resgate dos aspectos da história do cooperativismo do Rio Grande do Sul 1902-1960.** Relatório final. Orientador professor Dr. José Odelso Schneider. UNISINOS-CEDOPE, s/ d.

TAMBARA, Elomar. **Rio Grande do Sul. Modernização e crise na agricultura.** Porto Alegre.